



Figuras 51 e 52: Rua Geraldino Machado e Casa de Maria da Conceição dos Santos Costa no bairro Santos Reis (2011).
Fonte: Fotografia de Filomena Luciene Cordeiro Reis.

A primeira fotografia acima traz também a casa de Adão Machado, que apresenta as mesmas características da família Santos Costa em estilo neocolonial. As residências, conforme notamos nas imagens são bastante simples, cumprindo seu papel social, abrigar seus moradores. Os estilos arquitetônicos são diversos sem obedecer a padrões, mas há uma sintonia nos seus formatos, compondo um desenho da rua que distingue seus moradores. Constatamos que, apesar do estigma de violento, o bairro possui casas sem muros e fachadas próximas à rua, possibilitando o contato e a visão de quem passa; os bancos na frente das casas revelam a sociabilidade que se estabelece entre os moradores; a arborização é uma marca da preocupação dos moradores em ter sombras no final da tarde, tanto para refrescar as casas como para abrigá-los nas conversas com os vizinhos e também para o descanso; enfim, tudo isso nos revela uma forma de viver diferente da área central e dos bairros elegantes da cidade.

O Mapa 3 nos mostra a localização geográfica do Bairro Santos Reis, destacando a Praça da Igreja e revelando a sua dimensão na área urbana de Montes Claros. Observamos que a extensão do bairro, de acordo com os limites demarcados, é bem grande, denotando sua importância nesse território.

A Revista do IHGMC, volume III, apresenta as mesmas características do Volume I e II e expõe artigos que nos fazem pensar sobre o patrimônio cultural da cidade. Este volume é presta homenagem a Godofredo Guedes,

Só a arte, quando direcionada pelo Criador, tem o poder de eternizar o homem. Tanto que, em todas as criações da antiguidade, a arte permanece viva e discutida entre nós. Por mais que ela seja destruída pela evolução, ainda assim permanece na escrita, nas pedras que constroem os monumentos, nos pincéis movidos pelas mãos mágicas dos gênios, que em Montes Claros está destacada pelo mestre Godofredo Guedes DA SIMPLICIDADE DE UM GÊNIO. (...) Vejo-o na feira de arte, como um artesão sem a esnobação tão comum dos grandes artistas. Era um trabalhador de mãos grosseiras, estragadas pelo manejar dos pincéis. Era um homem marcado pela sua personalidade simples, que não demonstrava todo colorido que morava na sua alma. DODÔ, apelido carinhoso, escreveu uma das mais belas páginas da nossa história. Seus quadros ocupam espaço em todas as salas de residenciais e escritórios de Montes Claros. Ele pintava por vocação, sem se preocupar em enriquecer com sua arte. Não se limitava apenas nas tintas, ele transformava em poesias divinas. Conta-se que desde menino era fascinado pela música, que ele foi construindo e armazenando para mais tarde explodir nacionalmente na voz de seu filho BETO GUEDES, que acreditou e valorizou o potencial do seu pai. Coisa rara em família. Assim, o sobrenome Guedes passou a ser conhecido em todo o Brasil (CHAVES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. III, 2008, p. 15-16).

A apresentação que Amelina Chaves faz de Godofredo Guedes nos leva perceber a importância na perspectiva cultural de Montes Claros desse sujeito histórico. Godofredo

Guedes é uma figura familiar de Amelina Chaves. São amigos, por isso, a liberdade em expressar quem ele é, inclusive a partir dos encontros nas feiras e na própria cidade. Godofredo Guedes é aquele que deixa sua marca por meio da arte, é um filho conhecido no âmbito nacional como cantor.

O próximo texto selecionado trata também de artistas, ou seja, da Associação dos Artistas Plásticos de Montes Claros. O artigo aborda sobre a criação e funcionamento da referida Associação, “(...) fundada em 3 de Fevereiro de 1989 pelo artista plástico Mário Magno Cardoso Filho (Mário Boy), juntamente com outros artistas da cidade, com a finalidade de reunir os profissionais das artes plásticas para valorização, difusão e ampliação dos seus exercícios artísticos” (PATROCÍNIO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. III, 2008, p. 51). Felicidade Patrocínio discorre sobre o funcionamento da Instituição, sua logomarca, a biografia de Mário Boy, criador e primeiro presidente da Associação, assim como de outros presidentes, desde a sua fundação até 2008 com Carlos Muniz. O formato do texto é na perspectiva da História Tradicional ressaltando o papel da Associação em Montes Claros.

Outro artigo fala sobre o mercado velho, prédio que está na memória da população montes-clarense, sobretudo de quem vive no centro da cidade, conforme verificamos também no livro de Milene Maurício. João Carlos M. Sobreira de Carvalho versa um mercado vivo, não só na memória, mas, que “(...) proporcionava as mais diversas incursões de aspecto olfativo, visual, tátil e, porque não dizer, histórico e folclórico local. Com os cheiros que sentíamos, conseguíamos distinguir os diferentes períodos de safras” (CARVALHO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. III, 2008, p. 79).

O prédio do antigo mercado foi construído no final do século XIX, trazendo a tona vários conflitos políticos e sociais visíveis na cidade. Milene Maurício (2005, p. 59-61) relata essa tensão com detalhes. Os negociantes de Montes Claros em 29 de janeiro de 1896 encaminharam um ofício à Câmara Municipal, solicitando dinheiro para a construção de um Mercado Municipal. Para tanto foi formada uma Comissão com a responsabilidade de escolher o local para a construção, entretanto, o local escolhido não agradou à administração da época, representada pelo, então, prefeito Honorato Alves. O espaço para a construção iria contemplar tanto quem morava na parte de cima como na parte de baixo da cidade. Essa divisão – moradores da parte de baixo e de cima - consiste também numa questão política de Montes Claros, conforme abordado anteriormente. O assunto é adiado e retomado posteriormente, e o lugar indicado foi próximo a Praça Dr. Carlos, desagradando os

negociantes e moradores da parte de baixo da cidade. Porém, as recomendações do engenheiro responsável pela construção não foram seguidas e, por isso, o prédio desabou, motivo de comemoração dos moradores da parte de baixo. Outro prédio começa a ser edificado no mesmo local, obedecendo as normas propostas pelo projeto e, assim, o Mercado Municipal é inaugurado em 2 de setembro de 1899.

O artigo de João Carlos M. Sobreira de Carvalho (2008) traz cheiro de gente, animais, comidas, frutas e carnes ao Mercado:

Naquela época havia poucas bancas no Mercado. As mercadorias eram colocadas no chão nu, às vezes forrado com um pano encardido ou uma esteira de palha. A gente podia distinguir de longe as cargas de goiaba, manga, ubá, pequi, panã, pelo perfume, para uns ou odor desagradável para quem os detestava. As diversas fragrâncias se misturavam vigorosamente: o suor dos animais, seus excrementos e urinas, o peixe salgado e a carne de sol, os queijos e requeijões, a fumaça do preparo dos churrasquinhos e “pê-êfes” e o cheiro enjoativo dos couros exalados das selas e arreios. Não é novidade, pois tudo isto é cheiro de qualquer mercado. Só que o nosso, além do cheiro, tinha atrativo ‘monteclês’ (CARVALHO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. III, 2008, p. 79).

O texto é repleto de memórias de quem vivenciou e experimentou o Mercado Municipal:

Havia uma ala especializada em bordados e outra que comercializava cestas, peneiras, esteiras e uma grande variedade de baús (...). (...) potes, bilhas, pratos, cofrinhos (...), miniaturas de jogos de chá e café, ‘cachê-pots’ para plantas ornamentais etc., tudo em barro cozido em forno próprio (CARVALHO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. III, 2008, p. 79-80).

Além de abordar o interior do Mercado, João Carlos M. Sobreira de Carvalho (2008) localiza o prédio na cidade e dá referências das lojas e lugares próximos a ele, assim como o papel de cada estabelecimento que o rodeava. Suas experiências de vida são trazidas a tona junto com esse prédio e a proposta para o fim que o destinara. É um lugar de memória(s). Essa memória faz parte das vivências de quem participou desse momento e, assim, é partilhada de diversas formas como conversas e textos publicados em vários formatos que registram as sensações e impressões experimentadas por algumas pessoas. O Mercado Municipal faz parte das lembranças, mesmo daqueles que não o conheceram, pois se fala e se escreve muito sobre sua existência. O espaço geográfico que ele ocupava, ao lado da Praça Dr. Carlos, foi substituído, primeiro por um estacionamento e atualmente por um *shopping*

popular¹³⁶, faz algumas pessoas refletirem sobre sua demolição. Como mencionamos anteriormente, a Revista do IHGMC traz alguns textos que rememoram o Mercado Municipal, firmando e afirmando a importância desse lugar de memória(s) de Montes Claros.

A Revista volume IV na sua apresentação reafirma a missão do IHGMC “(...) responsável pelo levantamento de dados e registros de fatos e personagens ligados ao histórico-geográfico, marca e marcará nosso mineiríssimo Sertão, (...)” (ARRUDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 9). Na busca por personagens e dados, a referida Revista, nesse volume, faz uma homenagem especial ao centenário de Hermes de Paula, prometendo edições comemorativas posteriores relativas aos centenários de João Chaves, Felicidade Tupinambá, Cândido Canela e Olynto Silveira, “(...) nomes da mais alta expressão de nossa cultura” (ARRUDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p.10).

O primeiro texto da Revista escrito por Antônio Augusto Pereira Moura (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 13-18) trata sobre Hermes de Paula e enfatiza a importância do livro *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes*¹³⁷. Antônio Augusto Pereira Moura (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 13-18) relembra também sua infância e relata como o livro de Hermes de Paula contribuiu para que ele conhecesse melhor a cidade de Montes Claros:

Muitas vezes lendo as adivinhações, outras vezes as cantigas de roda, os paracheques de caminhão, fazendo receitas e quitutes sugeridos pelo livro, além de informações sobre as pessoas, a história e a geografia de Montes Claros. Aprendi muito sobre as principais personalidades, os homens e mulheres que construíram nossa cidade; sobre plantas medicinais; o folclore, entre outras curiosidades (MOURA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 15).

O autor apresenta uma pequena biografia de Hermes de Paula e aborda como Montes Claros se transformou e, por isso, a importância desse memorialista no sentido de não deixar perder a história da cidade por meio do seu livro.

¹³⁶ Para saber mais sobre esse assunto: SANTOS, Dulce Pereira dos. *Shopping Popular na cidade de Montes Claros - MG: uma análise de sua complexidade sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana*. 118 fls. 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

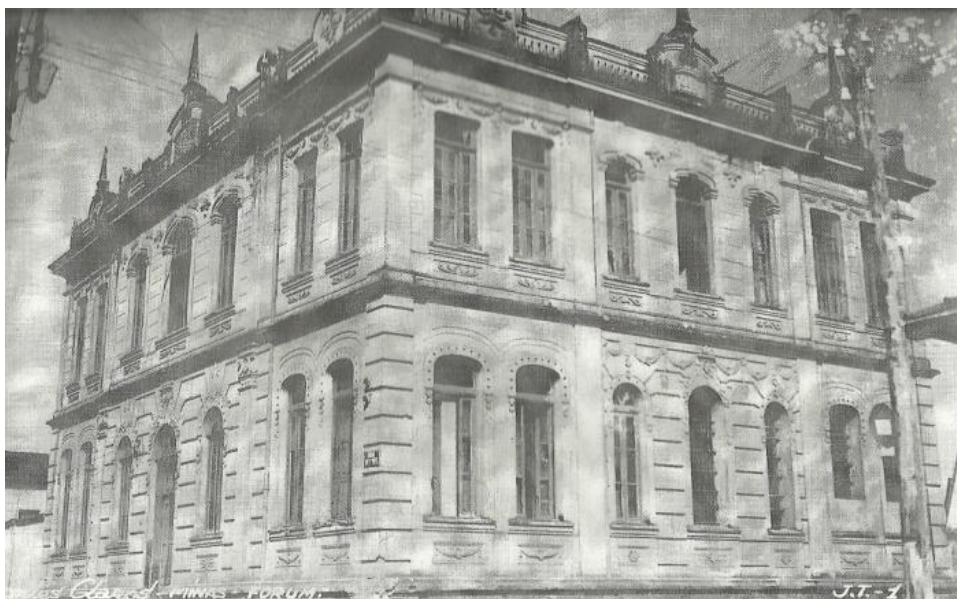
¹³⁷ Esse livro constitui uma fonte riquíssima para pesquisa para os estudantes do Curso de História ou áreas afins ou aqueles que necessitam abordar a origem e história de Montes Claros. O referido livro foi encomendado para as comemorações do centenário da cidade em 1957.

Juvenal Caldeira Durães também apresenta um texto nesse mesmo volume da Revista, abordando os monumentos de Montes Claros enquanto “(...) saudosos monumentos” (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 97), enfatizando suas vivências e lembranças naqueles prédios e costumes que não existem mais por causa do “desenvolvimento” e do “progresso”.

Venho acompanhando o crescimento e o desenvolvimento de Montes Claros, desde os primórdios da década de trinta. Nesse longo e demorado trajeto, muitas coisas aconteceram e muitas mudanças se verificaram, porém detenho-me apenas nas lembranças de algumas das velhas edificações que tiveram estreitas ligações com minha infância e juventude, nos costumes, na disciplina e ensino primoroso do passado. (...) O velho Mercado Municipal (...). O prédio da Estação Ferroviária (...). (...) 9ª Inspetoria de Locomotiva/EFCB (...). No Natal, além do conagração (...). (...) dia 1º de maio (...). O prédio do Colégio Diocesano (...). O velho e soberbo casarão da rua Cel. Celestino, 75, (...) (DURÃES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, 97-101).

Juvenal Caldeira Durães explicita no seu artigo que acompanha o desenvolvimento de Montes Claros desde a década de 1930, época em que ainda era criança, a partir da compreensão e experiência da cidade vivendo na sua área central.

Lázaro Francisco Sena (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 102-111), também relata acerca das suas vivências enquanto militar. Por isso, retrata o Colégio Tiradentes através de um artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.



Figuras 53 e 54: Colégio Tiradentes [década de 1960?] e 2010.

Fonte: Fotografia sob custódia da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Unimontes e Disponível em: <<http://xumedeiros.blogspot.com.br/2010/03/professores-do-golegio-tiradentes-de.html>>. Acesso em: 25 maio 2012.

Apresenta o Colégio Tiradentes da Polícia Militar¹³⁸ traçando um histórico da Instituição; relatando a construção do prédio; descrevendo a placa de inauguração que contem os nomes das autoridades que propiciaram a concretização desse feito, bem como a frase “Construída pelos soldados da Polícia Militar, com a força da comunidade.” (SENA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 107); narra a transferência do Colégio para outro prédio; conta um pouco do tempo presente, mostrando a sua estrutura física, procedência dos alunos, turmas escolares, quadro de servidores e o papel desse Colégio nos dias de hoje (2009), enquanto espaço educativo na cidade.

A Revista contempla também um artigo de Marta Verônica Vasconcelos Leite, que trata da arquitetura de São Francisco¹³⁹, cidade localizada no norte de Minas, bastante interessante (LEITE; PEREIRA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p.123-138). Esse texto vai além de Montes Claros, abordando uma cidade norte mineira, São Francisco.

O volume IV da Revista do IHGMC tem o texto de Maria de Lourdes Chaves, que desenha um histórico sobre a seresta em Montes Claros:

Dando um mergulho no cerne da existência da seresta em Montes Claros, reportamo-nos ao início do século XX. Lá, encontraremos a seresta cultivada pelos jovens cantores e instrumentistas numa época em que a diversão dos rapazes se resumia em fazer serestas para as donzelas quando já dormiam em seus travesseiros de flores (CHAVES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 142).

Maria de Lourdes Chaves (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. IV, 2009, p. 142-154) lembra por meio de uma pequena biografia dos seresteiros de Montes Claros do início do século XX: João Chaves, Tonico Faria, Mendoncinha, Pedro Mendonça, Totônio Américo, Virgolino Narciso Soares, Américo França, Leônidas de Andrade Câmara, Gentil Sarmento, José Augusto Prates, Augustinho Guimarães, Donato

¹³⁸ “O Colégio Tiradentes da Polícia Militar, Unidade de Montes Claros, foi instalado no dia 24 de janeiro de 1964, graças ao esforço e luta do então Ten.cel. PM Georgino Jorge de Souza, que além de fundador, foi o seu primeiro Diretor. Inicialmente instalado na antiga Cadeia Pública de Montes Claros, na Rua Camilo Prates, o Colégio Tiradentes, destinado ao ensino prioritário dos Policiais Militares e seus dependentes, sempre primou pela ordem e disciplina, levando aos seus alunos um ensino de ótima qualidade, embasado na seriedade do trabalho de seus Diretores, Professores e Funcionários, tendo sido ao longo da sua história dirigido por profissionais que marcaram a vida da própria Montes Claros, como o Dr. Simeão Ribeiro Pires, que faleceu recentemente, dentre outros. A partir de 1991, o Colégio Tiradentes passou a funcionar na sua atual sede, na Av. dos Militares, 1991, ao lado do 10º BPM.” Disponível em: <<http://ctpm-moc.vilabol.uol.com.br/historico.html>>. Acesso em: 22 maio 2012.

¹³⁹ Conforme foi abordado anteriormente, a Revista do IHGMC contempla artigos que abordam a região e não somente Montes Claros, porém a sua maioria é relativo a cidade. A menção desse artigo que trata sobre a arquitetura de São Francisco é motivada pela temática, patrimônio cultural, alvo desse estudo.

Quintino, Luiz Gregório Júnior, Elpídio José Cezar, Manoel da Silva Reis, Hermes de Paula, Sinval Froes, Ducho, Nivaldo Maciel e tantos outros. O artigo aborda os discos, canções, apresentações e *shows* realizados no âmbito nacional e internacional para o público, assim como na TV e rádio, bem como revela um acervo fotográfico riquíssimo acerca do assunto, valorizando a preservação desses documentos de caráter particular e passíveis de estudo.

A Revista do IHGMC, volume V, contém artigos que tratam sobre o patrimônio local, dentre eles, um escrito por Felicidade Patrocínio com o título *Montes Claros no cenário das artes plásticas brasileiras*.

Montes Claros, “**Cidade da Arte e da Cultura**”, (...) neste cenário fermenta e é fecunda a semente da mais **legítima intelectualidade**. Esta cidade, que se localiza num ponto bem distante nos gerais, bem ao norte de Minas, **destaca-se no cenário nacional** por vários fatores como: a riqueza e a diversidade de suas manifestações artísticas; um folclore vivo e contagiante, é sede do Conservatório de Música Lorenzo Fernandez, que tem o maior número de matrícula entre os Conservatórios da América latina; é sede de uma grande universidade pública e de inúmeras faculdades particulares, tornando-se desde a última década, em um importante pólo universitário brasileiro. É, também, **o segundo entroncamento rodoviário do país**, o que sinaliza o trâmite de influências culturais, mas, principalmente, tem uma **vocação ímpar para as artes** em todas as suas modalidades, sustentando desde o ano de 1984 o título de “Cidade da Arte e da Cultura” (Grifos nossos) (PATROCÍNIO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. V, 2010, p.21-22).

Felicidade Patrocínio enfatiza o papel de Montes Claros no cenário geral em relação às artes plásticas, destacando o aspecto da arte abordando Raimundo Colares¹⁴⁰, Konstantin Christoff e Yara Tuponambá¹⁴¹, referências nacionais e internacionais. É interessante a ênfase

¹⁴⁰ “Raymundo Colares é considerado por unanimidade como um dos mais expressivos artistas da geração 60/70 [1960/1970] do país. Sua arte é considerada absolutamente única no cenário brasileiro. Colares surge num momento de transição e sua arte se apresenta como mescla e síntese de múltiplas fontes: construtivismo, pop, futurismo, minimal arte, cubismo, geometrismo, o que a classifica como contemporânea. Colares fez o curso primário no Colégio Imaculada Conceição, colégio de freiras católicas e continuou como seminarista no Seminário Diocesano Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, a principal escola de formação de padres da cidade. No seminário ficou pouco tempo, apenas 2 anos, de lá seguiu para o Colégio Estadual Plínio Ribeiro, a conhecida Escola Normal de Montes Claros, até a segunda série do curso Científico, ao conquistar, através de concurso, o prêmio Bolsa de Estudos da Sudene, para terminar o curso em escola preparatória para o curso superior, na Universidade da Bahia, em Salvador. Raimundo Colares morou em Salvador durante um ano, encantou-se com a cidade, descobriu os seus alagados e os pintou na série do mesmo nome. Foi lá que tomou conhecimento das artes de Piet Mondrian e Paul Klee, figuras estas que irão revolucionar as suas idéias. Ambos, pintores geométricos abstratos. Esses personagens com suas artes, fascinarão Colares que imediatamente começa a pintar.” Ver em: PATROCÍNIO, Felicidade. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, 2010, p.23-24.

¹⁴¹ “Natural de Montes Claros, Minas Gerais, fez estudos artísticos com Alberto da Veiga Guignard e Oswald Goeldi; foi bolsista da *Pratt Institute*, em *New York*. Participante dos Salões de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Paraná, Porto Alegre, Campinas, Ouro Preto e Pernambuco. Participante das Bienais de São Paulo e de Salvador. (...) Artista selecionada para numerosas mostras nacionais em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, Brasil. Selecionada para representar a arte mineira em todas as grandes coletivas organizadas por entidades oficiais como Palácio das Artes, CEMIG, Secretaria da Cultura e Fundação

dada ao título que Montes Claros recebeu em 1984 de “Cidade da arte e da cultura”, assim como “(...) a semente da mais legítima intelectualidade” (PATROCÍNIO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. V, 2010, p. 21). Essa expressão “Montes Claros: Cidade da arte e da cultura”¹⁴² denota, por meio de estudos anteriores¹⁴³, Montes Claros como uma cidade onde a arte e a cultura é elitizada. Dessa forma, nos indagamos quem seria, onde estão, como e quais são as expressões populares nessa realidade?

Nesse mesmo volume da Revista, Juvenal Caldeira Durães rememora “Coisas do passado” (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. V, 2010, p. 61), revelando uma Montes Claros da década de 1930 pacata e interiorana, onde “O povo da cidade era simples, solidário e vivia como se fosse uma grande família e os camponeses da redondeza não eram diferentes” (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. V, 2010, p. 61), assim como aberta ao “progresso e ao desenvolvimento”, pois “Com o passar do tempo, tudo mudou radicalmente. Surge a tecnologia avançada e cheia de novidades modificando as coisas e os costumes (...)” (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. V, 2010, p. 61).

Outros patrimônios relatados na Revista por Lázaro Francisco Sena motivados pela sua experiência militar são a Associação Desportiva Tiradentes, Associação Desportiva Ateneu e Associação Atlética Cassimiro de Abreu:

Newton Paiva Ferreira. Participante de mostras internacionais como I Certame Latino-Americano de Xilogravura, Buenos Aires; Artistas Brasileiros em Indiana e Ohio; Artistas brasileiros em *The Brazilian American Cultural Institute*, Washington; Artistas Brasileiros na *Cité Universitaire*, Casa do Brasil, Paris; Artistas Brasileiros selecionados para o acervo do Museu Spokje, Iugoslávia; Artistas Brasileiros na Nigéria; Artistas Brasileiros no BAC, *New York*. Participante das mostras da Xilon Internacional que, de dois em dois anos percorre a Europa. Selecionada para a Bienal Internacional de gravura sobre madeira, Evry, França. Incluída em numerosos livros sobre a arte brasileira como o Dicionário das Artes Plásticas do Brasil, Roberto Pontual; A Escola Guignard na Cultura Modernista, Professora Ivone Maria Vieira; Tiradentes, Edição da Caixa Econômica Federal e Ministério da Educação; Arte Brasileira Contemporânea, publicação Júlio Louzada; Panorama da Arte Brasileira, Várias Tendências, Editora RMB; Artes Plásticas no Brasil, vol. 10 e 11, Júlio Louzada; Anuário da Arte Brasileira 2001; 60 Obras Selecionadas, Gravadores Brasileiros, publicação do ICBEU; Gabinete de Arte, livro publicado pela Prefeitura de Belo Horizonte, Editora Conarte e Fundação João Pinheiro; Brasil 500 anos, Artes Plásticas, RMB Editora; Brasil Art Show, Editora Jardim Contemporâneo Ltda. (...) Tem 92 painéis e murais espalhados por numerosas cidades brasileiras. (TUPINAMBÁ, Yara. *A artista que sintetiza Minas*. Disponível em < <http://www.yaratupynamba.com.br/site/artista.php>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

¹⁴² “Conversando com Reginauro Silva ele me disse ser o autor da frase. Entretanto, eu já ouvi alguém - na Secretaria de Cultura - dizer que é de Luiz Tadeu Leite. Em 1993/94, o prefeito de Montes Claros era Tadeu e foi exatamente nesta época que iniciamos a publicação dos primeiros 15 livros do Consórcio Literário "Oficina das Letras" quando o Secretário da Cultura Ildeu Braúna dizia que Montes Claros é "a cidade da arte e da cultura". Mas, certamente, que Reginauro Silva seja mesmo o autor da frase, o que aconteceu dez anos antes” (COTRIM, D. T. (dariocan@bol.com.br). [mensagem pessoal]. *Omnia vincit*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 17 fev. 2012)

¹⁴³ Ver em: CORDEIRO, Filomena Luciene. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – Um estudo de caso*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

Em 1956, quando o 10º Batalhão da Polícia Militar se instalou em Montes Claros, o futebol amador era, sem dúvida alguma, o esporte de maior apelo popular na cidade, capaz de mobilizar toda a sociedade, através dos clubes representativos dos diversos segmentos comunitários. Para contrapor a uma Associação Desportiva Ateneu, que apresentava um viés elitista, (...) criou-se uma Associação Atlética Cassimiro de Aberu. (...) e a Polícia Militar (...) organizar a sua própria equipe de futebol (...) (SENA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. V, 2010, p. 68-69).

Lázaro Francisco Sena trata do esporte que agrega e congrega a sociedade, principalmente do sexo masculino em Montes Claros. O futebol revela, inclusive, a classe social dos torcedores: a Associação Desportiva Ateneu representa a elite política e econômica de Montes Claros; a Associação Atlética Cassimiro de Abreu é um time popular; e a Associação Desportiva Tiradentes representa os militares. Esse texto tornam transparentes as organizações em Montes Claros, pois, ao discorrer sobre o esporte, Lázaro Francisco Sena mostra uma divisão social, que se faz presente igualmente em outros âmbitos, como nas questões culturais, alvo da nossa pesquisa.

Montes Claros vai se transformando com o decorrer do tempo e a estrada de ferro é um dos seus propulsores no início do século XX. Fazendo um relato da história da estrada de ferro desde o âmbito mundial, Roberto Pinto da Fonseca (2010 p. 131-141) apresenta o “trem baiano” ou o “trem do sertão”, um dos meios de transportes do Norte de Minas, que gera mudanças nos costumes da população norte mineira e montes-clarense.

Ruth Tupinambá Graça (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. V, 2010, p. 142-145) com seu artigo sobre Felicidade Perpétua Tupynambá traz a tona a presença de uma mulher e sua contribuição a Montes Claros, sobretudo no âmbito educacional, cultural e no setor público. O texto de Ruth Tupinambá Graça nos revela a presença de personagens que “fazem a cultura da cidade”. Dessa forma, a “cidade da arte e da cultura” vai se elitizando, pois não reflete o que a sociedade em geral produz com suas vivências, mas, a partir de um pequeno grupo, confirmando a afirmação de Lázaro Francisco Sena.

O volume VI da Revista do IHGMC contempla os seguintes artigos: “A igreja dos Morrinhos” (SARMENTO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 17- 20); “As estradas do Tijuco a Salvador” (COTRIM, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 21-26); “Montes Claros: memória, devoção e milagres” (PAULA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010p. 27- 47); “A arte de Konstatin Christoff” (PATROCÍNIO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 48-60); “Uma rua de

ontem e de hoje” (MAGELA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 61-63); “Café Galo reinaugurado com festa” (OLIVEIRA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 70-74); “Festa de agosto” (MAURÍCIO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 75-79); “Coisas do passado II” (DURÃES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p.80-87); “A Arquidiocese centenária e o Concílio Vaticano II” (SOUZA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 136-145); “Largo da Matriz: minha praça tão querida” (OLIVEIRA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p. 146-150); “A imprensa em Montes Claros” (BRAZ, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VI, 2010, p.151-154); além de textos que abordam Oswaldo Antunes, Necéssio Velloso de Moraes, Padre Agostinho, José Augusto Freire, Francisco Gê Acayba, Exupério Ferrador, Osmar Cunha, Ivan de Souza Guedes. Esse volume é bastante rico e contém artigos que tratam de diversos assuntos, tornando visível uma Montes Claros “cultural”, repleta de intelectuais em diferentes épocas, assim como em patrimônio cultural, sobretudo arquitetônico.

O volume VII contém os artigos: “Memória de Montes Claros” (COTRIM, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p. 13-17); “Dois construtores do futuro” (PAULA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p.21-27); “História repetida num dia da pátria” (SOUZA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p.39-42); “O fundador de jornais” (LÍVIO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p. 43-45); “Coisas do passado III” (DURÃES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p.54-59); “O turismo e o patrimônio arqueológico: uma possibilidade de desenvolvimento sustentável” (LEITE, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p.82-105); e “O velho mercado” (ALMEIDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p. 142-145). Esse volume é uma edição que faz homenagem especial a Konstatim Christoff, por isso, traz vários artigos sobre ele.

Enfim, o volume VIII e último a ser analisado nesta tese, apresenta os artigos: “Coisas do passado” (DURÃES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p.5660); “O 10º Batalhão de Montes Claros” (SENA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p.61-72); “Aspectos do

desenvolvimento de Montes Claros” (FERREIRA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p. 73-78); “Montes claros – eterna lembrança” (TELES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p. 82-85); “Bendito Casarão da FAFIL” (GRAÇA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p. 105-18); “Tiro de guerra 87” (ARRUDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p. 113-115); “Colégio Diocesano” (ARRRUDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p.119-121); “Hotel São José” (ARRUDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p.122-124); e “Rotary Clube Montes Claros – Norte” (ARRUDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VIII, 2011, p. 125-126). Esse volume faz homenagem a João Botelho Neto, Cônego Adherbal Murta de Almeida, Necésio de Moraes, Reivaldo Canela e Olynto da Silveira, e apresenta artigos que falam sobre Domingos Lopes da Silva, Fernanda Ramos, Pedro Xavier de Mendonça, Rotílio Manduca e Enéas Mineiro de Souza, todos eles, em momentos diferentes da história de Montes Claros deram sua contribuição.

As revistas do IHGMC se constituem enquanto memória, porque a maioria dos seus artigos são lembranças dos autores que viveram em Montes Claros, conheceram, ouviram falar ou leram sobre determinadas pessoas que moraram na cidade e “construíram sua história”. Os autores, sócios efetivos do IHGMC¹⁴⁴, têm formação diversa, não sendo somente historiadores e geógrafos, na sua maioria são memorialistas e/ou cronistas. Esses mesmos autores fazem parte de uma elite intelectual, política e econômica da região e de Montes Claros. A análise desses artigos possibilitou perceber a imensidão concebida como patrimônio cultural de Montes Claros e região, bem como a necessidade desse grupo em não deixar a história se perder, registrando-a enquanto lembranças ou pesquisas em documentos oficiais. Esse material é importante como fonte documental, sendo muito utilizado para pesquisas, sobretudo na área de ciências humanas. Também é importante ressaltar que os artigos das Revistas do IHGMC tratam sobre diversos assuntos, mas sempre enfatizando a história de Montes Claros e da região norte mineira, apresenta a novidade de perceber o patrimônio cultural da cidade com a presença e cheiro de gente, mesmo que das famílias tradicionais. Os autores dos artigos discorrem, por exemplo, sobre o Mercado Velho com sua diversidade de

¹⁴⁴ O IHGMC é composto por sócios efetivos e correspondentes. Dentre esses sócios constam geógrafos e historiadores com formação universitária. No entanto, verificamos que, a atuação no IHGMC se efetiva sem a presença desses integrantes, ficando os encargos e responsabilidades sob a coordenação de profissionais de outras áreas, e principalmente de quem faz memórias e crônicas da cidade e região norte mineira.

pessoas, de frutas, de legumes, de queijos e requeijões. Desta forma, eles possibilitam o debate em torno do que pensamos sobre o nosso patrimônio histórico, a forma como lidamos com ele e como deve ser lembrado pelos moradores da cidade, contudo, enfatizando a região central de Montes Claros e não da periferia.

Centro e periferia entendidos neste estudo, não apenas como organização do espaço urbano de Montes Claros, mas como quem tem o poder político, econômico, intelectual, social e religioso. Dessa forma, podemos constatar também um projeto de cidade elaborado por esse grupo e, conseqüentemente uma concepção de patrimônio cultural e de memória, que remetem a única história. A Revista do IHGMC constituiu nossa fonte como forma de pensar os bens culturais de Montes Claros e, conseqüentemente, uma concepção e/ou projeto de cidade, que se mostra de forma harmoniosa, pacífica e tranquila em seus artigos, entretanto, escamoteia conflitos e disputas pelo espaço urbano.

Nessa mesma perspectiva notamos a imprensa montes-clarense tratando do patrimônio histórico de Montes Claros e, manifestando nas entrelinhas articulações, crises e tensões na construção de um projeto de cidade. Foi possível por meio da imprensa averiguar algumas questões relativas ao patrimônio histórico de Montes Claros e também através da Hemeroteca da DPDOR. A Hemeroteca da DPDOR da Unimontes possibilita entender, por exemplo, quais os lugares da cidade que considerados de memória(s). Essa compreensão perpassa conhecer como e porque determinados bens são selecionados e/ou tombados e outros não. A constatação dessa avaliação, seleção e tombamento se faz na região central de Montes Claros e não na periferia. Os significados e sentimentos de pertencimento a esses bens do centro da cidade não se configuram os mesmos, por exemplo, para os moradores do Santos Reis, bairro periférico. Afinal, detectar a utilidade desses bens culturais para os moradores de Montes Claros é imprescindível no sentido de identificação e senso de pertença. Os significados desses bens culturais para a cidade e seus moradores são diversos e contraditórios, pois, o sentimento de pertencimento com os bens tombados, por exemplo, não se efetiva da mesma forma com as pessoas que residem em outras regiões de Montes Claros.

Diante dessas inquietações procuramos responder algumas questões através da imprensa montes-clarense. Para tanto, a DPDOR da Unimontes tem em seus arquivos de recortes de jornais locais e estaduais, entre eles, o Jornal de Notícias¹⁴⁵, Jornal do Norte¹⁴⁶,

¹⁴⁵ “(...) esse jornal ser o de maior tiragem na cidade dentre os jornais montesclarenses, com 3.000 unidades vendidas diariamente na semana e 5.000 no final de semana. E também por ele estar atuando por um longo período – são 20 anos de edição do jornal sem interrupção. Mesmo sofrendo com a concorrência de jornais como O Estado de Minas que por algum tempo esteve com o valor por unidade abaixo do preço de mercado, o Jornal de Notícias circula por toda a cidade sendo vendido no valor acessível de R\$1,30 (um real e trinta centavos) na

Jornal de Montes Claros¹⁴⁷, Diário de Montes Claros¹⁴⁸, Correio do Norte¹⁴⁹, Estado de Minas¹⁵⁰, Estradas e Rodagens¹⁵¹ e Jornal Hoje em Dia¹⁵², que tratam de assuntos gerais intitulados “cultura”. Nesse acervo, verifica-se recortes de jornais que abordam o patrimônio

semana e R\$1,90 (um real e noventa centavos) no final de semana por apresentar o caderno de classificados. Fundado por Edgar Antunes Pereira em 1986, o jornal conta com seis jornalistas na equipe e alguns colaboradores. (FLÁVIO, 2011, p. 10).

¹⁴⁶ “Fui colaborador, por muitos anos, do Jornal do Norte. Foi fundado por Américo Martins Filhos e Antônio Santos, que trouxeram o jornalista Robson Costa (natural de Mirabela e que havia iniciado sua carreira jornalística no Diário de Montes Claros) de São Paulo, onde trabalhava no jornal “Estado de São Paulo”. O jornal revolucionou a imprensa local, com um caderno B, diário. O Américo Martins - que mora na Rocinha, próximo ao Max-Min - tem toda a coleção do jornal em sua casa. Já existe um plano de o Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, em convênio com a Fundação Darcy Ribeiro, digitalizar todas as coleções de jornais e revistas da cidade” (TELES, Itamaury (itamaury@yahoo.com.br). [mensagem pessoal]. *Jornal do Norte*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 23 maio 2012).

¹⁴⁷ “(...) Fundado pelo Capitão Enéas Mineiro de Souza, e adquirido depois pelo jornalista Oswaldo Antunes, que contou com a participação de Waldir Sena Batista, (...)” (BRAZ, Petrônio. A imprensa em Montes Claros. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, 2010, p. 151).

¹⁴⁸ “O *Jornal Diário de Montes Claros* (...) foi fundado em 1962 por Décio Gonçalves e Júlio Melo Franco, duas importantes figuras do jornalismo montes-clarense (...). Este tratava de questões de âmbito nacional e regional, preocupando mais em se ater a interesses de Montes Claros e do Norte de Minas. Revelou profissionais do jornalismo que destacaram; entre eles, Teodomiro Paulino que, atualmente, ainda exerce a profissão de colunista. O *Diário* sempre buscou usar palavras e expressões fortes, possivelmente por não conter muitas imagens, seria necessário usar esse recurso para chamar ou prender a atenção do leitor. Nota-se que havia incentivo e patrocínio de empresas, órgãos públicos e privados, devido as diversas propagandas no jornal. Percebe-se também que o *Diário* ainda era privado de muitos recursos metodológicos; garfai do mesmo nos revela isso. Podemos notar alguns erros e/ou desalinhamentos nas frases e nas reportagens como um todo. Algumas vezes, o símbolo do jornal (um homem segurando o jornal, aparentemente oferecendo ao público) vem na parte central da folha, outras vezes do lado direito ou esquerdo da principal matéria da página. (...) E apesar do nome *Diário*, o jornal nem sempre circulava todos os dias; muitas vezes três, quatro ou cinco vezes por semana. O *Diário* segue uma orientação, e isso é notável pela maneira que escreve o jornalista, logo, é válido observar que, quando o mesmo repete um mesmo assunto frequentemente, ele está querendo mostrar uma situação que o incomoda.” (SILVA, 2011, p. 15-16)

¹⁴⁹ “(...) jornal *Correio do Norte* nasce a partir de membros do Partido Conservador. É importante ressaltar que, os fundadores autodenominam-se como apartidários, sendo que, ao longo das publicações, entendemos que o jornal tem um cunho Conservador mais moderado (esse fato é mais saliente, quando na época do aumento das campanhas abolicionistas, o jornal adota uma posição de apoio, inclusive, isto já é sentido desde 1884, época em que as primeiras províncias iniciam o processo de libertação dos escravos). (...) Muito embora demonstrasse interesse na defesa de uma transitividade de comunicação entre os grupos políticos da cidade e, principalmente da população, o jornal demonstrava em muitos dos seus artigos, textos eufóricos acerca de vários assuntos, principalmente no que tangia a política e ao abandono que, por assim dizer, era caracterizado o Sertão Norte Mineiro” (SILVA, 2012, p. 34).

¹⁵⁰ “O *Estado de Minas* começou a circular no dia 7 de março de 1928, quando os acadêmicos Pedro Aleixo, Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa compram o acervo do *Diário da Manhã*. Eles se juntam a Milton Campos e Abílio Machado para criar a sociedade. Em 1929, Assis Chateaubriand incorpora o novo jornal aos *Diários Associados*. Nos primeiros anos de funcionamento a redação do jornal contou com a presença de vários colaboradores que futuramente se destacariam, como os irmãos Braga: o poeta Newton Braga, de 1929 até 1932 e o cronista Rubem Braga em 1932, então com apenas 19 anos de idade. O *Estado de Minas* é um jornal brasileiro. (...) é um dos mais importantes jornais impressos do estado de Minas Gerais, também conhecido como *o grande jornal dos mineiros*. Pertence ao Grupo *Diários Associados*. Seu principal concorrente é o jornal *O Tempo*. Os dois jornais editam os tabloides *Super Notícia* e *Aqui BH*, que também mantêm concorrência, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte. O *Estado de Minas* circula diariamente com seus cadernos fixos: Política, Opinião, Nacional, Internacional, Economia, Gerais, EM Cultura e Economia. Os seus suplementos são: Agronegócio, Bem viver, Ciência, Ragga Drops, Direito & Justiça, Emprego, Especial, Feminino & Masculino, Guia de gastronomia, Guia de negócios, Gurilândia, Hora Livre, Imóveis, Informática, Pensar, Prazer EM ajudar, Turismo, TV e Veículos.” (SILVA, 2012, p. 34).

¹⁵¹ Boletim informativo bimestral do Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais.

¹⁵² *Hoje em Dia* é um jornal diário pertencente à Rede Record com circulação no estado de Minas Gerais.

cultural da cidade de Montes Claros e como ele é tratado pelos órgãos públicos. Os recortes são datados de 1960 até os dias atuais (2012). Esse material é importante para análise, porque revela Montes Claros e o tratamento que é dado ao patrimônio cultural, bem como a percepção de cultura que tem a imprensa da cidade. No entanto, em relação a esse acervo deve ser considerado, de acordo com Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto que,

Uma primeira pesquisa é que não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa – um editorial, notícias esparsas reunidas em **pasta de hemeroteca**, cartas de leitores – **sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura**. Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. **É imperativo, portanto, transformá-los em fontes** (Grifos nossos) (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.260).

Desta forma, ao analisar os jornais da Hemeroteca da DPDOR essas observações foram consideradas. Pensar o patrimônio cultural local a partir da imprensa foi perceber uma “cultura”, conforme é intitulado o assunto do caderno da Hemeroteca da DPDOR, voltada para a elite intelectual, social, política e econômica de Montes Claros. Em algumas reportagens aparecem outras formas do viver a cidade e os seus bens culturais, porém, elas são bastante escassas. Podemos verificar essa afirmação, por exemplo, no jornal denominado *Estradas de Rodagens* publicado em Belo Horizonte pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, um órgão oficial do Estado, com o objetivo de mostrar suas realizações nas estradas mineiras. O título do texto se apresenta como: “Congadas, Pastorinhas, Serestas e Folias. Estamos chegando a Montes Claros: onde pulsa o coração do Norte.” Pelo título verificamos uma diversidade de possibilidades de formas de expressar a arte dos montes-clarenses que vão além dos casarões, praças, grandes personalidades e igrejas. O referido jornal trata do crescimento de Montes Claros com a sua inserção na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, bem como a transformação da cidade com a chegada das indústrias, entretanto, sem deixar suas tradições e características do “sertão”.

Montes Claros que até alguns anos atrás era **famosa em todo o País** apenas pelo número estupendo de seu **rebanho bovino, atualmente, participa com dinamismo da mentalidade industrial** que renova as estruturas de Minas Gerais, **sem, contudo, perder suas características sertanejas**. Seu artesanato é um dos mais ricos do Estado; seus grupos de serestas são famosos em todo o Brasil; o

BANZÉ, grupo que realiza importantes pesquisas folclóricas já mereceu até crônica de Carlos Drumond de Andrade (...). **Montes Claros é hoje uma cidade industrializada, mas que mantém vivas suas tradições**, como a Festa de Agosto, quando saem às ruas grupos de “pastorinhas”, “Folias” e “Catopês”. (...) Além de tudo isso, Montes Claros faz questão de preservar sua tradição de cidade cultural, rica em folclore, em serestas e em promoções extraordinária como a Exposição Agropecuária, a Feira de Pinturas, Feira de Artesanato, Festival Universitário da Canção do Diretório Central dos Estudantes; possuindo também livrarias, cinemas, jornais, galeria de arte, academias culturais, emissora de rádio, e um conservatório de música – Conservatório Estadual Lorenzo Fernandez (Grifos nossos) (ESTRADAS DE RODAGEM, maio - jun. 1978, p. 6-7).

O texto manifesta uma nova Montes Claros com o surgimento da indústria, porém, preservando suas tradições, que constituem a marca do sertanejo. Ao mesmo tempo que se industrializa, “progride e se desenvolve”, continua com as características sertanejas, ou seja, interiorana. Ela é, ao mesmo tempo, uma cidade industrial, mas também sertão. O texto nos faz pensar que uma cidade industrializada não preserva suas tradições e costumes. “Progresso e desenvolvimento” não combinam e não se articulam com tradição. A historiadora Rejane Meireles Amaral Rodrigues (2011) disserta por meio da imprensa sobre essa dualidade montes-clarense: cidade/sertão. Ricardo Ferreira Ribeiro também nos ajuda a compreender essa questão em seus livros *Florestas amas do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais* e *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*.

Estradas de Rodagem (1978) também comenta as atrações turísticas de Montes Claros, entre elas, a Catedral de Nossa Senhora Aparecida, a Igreja dos Morrinhos, o Parque de Exposições, o Parque Municipal, o Morro do Frade¹⁵³, a feira e as lapas¹⁵⁴. O jornal não foge à regra: pensar o patrimônio arquitetônico abre novas possibilidades de como usufruir e perceber a cidade. O jornal apresenta imagens de artesãos executando seus trabalhos, feiras, artesanatos, casarões, Grupo Banzé e pastorinhas. São imagens que mostram uma cidade movimentando a arte e a cultura local.

¹⁵³ O Morro do Frade, situado ao norte da cidade, de um simples maciço calcário passou a ser aproveitado, há cerca de sete anos, como ponto de atração turística. No local foi construída uma réplica da igreja do Rosário, que existia na avenida Coronel Prates e foi demolida; além de uma gruta artificial. O Morro do Frade é um dos lugares mais bonitos de Montes Claros (ESTRADAS DE RODAGEM, 1978, p. 7). Esse texto da imprensa é interessante para entendermos um pouco o que é hoje o morro do Frade. De ponto turístico, ele acabou se transformando na década de 1980 em uma grande favela abrigando as pessoas que vinham da zona rural para trabalhar nas fábricas de Montes Claros. Hoje recebe a denominação de Vila São Francisco de Assis, mas apresenta problemas de infraestrutura sérios, além da marginalidade da população que ali vive. Esses são legados desse período de inchaço da cidade durante o seu processo de industrialização.

¹⁵⁴ As lapas são de grande beleza natural. Podemos citar: Guiné, Lagoinha II Meireles, Claudina ou Colodina, Grande, D’Água e Pintada. Claros (ESTRADAS DE RODAGEM, 1978, p. 7).

Outra curiosidade bastante interessante é o caderno de recortes dos jornais apresentarem pessoas como aspecto cultural da cidade. Desta forma, temos o Jornal Estado de Minas datado de 13 de agosto de 1981, tratando da figura de Zé Coco e o Banzé:

Zé Coco e Banzé: do Norte eles vêm

Finalmente o segundo disco de Zé Coco do Riachão. Na capa seu Zé, sua rabeca e sua viola. Nada mais do que isso e nem precisa. Ele vale por dezenas de imagens e de sons, que arranca destes instrumentos fabricados por ele mesmo, utilizando uma técnica artesanal e material colhido ali mesmo no sertão do norte de Minas (ESTADO DE MINAS, 13 ag. 1981, s.p.).

Zé Coco do Riachão era violeiro, rabequista, sanfoneiro, pandeirista e compositor, É considerado um dos maiores nomes da música caipira brasileira. Aprendeu a tocar com o pai, que também era violeiro. Nascido no norte de Minas Gerais, onde a influência cultural dos quilombos é muito forte. Fez fama na região, mas só teve reconhecimento nacional com quase 70 anos de idade. Gravou dois discos e um CD na década de 1980, que não foram suficientes para livrá-lo da pobreza em que morreu.¹⁵⁵ Zé Coco do Riachão é uma figura simples, com um grande talento, descoberto por outro artista local Téo Azevedo¹⁵⁶.

Referente ao mesmo assunto, o Jornal Hoje em Dia de 13 de agosto de 1981, cita junto com a notícia do novo disco de Zé Coco informações sobre o Grupo Banzé¹⁵⁷, que se

¹⁵⁵ Ver em: Disponível em: <<http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/ver/ze-coco-do-riachao>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

¹⁵⁶ Téo Azevedo, mineiro de Alto Belo, distrito de Bocaiuva, no Norte de Minas, é dono de uma trajetória das mais curiosas na música brasileira. Além do notável trabalho com cultura popular (como compositor, produtor, escritor e cordelista), foi campeão mineiro de boxe, fundou escola de samba, criou passo de dança e escreveu livros pioneiros sobre literatura e medicina popular de sua região natal. Veja sobre Téo Azevedo no site: http://www.new.divirta-se.uai.com.br/html/sessao_19/2012/12/11/ficha_musica/

¹⁵⁷ “O Grupo Folclórico Banzé iniciou suas atividades em 20 de maio de 1968 dentro da sala de aula do Conservatório de Música Lorenzo Fernández em Montes Claros – MG, por iniciativa da professora Maria José Colares Moreira. Encorajados pelo dinamismo da Sra. Marina Lorenzo Fernandez Silva, e dos alunos do Curso de Folclore e História da Música, foi criado um grupo místico de danças, que passou a se chamar “Bandinha da Zezé” e posteriormente, por sugestão de um dos componentes, o Ricão, chegou-se ao Banzé.

A primeira apresentação do Banzé foi em abril de 1969, no Conservatório, com a presença da crítica de Arte, de Belo Horizonte, Maristela Tristão, professores e familiares. Em Maio daquele ano deu-se a primeira exibição em público, em festa do Lions Clube Centro. Logo em seguida, a convite da Colônia Israelita de Belo Horizonte, o Banzé apresentou-se no Teatro Francisco Nunes. Daí para frente foi só sucesso, até porque a madrinha do Banzé é Nossa Senhora, que desde o início abençoou e tem guiado o grupo nesses quarenta anos, por todos os recantos do mundo. O Banzé adquiriu nome com as primeiras apresentações e passando por várias cidades do Brasil, até que, em 1980, atendendo a um convite do Ministério das Relações Exteriores, Maria José Colares, fundadora e atual presidente do grupo, viajou para Viena, na Áustria, onde se reuniu o Comitê Internacional de Artes e Tradições Populares (IOV) para o qual foi eleita vice-presidente, fato que ajudou a levar o Banzé a se exibir na Europa. Em 1981 o Grupo se apresentou na Bélgica, França, e Áustria. Em 1984 foi aos Estados Unidos, viajando de costa a costa, tendo sido o primeiro grupo brasileiro a se apresentar no Epcot Center, na Disney World. Em 1987 retornou à França e Espanha. Apresentou-se também no Paraguai e Argentina, e, finalmente em 1989, voltou à Bélgica, Alemanha e à França, onde participou do Festival que comemorava o bi-centenário da revolução francesa, conquistando os três primeiros prêmios na cidade de Chateneuf-de-Faou, disputando com

encontra na Europa participando do Festival Internacional do Folclore, que também lança seu segundo elepê. São duas figuras bastante diferentes: Zé Coco e o Banzé. O primeiro é um sertanejo norte mineiro que tem o dom de tocar rabeca e confeccionar seus instrumentos e o segundo, um grupo formado pela elite local para difundir o folclore montes-clarense e mineiro.

Outra figura apresentada é “*Dona*” *Josefina: vovó centenária*, no Jornal de Montes Claros de 4 de julho de 1985: ”Josefina Mendonça Tupinambá, (viúva Tobias Leal Tupinambá) (...)” (JORNAL DE MONTES CLAROS, 4 jul. 1985, s.p.).

Atos Braga, no Jornal do Norte de 16-17 de maio de 1986, é apresentado como “uma legenda”. O texto relata acerca da perda de Atos Braga para a sociedade montes-clarense:

Atos Braga, Uma Legenda

Eis, meu caro leitor, porque toda a cidade de Montes Claros se encontra de luto, chora no dia de hoje. E não poderia ser outro o seu comportamento. Montes Claros perde hoje um dos seus filhos mais ilustres. Este filho que, hoje, infelizmente, parte para a eternidade é o querido amigo e companheiro prof. Atos Braga, um exemplo de homem honrado, de luta, de sede de saber, um dos homens mais cultos desta terra outrora chamada Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas. Homem brilhante: advogado, promotor de justiça, político, jornalista, músico, compositor, regente, contador e auxiliar de escrivão (JORNAL DO NORTE, 17-18 maio 1986, s.p.).

delegações de nove países, inclusive, Rússia, Canadá, Tchecoslováquia e México. Em 1991 retornou aos Estados Unidos onde se apresentou nos estados de Idaho e Utah. Em 1995, o Grupo esteve na Itália e Holanda. Apresentou-se em Latina (Sardenha), Quartu Sant'Elena, Sabaudia, Della Collina e Região de Zoldo. Na Holanda, o Banzé se apresentou em Odorn. Em todos os lugares onde o Grupo Banzé se apresentou foi muito aplaudido, recebendo inúmeros convites para participar de outros festivais internacionais na Europa e Américas. Em 1997, o Banzé participou do Festival Internacional da Polônia em Zielona Gora, onde, como sempre, obteve sucesso absoluto. Em 2000, o Banzé participou do Festival de Folclore do Canadá, nas cidades de Lachine e Cornwall, e nos Estados Unidos da América em Nova Iorque. Em 2003, o Banzé se apresentou no Festival Internacional de Folclore de Portugal, na cidade de Recarei, e, na Espanha, na cidade de Pontevedra. Em julho de 2005, o grupo retornou à Itália onde participou dos Festivais de Quartu Sant'Elena e Tempio Pausania na Sardenha, além de Ímola e Russi no norte da Itália. O Grupo participou também de vários Festivais Nacionais, como no Rio Grande do Sul, Paraná, Alagoas, Paraíba, Mato Grosso, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e inúmeras apresentações por Minas Gerais. O Grupo Folclórico Banzé já promoveu nove Festivais Internacionais de Folclore em Minas Gerais, com a participação de grupos de diversos países, tais como: Itália, Iugoslávia, Sérvia, Montenegro, Croácia, Israel, Líbano, Índia, República Tcheca, China, Coreia do Sul, Chile, Paraguai, Argentina, Letônia, México, Peru, Hungria, dentre outros. Contou também com a participação de grupos de vários estados brasileiros como: Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Pará, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e grupos de Minas Gerais. Desde o ano de 1993, o Banzé tem parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – e tornou-se realmente uma escola, na qual os alunos de folclore continuam o seu trabalho, mostrando a riqueza e a beleza das danças de origem (Disponível em: <<http://www.grupobanze.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2011).

O artigo discorre sobre a trajetória de Atos Braga¹⁵⁸, sua biografia ocupa uma página inteira do jornal, fato que demonstra a sua importância para a cidade. Da mesma forma, Ângelo Soares Neto trata a morte do Coronel Domingos Lopes (1896 a 1988) no Jornal do Norte datado de 10-11 de maio de 1986. Dedicar uma página inteira do jornal para dizer quem foi essa figura e o seu papel relevante para a cidade, pois sua família é aquela que vai dar origem ao Arraial das Formigas, descendentes do Alferes José Lopes de Carvalho. A história de Montes Claros não existe sem a figura do Coronel Domingos Lopes, comparado ao último moicano¹⁵⁹.

Cel. Domingos Lopes, o último dos Moicanos

A história de Montes Claros jamais poderá ser escrita ou contada sem a indelével presença do cel. Domingos Lopes, sob pena de não ser verdadeira. O Cel. Domingos Lopes é, por excelência, a própria história de Montes Claros. E se o omitem, por acaso, é porque não estão a par dos verdadeiros acontecimentos desenvolvidos nesta terra nos últimos cinquenta anos (JORNAL DO NORTE, 10-11 maio 1986, s.p.).

¹⁵⁸ “1904 – Nasce em Montes Claros Athos Braga, filho de Miguel Braga e dona Maria Soares Neves Braga. Exerceu as funções de Adjunto de Promotor de Justiça da Comarca de Montes Claros, de 1931 a 1933; foi Vice-Prefeito Municipal de Montes Claros, de 1949 a 1951, tendo exercido o cargo de Prefeito; Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Montes Claros, de 1951 a 1953; Secretário, Orador e Presidente da Loja Maçônica Deus é Liberdade, desta cidade; Presidente da União Operária e Patriótica de Montes Claros. É jornalista. Contador, Professor e Serventuário da Justiça: Escrivão do 3º Ofício da Comarca de Bocaiúva” (VIANNA, 2007, p.297).

¹⁵⁹ “Baseado no romance homônimo de James Fenimore, O Último dos Moicanos é um épico recheado de amor e batalhas durante a Guerra dos Sete Anos. Este remake do clássico de 1936 dirigido por Randolph Scott ficou a cargo de Michael Mann. A costa leste da América do Norte é alvo da disputa entre ingleses e franceses nos anos de 1756 a 1763. O filme conta a história da guerra, em que ambas as partes buscaram alianças com as comunidades indígenas para conquistar a posse das terras. Nathaniel Hawkeye é um jovem americano adotado e criado por uma família de índios moicanos. Junto com a tribo de Nathaniel, o território é também habitado por uma comunidade de colonos que não tem nenhuma simpatia pela Coroa Britânica. Mas a guerra está cada vez mais perto, e os colonos e índios são convencidos a integrar milícias favoráveis ao exército inglês, que domina seu território. Eles aceitam, sob a condição de serem dispensados da função caso suas famílias corressem perigo. Nesse contexto, Nathaniel encontra as filhas do coronel inglês Munro, encarregado pela defesa do forte William Henry. A mais velha, Cora, chama sua atenção e a paixão de ambos torna-se evidente, tendo como pano de fundo o terror da guerra. Contra o exército inglês, os colonos e alguns nativos, está a violenta tribo dos Yurons, aliada dos franceses. Todos correm perigo. O ódio mortal da tribo Yuron se dirige especialmente ao coronel britânico Munro, que foi o responsável pela chacina da família de um dos seus chefes guerreiros. Para conseguir a vingança, eles juntam-se às tropas francesas. As famílias dos colonos começam a ser atacadas pelos Yurons mas, desrespeitando o combinado, os ingleses não informam os integrantes das milícias. Nathaniel descobre e trata de aconselhar aos colonos que retornem para suas casas. O coronel Munro manda prendê-lo por incitação de motim. Neste meio tempo, o oficial interessado em Cora percebe que, de fato, ela e o jovem moicano estão apaixonados. Se resta alguma esperança em casar-se com uma das filhas do importante coronel, o oficial a perde rapidamente: pois a irmã da moça tinha os seus olhos fixos no irmão adotivo de Nathaniel. Mas o romance passa para um plano secundário: todos começam a ter problemas com a guerra. Emboscadas são armadas e nem todos conseguem se salvar. Ódio, vingança, tragédias, morte. Parte romance moderno, parte recriação histórica” (Disponível em: <<http://www.webcine.com.br/filmessi/ultimomo.htm>>. Acesso em 23 nov. 2011).



Figuras 55, 56 e 57: Imagens do Corredor Cultural: desenho para divulgação (2011); *out door* na Avenida Esteves Rodrigues(11/07/2011); e Show musical do I Congresso de História (2012) Fafil.

Fonte: Primeira imagem: Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=corredor+cultural+montes+claros&hl=pt->>. Acesso em 8 abr. 2013; e segunda e terceira fotografias de Filomena Cordeiro e Riley Adrcio Oliveira em julho e agosto de 2012, respectivamente.

O Jornal de Montes Claros no dia 13 de dezembro de 1987, relembra outro personagem de Montes Claros, o Cabo Santana, soldado montes-clarense que morreu durante batalha no Vale do Rio Reno, na Itália, na Segunda Guerra Mundial, no dia 9 de novembro de 1944. O jornal cita outros soldados que foram para a guerra e retornaram, dizendo que o único a morrer foi o Cabo Santana. Hoje existe uma rua/beco denominado "Beco Cabo Santana", localizado no centro da cidade em sua homenagem. Esse beco faz parte de um território que, atualmente abriga o "Centro Histórico - Corredor cultural"¹⁶⁰ de Montes Claros.

Konstantin Christoff¹⁶¹ é outra figura tratada nos jornais como propulsor da cultura local, mesmo sendo búlgaro, sobretudo nos aspectos relacionados a artes plásticas e escultura.

A família Andrade também ganha parte de uma página do Jornal de Montes Claros na edição de 6 de dezembro de 1987. João Augusto de Andrade chega a Montes Claros no início do século XX, com toda a sua família: "(...) João Augusto de Andrade chegou a Montes Claros trazendo consigo sua esposa, Da. Maria Senhorinha e os seus filhos. (...) Dedicou a criação de gado e, entrando na política, elegeu-se vereador por Patis, que na época era distrito de Montes Claros" (PAULA, 6 dez. 1987, s.p.).

O mesmo Jornal, na edição de 25 de outubro de 1987, a notícia sobre como a família Abreu radicou em Montes Claros:

Com Augusto Ourives, a família Abreu se radicou em Montes Claros

¹⁶⁰ Esse "Centro Histórico - Corredor cultural" foi inaugurado em 15 de março de 2012 e constitui uma rua que contém alguns casarões antigos, dentre eles, o Sobrado dos Maurício, restaurado e que abriga hoje a Secretaria Municipal de Cultura de Montes Claros, assim como o Casarão da Fafil onde funcionará o Museu Histórico Regional. O referido Corredor está localizado à rua Coronel Celestino, no centro de Montes Claros.

¹⁶¹ "Konstantin, com 10 anos de idade, emigra da Bulgária para o Brasil. A longa travessia em navio cargueiro marca para sempre suas retinas e sensibilidade. Na maturidade pinta belíssimas marinhas e passa a vida repetindo que um dia será marinheiro. No Brasil supera com facilidade as diferenças entre eslavos e latinos. É excelente aluno nas escolas e ajuda aos seus pais no trabalho de horticultura nas hortas banhadas pelos rios Pequis e Pai João, onde muitas vezes se banha. Muito jovem ainda apresenta tendência para o desenho e interesse pelas artes em geral. Lê a literatura clássica universal, experimenta a fotografia, interessa-se pelo cinema e pratica o desenho. Estuda medicina em BH, mas retorna a Montes Claros onde presta seu serviço a Santa Casa de Misericórdia por quatro décadas. Explica sua atuação no ofício de Hipócrates, não tanto como vocação, mas como envolvimento, não se sentindo médico. Formara-se em Medicina, antes de tudo para não contrariar os pais, que fizeram estardalhaço quando ele manifestou o desejo de ser marinheiro. Mas nem por isso fez pouco caso da profissão. Antes, curvou-se amorosamente ao atendimento do ser humano, na sua situação de maior fragilidade, a doença, conquistando respeito e fazendo fama como cirurgião, fato esse que o fez merecedor da comenda Levindo Lopes da Federação das Santas Casas, em 2006. Desde jovem e sempre, na bucólica e pacata Montes Claros de então, Konstantin despertava as atenções pelo exotismo de sua aparência e modos. Usa os cabelos compridos, fuma cachimbo sofisticado, passeia com um grande cão de feições estrangeiras e passa ao volante de um garboso Buik. Como tal, marca presença na noite boêmia. Em 1955 já está casado com Yêdde Ribeiro. Apaixonara-se pela moça bonita de modos finos e discretos. A partir de então, nela terá o sustentáculo moral e a preceptora de apurada sensibilidade artística, que com muito jeito levou-o a compreender a pintura que estava iniciando. "Recatada e ponderada, mas objetiva, lentamente, com modos perceptíveis, pertinazes e insidiosos, vai me domando, regulando e me enquadrando para ser um cidadão exemplar, dentro do possível" PATROCÍNIO, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011).

O primeiro membro da família Abreu a se radicar em Montes Claros foi Augusto Dias Abreu. Seu Augusto Ourives, como era conhecido, nasceu em Rio Manso, município de Diamantina, (...). Veio para Montes Claros ainda jovem, 25 anos, trazendo consigo a mãe, dois irmãos e um sobrinho. Espírita Kardecista dos mais dedicados, fundou o primeiro centro espírita (o Canacy) de Montes Claros. Participava ativamente dos movimentos sociais da cidade, tendo sido um dos fundadores da União Operária e Patriótica (...) Era além de ourives, músico (PAULA, 25 out. 1987, s.p.).

Jaime Rebello¹⁶², outro membro de família considerada importante da cidade, também é retratado nas páginas dos jornais montes-clarenses, em especial no Jornal de Montes Claros de 30 de janeiro de 1987, e homenageado em sessão solene pela Academia Montes-Clarense de Letras no seu centenário de nascimento (CANELA, 1987, p. 5).

Virgílio de Paula traça no Jornal de Montes Claros de 28 de agosto de 1988, a genealogia da família de Avelino Pereira¹⁶³, nascido em 8 de novembro de 1880 em São José do Gorutuba, Comarca de Grão Mogol, demonstrando o seu papel na história e na memória de Montes Claros (PAULA, 28 ag. 1988, s.p.).

Outra reportagem do mesmo Jornal de 1988, cujo título “*Nobres em Montes Claros. Existiram.*”, relata a existência de nobres na cidade, apesar de não se encontrar documentos que tratem sobre o assunto. “Os livros e documentos históricos da cidade não registraram maiores detalhes sobre o Coronel José Luiz dos Campos. Mas sabe-se que por um decreto do dia 19 de julho de 1879, este foi nomeado Barão de Montes Claros” (JORNAL DE MONTES CLAROS, 1988, s.p.)

A família Braga, igualmente compõe o quadro de pessoas notáveis da cidade a partir de sua descendência com Exupério Barbosa Braga¹⁶⁴. Exupério chegou em Montes Claros no final do século XIX, fugindo da seca de 1890 na Bahia e faleceu em 1926. A história dessa família é descrita em minúcias no texto de Virgílio de Paula no Jornal de Montes Claros (PAULA, 28 fev. 1988, s.p.).

Os jornais locais apresentam essas famílias e nomes como a história e a memória de Montes Claros: “sem essas pessoas não existe história da cidade”. Essa é uma afirmação bastante discutível, sobretudo a partir da proposta da historiografia britânica¹⁶⁵ e da Escola dos *Annales*¹⁶⁶. Diante dessas reportagens nos questionamos sobre: os “heróis de um povo”; a

¹⁶² “(...) veio de Portugal em 1900 com 13 anos de idade; entrou para o comércio no Rio de Janeiro, tornando-se depois, viajante comercial (cometa) de Gomes de Castro & Cia. Aqui em Montes Claros, em 1917, casou-se com Dolores Lafeté (...) trocando a vida de nômade pela de comerciante e fazendeiro (PAULA, 2007, p.155).

¹⁶³ Ver em: PAULA, 2007, p. 11- 12.

¹⁶⁴ Ver em: PAULA, 2007, 13-14.

¹⁶⁵ Ver em: HOBBSAWN, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁶⁶ Ver em: HOBBSAWN, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

existência e invenção desses heróis, pois, são criações, por exemplo, de jornais que objetivam legitimá-los através do tempo; esses nomes devem ser ressaltados e reafirmados o tempo todo pela imprensa local a partir de interesses determinados. Essas informações nos jornais possuem uma ideologia¹⁶⁷ e entendê-las é importante para ter consciência e tomar posicionamentos; quem são e onde estão os outros sujeitos sociais da história; motivos que levam a historiografia memorialista e positivista¹⁶⁸ a não tratar de outros agentes sociais como o homem comum. As tradições são inventadas¹⁶⁹ e se fortalecem nos textos jornalísticos, objetivando validação; as hegemonias¹⁷⁰ se constituem nas disputas, consensos e coerções; e as genealogias e nomes apresentados e reverenciados pela imprensa são expostos como patrimônio cultural da cidade. Essas e outras indagações fazem parte do repertório para elucidar a constante presença desses nomes na imprensa montes-clarense. No entanto, é notável que eles constituam “bens culturais” de Montes Claros, sobretudo analisando a forma da escrita realizada pela imprensa, bem como o formato de arranjo proposto para o acervo da DPDOR, pois a Hemeroteca possui vários títulos gerais que consistem nos assuntos dos documentos arquivados e guardados. Cultura é um desses assuntos privilegiados e contemplados na Hemeroteca, tendo como subdivisão de temas os nomes desses “sujeitos históricos”.

Ao trabalhar com a imprensa, de acordo com Marta Emisia Jacinto Barbosa, é necessário estar atento e “(...) discutir sobre quem são os ‘donos da mídia’ no Brasil, como as redes de comunicação e informação se organizam, quais seus métodos de trabalho, suas articulações com a sociedade, seus sujeitos” (BARBOSA, 2006, p. 262-263). Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto afirmam que,

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reiventação do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.257)

Nessa perspectiva, e de acordo com Lincoln de Abreu Penna, é necessário estudar sobre os jornais que trazem essas notícias com o objetivo de compreender as razões de

¹⁶⁷ Ver em: WILLIAMS, Raymond. Ideologia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 60 – 76.

¹⁶⁸ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa – América, 1983.

¹⁶⁹ Ver em: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1984.

¹⁷⁰ Ver em: WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.111-137.

articularem a informação conforme se propõem em tal veículo de comunicação (PENNA, 2007). Segundo Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto,

Neste primeiro momento (e em todo o transcorrer da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura frente à materialidade histórica por ela assumida. Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, (...) (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261).

Refletir sobre as questões acima é de grande utilidade, pois trabalhar com a imprensa não consiste apenas em transcrever as notícias. Elas compõem um contexto histórico, político, social, cultural e ideológico do território que a recebe. É perceptível essa constatação diante das matérias abordadas nos jornais relatados acima. Todos esses jornais se constituem e representam suas classes sociais e interesses.

Assim como a imprensa trata desses “sujeitos históricos”, também aborda outros bens considerados “cultura” e, conseqüentemente bens culturais de Montes Claros. Podemos citar, por exemplo, ruas da cidade. As ruas trazidas pela imprensa são aquelas que fazem parte do centro de Montes Claros ou “cidade velha” como a rua “Quinze de Novembro”. O nome da rua é para lembrar e reforçar a proclamação da República no Brasil. O título da matéria é bastante intrigante: “O *“Footing” da rua quinze*”. O autor do texto, Antônio de Oliveira Fraga, comenta acerca de um grande achado, um caderno contendo várias crônicas, dentre elas, uma que comenta e utiliza o mesmo título do artigo para tratar da movimentação, dos rapazes e moças na rua Quinze de Novembro na década de 1960. “Há em Montes Claros uma rua muito movimentada e interessantíssima – é a rua Quinze de Novembro” (FRAGA, 16 set. 1987, s.p.).

As ruas, ou melhor, os nomes das ruas reforçam os “heróis” e os “grandes feitos”, principalmente os da região central da cidade. Nesse sentido, Wanderlino Arruda assevera,

Há ruas e praças com títulos de coronéis, padres, engenheiros, príncipes, deputados, donas, irmãs, doutores. Trinta infinitos doutores, onze donas, cinco engenheiros. (...) Apesar de ser normal que nomes de vias públicas sejam de pessoas já do outro lado da vida, pelo menos três montes-clarenses receberam homenagem em vida: Mestra Fininha, Teófilo Pires e Hermes de Paula. Hermes chegou a ter três ruas, mas tendo reclamado o excesso, ficou com apenas uma. A Rua Simeão Ribeiro, quarteirão fechado, ao contrário do que muita gente pensa, não é de Simeão Ribeiro Pires, mas de Simeão Ribeiro dos Santos, o tio. Bem curiosos os casos de algumas praças com nomes e apelidos: a Doutor Chaves é praça da Matriz; a da Santa Casa é Honorato Alves; a da Catedral é Pio XII; a da Estação é Raul Soares; a do Automóvel Clube é a Doutor João Alves; a Doutor Carlos que era praça do Mercado, hoje é Doutor Carlos mesmo (Disponível em: <<http://www.wanderlino.com.br/cronicas/cronicas/>>. Acesso em: 23 nov. 2011).

As ruas Simeão Ribeiro, Dr. Veloso e Padre Augusto também compõem a área central de Montes Claros e refletem as figuras “importantes” da cidade. Como afirma Wanderlino Arruda (2011), as ruas e praças ganham nomes de coronéis, padres, engenheiros, príncipes, deputados, donas, irmãs e doutores. O homem comum não faz parte desse mundo de figuras ilustres que mereçam ter seus nomes gravados nas ruas.

A indicação dos nomes das ruas são projetos de lei apresentados por vereadores e votados nas Câmaras Municipais em homenagem a um cidadão significativo para a cidade. Werley Pereira de Oliveira relatou sobre essa questão em 22 de junho de 2012: “Por que não dar o nome de uma rua a seu João ou dona Maria... mas dão sempre pro doutor (OLIVEIRA, 22 jun. 2012).

As fotografias abaixo nos mostram ruas importantes de Montes Claros (Rua Quinze de Novembro, Simeão Ribeiro, Dr. Veloso e Padre Augusto) e demonstram as transformações que sofreram ao longo do tempo. Essas ruas eram movimentadas em épocas passadas e na atualidade (2013) continuam sendo referências na área central da cidade. A rua Simeão Ribeiro é hoje um ponto estratégico para o comércio, pois abriga várias lojas, o que contribui para o intenso trânsito de pessoas. A rua Padre Augusto, em 1940, segundo retrata a imagem acima, era calçada com paralelepípedos e também tinha um grande fluxo de pessoas, era também uma área comercial. A rua Dr. Veloso se apresenta como um ponto obrigatório de passagem, a imagem datada de 1940 mostra a ocorrência de uma carreata política com expressiva participação da população, fato que também hoje (2013), vez ou outra se presencia nessa. A rua Quinze de Novembro nos expõe o *glamour* versado nos escritos da imprensa e dos memorialistas.



Figura 58: Rua Quinze de Novembro (1933)

Fonte: Acervo da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – Unimontes



Figuras 59 e 60: Rua Simeão Ribeiro [1940?] e versão 2012, postadas respectivamente.
 Fonte: Acervo da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – Unimontes e de Filomena Cordeiro.



Figuras 61 e 62: Rua Dr. Veloso [1940?] e versão 2012, respectivamente.
 Fonte: Acervo da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – Unimontes e de Filomena Cordeiro.



Figuras 63 e 64: Rua Padre Augusto [1950?] e versão 2012, postadas respectivamente.
 Fonte: Acervo da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – Unimontes e de Filomena Cordeiro.

Outros aspectos tratados pela imprensa e considerados como patrimônios de Montes Claros são: a chegada do Banco do Brasil em Montes Claros em 1940, texto de Wanderlino Arruda publicado no Jornal de Montes Claros (ARRUDA, 22 mar. 1987, s.p.); publicação no Diário de Montes Claros em 1988 de artigos abordando a instalação da água encanada; os serviços dos Correios, implantado desde 1833; a chegada do primeiro caminhão em Montes Claros que vinha trazendo material para construção da cadeia e Fórum em dez de novembro de 1920; e a instalação da energia elétrica em 1917 (DIÁRIO DE MONTES CLAROS, 1988, s.p.). Esses artigos mostram que a cidade estava “progredindo” com a chegada de uma instituição bancária, água encanada, correio, meios de transportes, construção da cadeia e do fórum e energia elétrica. De fato, a vida dos montes-clarenses se alterou significativamente, com a instalação da água encanada não será mais necessário enfrentar uma longa fila no chafariz, ou dormir cedo ao toque do cessar da distribuição de energia elétrica ou ainda esperar uma pessoa vir de outra cidade para enviar e/ou receber cartas. Esses patrimônios revelam que a cidade estava crescendo e se desenvolvia com o advento de alguns benefícios.

Verificamos a conquista de uma variedade de patrimônios pela e/ou para a cidade. É interessante verificar que existem outras categorias pensadas como bem e alocadas no campo cultural. As conquistas acima citadas – água, energia elétrica, correios, etc. –, cujos artigos são arquivados no caderno denominado *Cultura* da Hemeroteca da DDPOR consistem em crônicas escritas para o Diário de Montes Claros, contendo ou não assinaturas, rememorando temas alusivos ao aniversário de 130 (cento e trinta) anos da cidade. Foi elaborado no Diário de Montes Claros um caderno especial para tratar desse assunto, ou seja, o aniversário de Montes Claros. O Diário de Montes Claros quer mostrar como a cidade se desenvolveu e conquistou o progresso desde 1857, data de elevação à cidade¹⁷¹, até 1988. É como uma retrospectiva da existência de Montes Claros. Esse é um grande acontecimento na cidade:

Elevação à cidade 1857

Não encontramos registrado em nossas buscas, nada que demonstrasse o regozijo da população pelo acontecimento. Nada de oficial a não ser o texto da lei; mesmo a tradição oral pouco transmitiu até nossos dias. Sabe-se apenas que a Banda Euterpe Montes-clarense, fundada no ano anterior, saiu à rua pela primeira vez no dia em que se festejou o fato (DIÁRIO DE MONTES CLAROS, 1988, s.p.).

¹⁷¹ Laurindo Mékie Pereira e Marcos Fábio de Oliveira tratam dessa questão da elevação à cidade de Montes Claros partindo do princípio que esse fato ocorreu em 16 de outubro de 1831, quando o Arraial passa a ser vila. A denominação de vila para eles constitui o mesmo que cidade (PEREIRA, 2002, p. 46 – 69).

O texto narra a preocupação em encontrar documentos que tratem desse assunto, mas a reportagem relata apenas que o único documento existente e oficial é a lei. Nesse trecho observamos que documentos parecem difíceis de serem encontrados, mesmo os oficiais, remetendo-nos a pensar outro patrimônio cultural, os documentos, alvo deste estudo. Ainda que o assunto seja pouco abordado pela história oral, deixa-nos a pergunta: a transformação de Vila para cidade teve algum significado para a população? O sinal de “regozijo” parte apenas da Banda Euterpe que sai pelas ruas do centro de Montes Claros, pela primeira vez, tocando em comemoração. Essa é a única notícia desse “grande dia”. A imprensa registrou o acontecimento e, assim, possibilita, além da lei, outras leituras sobre esse episódio. Outro ponto a ser levantado diante desse trecho do jornal é o papel de uma banda de música na cidade. Ela vem para anunciar “boas novas” e, estando no caderno Cultura da Hemeroteca da DPDOR igualmente é percebida como patrimônio cultural, nesse caso, imaterial.

Além de todos esses assuntos tratados pela imprensa podemos também citar as praças que são lembradas como ponto de encontro, homenagens a personalidades e origem da cidade de Montes Claros como a Praça Dr. Chaves; a praça Dr. Carlos, retratada no Jornal de Montes Claros por Ruth Tupinambá Graça (GRAÇA, 28 ag. 1988, s.p.), e a praça Dr. Santos pelo Jornal de Montes Claros por João Carlos Queiroz (QUEIROZ, 3 jul. 1988, s.d.); bem como festas, modinhas, prédios e outros, entre elas, a festa de agosto abordada por Geraldo Ataíde no Jornal de Montes Claros (ATAÍDE, 3 jul.1988, s.p.); Mercado Municipal (JORNAL DO NORTE, 9 jun. 1988, s.p.); as modinhas e as serestas apresentadas por Hermes Augusto de Paula por meio do Jornal de Montes Claros datado de 24 de abril de 1988 (PAULA, 24 abr.1988, s.p.); Igreja dos Morrinhos descrita por Ruth Tupinambá no Jornal de Montes Claros (TUPINAMBÁ, 7 fev. 1988, s.p.); as folias de reis narradas por Waldir de Pinho Veloso no Jornal de Montes Claros (VELOSO, 8 jan. 1988, s.p.); a história da imprensa local contada por Robson Costa através do Jornal do Norte (COSTA, 16 jul. 1989, s.p.); o artesanato (DIÁRIO DE MONTES CLAROS, 3 jul. 1990, s.p.); entre outros. Verificamos a mesma incidência nos jornais da década de 1990 e 2000. Podemos citar também reportagens que tratam sobre os seguintes assuntos: poetas e poesias regionais (JORNAL DO NORTE, 26 jan. 1996, s.p.); Festa do Pequi (ESTADO DE MINAS GERAIS, 25 set. 1993, p. 5); etc. A Hemeroteca da DPDOR, conforme pode ser verificado por meio da relação acima, possibilita ao historiador um manancial de fontes, permitindo-o refletir acerca de várias questões sobre Montes Claros, assim como assuntos referentes ao patrimônio cultural, objeto do nosso estudo.

Entre as reportagens do Jornal de Notícias, encontramos uma matéria de página inteira abordando a criação de um Museu histórico para Montes Claros. A reportagem nos chamou a atenção, por tratar de uma instituição caracterizada como lugar de memória¹⁷². O texto apresenta uma entrevista com Milene Maurício que discorre sobre as questões referentes à implantação de um museu histórico. O jornal de Notícias faz a seguinte pergunta:

- Fala-se do museu histórico, do geográfico, do de imagem e do som, e, no entanto, nenhum é viabilizado.

Por isso que nada vai bem em Montes Claros, porque cada um quer fazer o seu museu. A Faculdade de Filosofia, por exemplo, tem um pró-memória, **o doutor Simeão Ribeiro tem um museu na casa dele**, mas quer construir um prédio completamente diferente, porque não concorda com a idéia de uma casa antiga servir de museu. Por isso, não dá as peças dele para fazer um museu (Grifos nossos) (JORNAL DE NOTÍCIAS, 8-9 set. 1990, s. p.).

Na entrevista encontramos relatos sobre a documentação que comporá o acervo. Objetos ainda não foram doados, apenas documentos como periódicos e fotografias. Constatamos a presença de documentos relevantes para a história da cidade em mãos de particulares “(...) o doutor Simeão Ribeiro tem um museu na casa dele” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 8-9 set. 1990, s. p.). Verificamos que há certa desconfiança em relação à doação desses objetos para o referido museu. Na entrevista Milene Maurício pronuncia que o museu deve pertencer a uma fundação [Fundação Norte Mineira de Ensino Superior Norte Mineira, atual Unimontes], pois, caso seja a Prefeitura Municipal, as mudanças de mandatos dos prefeitos podem provocar o desaparecimento de peças e objetos. Esse relato denota a falta de políticas públicas em relação à museologia e, consequentemente ao patrimônio cultural municipal. Milene Maurício ao ser questionada sobre o acervo para exposição no museu informa que,

- acervo histórico de que se dispõe em Montes Claros já possibilita a montagem de um museu?

Sim, temos muita coisa. Para completar, é só apelar a população para fazer doações, porque todo mundo guarda um pouco da memória. É só reunir tudo, que dá um museu muito eclético.

- (...) O que vocês conseguiram?

Fotografia, jornais, revistas, pequenos objetos de personagens da história de Montes Claros. (...) De objetos não temos quase nada. (...) mas acho que as pessoas doarão os objetos, desde que tenha um lugar para expô-los (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1990, s. p.).

¹⁷² Ver em: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, memória e centralidade urbana*. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Debates, 2007. (Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>. Acesso em: 22 fev. 2012 .

Também se constata falta de definição em relação a temática do museu: histórico, geográfico, do cerrado, da imagem e do som. Ainda discute muito sobre o prédio, pois esse não existe e deve ser providenciado pelo prefeito por meio da articulação com o governo do Estado. A princípio, Milene Maurício sugere o Casarão da FAFIL ou o antigo Colégio Tiradentes. Há várias outras reportagens na década de 1990 e 2000 que também enfrentam essa discussão da criação do Museu Histórico. Essa é uma questão que, de acordo com as fontes, revelam o interesse por parte de um grupo e o desinteresse, sobretudo do âmbito político.

Constatamos a partir da década de 1990, a ênfase dada em relação ao patrimônio arqueológico, principalmente no norte de Minas. O Jornal do Norte (5 set. 1996, p. 8) aborda como o Norte de Minas guarda tesouros arqueológicos, assim como trata da variedade de vestígios existentes na região; o achado de animais antigos como mastodonte; a sedução dos vestígios arqueológicos; Vale do Peruaçu; além de outras.

O folclore é relatado por Amelina Chaves trazendo “(...) contos, ‘causos’, lendas, mitos, superstições, fábulas, jogos, brincadeiras (...) (JORNAL DO NORTE, 11-12 abr. 1998, s.p.).

Ao trabalhar com a imprensa deve se levado em consideração, também, a importância que ela tem no cotidiano das pessoas, possibilitando a construção de ideologias, identidades e fortalecendo grupos no e do poder. Conforme Laura Antunes Maciel,

Parece fora de questão afirmar a preponderância da mídia, especialmente da imprensa diária, em nossa contemporaneidade na definição do que é ou não relevante para nosso entendimento de mundo, na construção de sentidos e ordenamento da realidade social e na constituição de memórias hegemônicas. Afinal, aquilo que o jornal noticia – os acontecimentos e sujeitos que enuncia –, ‘o que deu no jornal’, é geralmente aceito como parâmetro seguro do que de fato ocorreu e de sua importância para o conjunto da sociedade. Testemunha da história, registro do cotidiano, porta-voz ou simples depositária dos ‘fatos’ de nosso tempo, a imprensa seria o lugar privilegiado para a realização de uma ‘história imediata’ ” (MACIEL, 2000, p. 14).

Igualmente deve ser levado em conta, de acordo com James William Goodwin Júnior, que a “(...) pesquisa bibliográfica ambienta e instrumentaliza o historiador para melhor avaliar e interpretar os textos impressos; (...)” (GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 99). Esses testemunhos constituem vestígios do passado passíveis de leituras nas suas entrelinhas e diagonais, bem como incitam posicionamento dos historiadores em particular, conforme aborda Laura Antunes Maciel:

(...) é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa (MACIEL, 2000, p. 15).

A imprensa local, de acordo com as reportagens analisadas, tem uma concepção de patrimônio cultural de Montes Claros, conforme podemos observar, a partir dos bens arquitetônicos. A novidade da abordagem realizada pela imprensa em relação aos memorialistas estudados por meio do livro de Milene Maurício e das Revistas do IHGMC, consiste na apresentação das ruas contendo nomes de pessoas “notáveis” ou figuras que “construíram a cidade” e, conforme relata, “são a história e a memória de Montes Claros”. Observamos também a referência à criação do Museu Histórico, que ganha ênfase na imprensa na década de 1990 e 2000. A imprensa traz à tona muitas vezes as questões relativas aos documentos “históricos” da Prefeitura Municipal de Montes Claros que, para eles, constituem a cultura local, no entanto, são sempre motivo de preocupação, pois se encontram em estado lastimável ou ausentes para se escrever sobre algum assunto relevante da cidade. Essa apreensão se evidencia nas datas comemorativas de aniversário de Montes Claros, quando a imprensa quer contar a história da cidade, mas não acha documentos para tal empreendimento. Outra inovação da imprensa montes-clarense ao pensar os bens culturais constitui na apresentação do patrimônio arqueológico, sobretudo na década de 1990. O folclore, a volta do trem, Psiu Poético¹⁷³, enfim, a imprensa na década de 1990 e 2000 começa a ampliar o leque de possibilidades para pensar o patrimônio cultural, tanto da cidade de Montes Claros como do Norte de Minas. Esse horizonte que se alarga para refletir os bens culturais é despertado a partir de políticas públicas que são implementadas nessa época¹⁷⁴.

¹⁷³“O Salão Nacional de Poesia Psiu Poético é um evento literário idealizado pelo poeta brasileiro Aroldo Pereira, membro do Grupo de Literatura e Teatro Transa Poética, que acontece anualmente, desde 1986, em Montes Claros, Minas Gerais. Consta de apresentação de poemas, lançamentos de livros e palestras sobre a produção literária no Brasil, e tem a participação de escritores conhecidos de diversas escolas literárias da literatura brasileira, especialmente em verso.” Ver em: INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Salão Nacional do Psiu Poético. Montes Claros, 2011.

¹⁷⁴ Em Minas Gerais na década de 1990 tem iniciativas no sentido de pensar a proteção dos bens culturais estaduais, sobretudo do patrimônio arquivístico, dentre elas, a Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências e o Decreto n.40.186 de 22 dezembro de 1998 que dispõe sobre a Gestão de Documentos Públicos. Em Montes Claros a partir de 1988 organiza-se um projeto denominado “Implantação do sistema de Arquivo do Município de Montes Claros”, e na sequência ocorre a realização de vários cursos que pensam o patrimônio cultural por meio da Secretaria de Cultura.

As pesquisas nessas fontes, a imprensa, especificamente neste estudo sobre o patrimônio cultural e, sobremaneira os arquivos, assim como o seu papel na sociedade montes-clarense e também na sua amplidão, enveredando no âmbito mundial, mas, sobretudo no nacional e estadual, contribuíram para o entendimento de como Montes Claros se apresenta e trata os seus bens culturais.

Diante do exposto até então, consideramos os lugares de memórias de Montes Claros, que são diversos, possibilidades de reconhecimento e identificação. Ao analisar o livro de Milene Maurício *O Patrimônio Histórico de Montes Claros*, as Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros e a Hemeroteca da DPDOR, verificamos várias facetas que são apresentadas enquanto patrimônio histórico e cultural da cidade ou simplesmente como cultura. Contudo, ao tratar sobre o patrimônio histórico de Montes Claros também estamos discutindo a respeito dessas questões em âmbito regional, estadual, nacional e – por que não? – internacional. Pensar acerca de objetos, casarões, igrejas, monumentos, documentos, enfim, lugares de memórias, consiste em investigar como o homem se reconhece e se identifica com esses bens. As memórias são muitas e não apenas única, assim como a história, por isso, a diversidade das pessoas, das culturas, das formas de pensar e viver também são diversas, alia passado e presente e, ainda mais, presente e passado. O homem do presente, precisa se reconhecer e se encontrar no passado para se identificar com um determinado grupo, mesmo sendo um indivíduo único. Coletivo e individual, assim como individual e coletivo se convergem, possibilitando ao homem se reconhecer em uma determinada sociedade que possui um jeito próprio e único de viver. Conforme nos afirma José Maria Jardim, “A memória é, portanto, processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente (JARDIM, 1995, p. 2).

As fontes citadas acima nos revelam a construção de memórias para Montes Claros, muitas delas, a princípio vinculadas a uma elite local que precisa se consolidar no poder, sobretudo no aspecto intelectual, político, econômico e social. Desta forma, constatamos a história e a memória oficial da cidade se configurando, pois o documento-monumento é um instrumento de poder. José Maria Jardim afirma que,

(...) ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque, um monumento, todo documento é antes de tudo uma montagem que deve ser desmontada, uma construção a ser estruturada, analisando-se as suas condições de produção (...) **o documento-monumento deve ser estudado como um instrumento de poder.** A partir do século XIX, no interior do projeto de Estado Nacional, **desenham-se concepções de memória e inventam-se tradições para uma nação** que reserve um passado comum aos seus integrantes. A noção de **patrimônio histórico/cultural** insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio

comum e uma identidade própria. **A construção desse patrimônio pressupõe valores, norteadores de políticas públicas**, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais. **Tais valores**, conforme Menezes (1992, p.189), **são historicamente “produzidos, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados”**, referidos a dimensões cognitivas, formais, afetivas e pragmáticas. Como tal, **o patrimônio “é político por natureza”** (*ibid.* p. 191) (grifos nossos) (JARDIM, 1995, p. 3).

Montes Claros delinea a sua “identidade” a partir dos monumentos erigidos em praças públicas; ou ao reforçar o pertencimento de determinado prédio/casarão a “fulano” e a “beltrano” - que construiu a história da cidade e, por isso, é também um patrimônio –; ou as igrejas que tiveram como párocos, padres que, na maioria das vezes, têm poder, principalmente político, ou porque essas igrejas localizam-se na parte central da cidade; e, ou ruas, em que constam nomes de pessoas consideradas “importantes”. Enfim, são ressaltadas noções de patrimônio que não apresentam cheiro de gente que trabalha, vive e morre em um cotidiano aparentemente “sem relevância” de acordo com os padrões de valores do poder. Ir ao mercado e fazer a feira semanal; ficar na porta da casa nos finais de tarde; se relacionar com a vizinhança; ir à Igreja nos finais de semana; cozinhar o arroz com pequi e a carne de sol; morar em casas que abrigam mais de uma família, as quais ganham uma estrutura bastante peculiar; ou seja, o cotidiano da maioria dos moradores da periferia de Montes Claros não constitui patrimônio, muito menos cultural, pois foge à ideia de “(...) valores, norteadores de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais (...) historicamente produzidos, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados” (JARDIM, 1995, p. 3).

Tudo isso parece tão banal e trivial e, portanto, não é patrimônio cultural. Vejamos o depoimento em 17 de setembro de 2011 de José Ribeiro Lopes, morador do bairro Santos Reis:

Vivo aqui com meus fio todos... eles foi casando e como não tinha onde ficar, foi morando aqui comigo e minha muié. Isso é muito bom. Ter meus fio perto de mim. Aqui, nossa casinha é simples, mas cabe todo mundo. Oia aí ... tem filho, neto, nora... É uma festa... todo mundo junto. De tardzinha ficamo tudo aqui na frente da casa, pois lá dentro é quente e aproveitamo para conversar com os vizinho e as pessoa que passa na porta. Depois de um dia de trabaio, nada mió que bater um papo e ver a criançada brincando na rua (LOPES, 17 set. 2011).

Esse relato nos revela vivências e, com elas, os bens culturais experimentados no cotidiano por um morador da periferia de Montes Claros, ou seja, a vivência com os filhos, neto, nora ou genro, entre outros. Para José Ribeiro Lopes, sua herança, ou seja, seu

patrimônio¹⁷⁵ é a sua família, que é numerosa e se constitui por várias gerações; ou a sua “casinha”, que é simples, mas possibilita a convivência diária e, assim o (re)conhecimento um do outro, proporcionando o gostar, muitas vezes com brigas e desavenças, porém, com momentos de alegria, pois é uma “festa” estar todos juntos; ou sentar na porta da casa no final do dia para se refrescar e encontrar com os outros vizinhos que vão e vêm pelas ruas; ou ver as crianças brincando na praça da igreja, local de oração e também de encontros. Esse cotidiano frugal parece não constituir patrimônio cultural, pois não revela a imponência das construções, assim como a força e o poder do político retratado nas estátuas/esculturas ou nomes de ruas; os sobrenomes com teor e respaldo no âmbito social; a igreja que é distante da vida das pessoas, porque os títulos e até as orações constituem a forma de viver específico de um determinado grupo; e/ou os documentos que registram os “feitos heroicos” dos construtores da cidade.

O depoimento de José Ribeiro Lopes nos mostra concretamente outras possibilidades para pensarmos lugares de memórias, além dos oficiais como museus, arquivos, centros de documentação, bibliotecas, centros culturais, casas de cultura, casas de memória, bens tombados e etc. Esses lugares oficiais, dependendo do formato e características elaboradas a partir do seu projeto, também podem propiciar ao morador da cidade se perceber e se encontrar neles e não apenas se constituir enquanto memória de alguns. As políticas públicas estabelecidas nessas instituições podem se convergir nesse sentido, possibilitando ao cidadão comum se ver como aquele que colabora com a construção da cidade em que vive. Essa mesma cidade é feita de gente, todas as gentes, e não apenas daqueles que possuem um sobrenome “importante” ou que chegaram primeiro na “Fazenda Montes Claros” ou veio por causa de um cargo político que ocuparia. Perceber esses moradores da cidade e incluí-los na sua vida é um direito à cidadania e à memória.

Nessa perspectiva, esse estudo refletiu sobre o patrimônio cultural de Montes Claros e, nele, ressaltamos nosso objeto, os arquivos públicos de Montes Claros, especificamente o Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador - Ivan José Lopes. Essas instituições, os arquivos públicos, constituem lugares de memórias, pois guardam documentos sobre a atuação do poder legislativo de uma cidade. Ao pensar o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, a ideia é analisar não somente acerca do poder político que possuem os

¹⁷⁵ Ver em: GONÇALVES, 2002, p. 78. “A raiz da palavra explicita nitidamente o seu sentido. “Etimologicamente, ‘patrimônio’ vem do latim *patrimonium* e está associado à idéia de uma propriedade herdada do pai ou de outro ancestral.”¹⁷⁵ Assim, o vocábulo patrimônio associa-se a paterno e a pátria, constitui, então, um legado ou uma herança que se transmite de pai para filho, de geração para geração.”

vereadores enquanto autoridades locais, mas os documentos que são produzidos por eles e que repercutem na vida dos cidadãos. Essas autoridades políticas fazem leis¹⁷⁶ que deverão ser cumpridas por todos os moradores da cidade, consequentemente elas mudam comportamentos e atitudes e, assim, estabelecem novas formas de viver na e da cidade. Dessa forma, esse Arquivo Municipal, por isso público, constitui um lugar de memória(s) de todos, no entanto, no jogo político, muitos interesses são tramados nas câmaras municipais e, assim, demandando maior participação popular. Esse lugar de memória oficial contém documentos que dizem respeito à vida dos cidadãos comuns, moradores da cidade como José Ribeiro Lopes, Marta Verônica Vasconcelos Leite, Alberta Neves Ruas, Flávio Souza Cordeiro, e tantos outros. José Maria Jardim diz que,

(...) “**os arquivos** constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles **existem porque há necessidade de uma memória registrada**”. Como tal, os arquivistas devem contar com o apoio de historiadores “para trabalharem a definição mesma de arquivos como **lugar de elaboração** e de **conservação da memória coletiva** (Grifo nosso)”. (JARDIM, 1995, p. 4).

Estudar o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes constitui pensá-lo como um direito à memória¹⁷⁷ de todos os moradores de Montes Claros que moram, trabalham, consomem, enfim, vivem numa cidade, cujas leis contribuem para a construção dos modos de pensar, sentir e agir, ou seja, o viver dessas pessoas.

¹⁷⁶ Ver em: THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

¹⁷⁷ Ver em: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

CAPÍTULO III

O ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO VEREADOR - JOSÉ IVAN LOPES E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA: OS EMBATES PELA MEMÓRIA E O PREÇO DO ESQUECIMENTO

Voltemos ao passado para o presente e consideremos os problemas de se escrever a história da sociedade (THOMPSON, 1998, p. 88).

O Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, de acordo com o exposto nos capítulos anteriores desta tese, possui um acervo riquíssimo que tem permitindo aos estudiosos e pesquisadores, principalmente locais, pensarem por meio das suas leituras, Montes Claros. A cidade, a partir de tantas possibilidades de fontes¹⁷⁸, mas, especialmente através desse acervo, tem sido (re)analisada e muitas outras histórias têm vindo à tona, que não seriam imagináveis se não existissem esses documentos.

Pesquisar o acervo desse Arquivo é penetrar nas muitas histórias de Montes Claros, pois ao ler os seus documentos vislumbramos – um futuro próximo - estudos com tantas possibilidades que nos oferecem. São inúmeros e diversificados temas que vêm ao nosso pensamento, que por vezes acabam por nos desviar da nossa proposta e, diante dos prazos estabelecidos para a investigação vigente e dos recortes necessários a todo historiador, somos arrebatados novamente para o nosso objetivo ao consultar aquela documentação. E o presente nos chama à realidade no sentido de escrever a história da sociedade, nesse caso montes-clarense, tendo como referência os problemas apontados diante dos conflitos e incômodos extraídos das nossas experiências pessoais, profissionais e acadêmicas. Para tanto, compreender quem utiliza o acervo documental dos arquivos públicos de Montes Claros, bem como de que forma são utilizados; com que intuito e interesse; o que produzem com esse acervo; qual a repercussão da produção dos trabalhos historiográficos a partir do acervo dos arquivos públicos de Montes Claros; quais as memórias são construídas e com que finalidade;

¹⁷⁸ Conforme abordamos anteriormente Montes Claros possui três arquivos públicos – DPDOR da Unimontes, Arquivo Público da Prefeitura e Câmara Municipal de Montes Claros – além de acervos de ou em mãos de particulares, como jornais, revistas, fotografias, vestuários, peças, objetos, mobiliário, imóveis e tantos outros, como a paisagem e os moradores da cidade que experimentaram com suas vivências o que é morar nesse local.

quais as construções historiográficas são produzidas com esses documentos arquivísticos e com que objetivo se faz isso; enfim, muitas são as indagações que perpassam nosso estudo, tendo como enfoque o Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.

Esses questionamentos nos levam refletir acerca do papel da escrita da história de Montes Claros. Atualmente (2013), verificamos muitos trabalhos sendo produzidos, tanto na academia como em outras instituições ou por particulares, que constam como trabalhos historiográficos. Em 2012, por exemplo, houve os lançamentos dos livros “As posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas - 1858” de Dario Teixeira Cotrim em 17 de maio; em 21 de agosto, “História e memória: aspectos sociais políticos e religiosos do catolicismo norte-mineiro” de Franscino Oliveira Silva; e em 23 de outubro, “Montes Claros em Crônicas”, de Yvone Silveira. Há muitas outras publicações que não vamos enumerar nesse momento, mas são pesquisas, cada uma com um estilo próprio e que apresentam a formação dos autores, inclusive temáticas. O fato é que há uma produção historiográfica sobre Montes Claros, publicada ou não, que remete aos documentos sob custódia do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes.

Constatamos no decorrer deste estudo que a escrita da história de Montes Claros possui várias versões e a existência de uma diversidade de profissionais – advogados, bancários, matemáticos, artistas plásticos, jornalistas, pedagogos, militares, médicos, professores, engenheiros, entre outros -, que se aventuram em fazê-la. Essa comprovação demonstra a riqueza de possibilidades para se pensar a cidade e a História solicita o auxílio de outras ciências para consecução do seu trabalho. A interdisciplinaridade é salutar para a história e a historiografia¹⁷⁹, todavia, o profissional da história deve executar o seu *metier*. Essa é uma discussão atual (2013) entre os historiadores, inclusive no Senado Federal, com Projeto de Lei nº 368 de 2009, que objetiva regulamentar o exercício da profissão de Historiador, apresentada pelo Senador Paulo Paim¹⁸⁰. Nossa proposta possibilita discutir a referida Lei, que ainda se encontra em tramitação¹⁸¹. Ela está sendo apresentada para mostrar

¹⁷⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rido de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁸⁰ Ver em: Projeto de Lei nº 368 de 2009, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?>>. Acesso em: 29 out. 2012.

¹⁸¹ Últimas informações coletadas sobre a referida Lei:

“09/11/2012

SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação:

REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remessa Ofício SF nº 2104 de 09/11/12, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 58 a 60)” Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

que a escrita da história, em especial a História Local e Regional¹⁸², é realizada por outros profissionais além dos historiadores, provocando em âmbito nacional a reflexão acerca da sanção de uma lei que visa proferir qual é o papel desse profissional. A criação dessa lei nos revela que há embates em relação à questão, ou seja, a escrita da história. Esse debate é bastante controverso, havendo quem seja contra ou a favor. No entanto, verificamos que o historiador conhece a sua função social e o seu *metier* no sentido de poder conviver com outros profissionais que escrevem história e, inclusive utilizar esse material como fonte para suas pesquisas.

O Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009 estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional do historiador da seguinte forma:

Art. 1º Esta Lei **regula a profissão de historiador**, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.
Art. 2º É livre o exercício da atividade profissional de historiador, desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.
Art. 3º O **exercício da profissão de historiador**, em todo o território nacional, é privativo dos **portadores de**:
I – **diploma de curso superior em História**, expedido por instituições regulares de ensino;
II – diploma de curso superior em História, expedido por instituições estrangeiras e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
III – **diploma de mestrado, ou doutorado, em História**, expedido por instituições regulares de ensino superior, ou por instituições estrangeiras e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação (Grifos nossos) (BRASIL. Senado, *Projeto de Lei nº nº 368, de 2009*, 2009, p. 1).

Esse projeto de lei remete a mais uma contenda secular, principalmente com o advento da industrialização que demanda profissionais no mercado de trabalho. Se há um mercado acirrado em disputas de espaço profissional, a legalização constitui a legitimação dessa profissão, onde existe uma divisão de tarefas e especialidades. Esse é um tema delicado e polêmico. Dessa forma, compete ao historiador:

I – **magistério da disciplina de História** nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior;
II – **organização de informações** para publicações, exposições e eventos em empresas, museus, editoras, produtoras de vídeo e de CD-ROM, ou emissoras de televisão, sobre temas de História;
III – planejamento, organização, implantação e direção de serviços de **pesquisa histórica**;
IV – assessoramento, organização, implantação e direção de **serviços de documentação e informação histórica**;
V – assessoramento voltado à **avaliação e seleção de documentos**, para fins de

¹⁸² Ver em: BARROS, José D'Assunção. O campo histórico: Rio de Janeiro: CELA, 2002.

preservação;

VI – elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e **trabalhos sobre temas históricos** (Grifos nossos) (BRASIL. Senado, *Projeto de Lei nº 368, de 2009*, 2009, p. 1).

As atividades de competência do historiador, de acordo com o referido Projeto de Lei, pensa o profissional de história, uma vez que o mesmo amplia as suas funções, indo além da sala de aula. O historiador é professor, mas igualmente pode trabalhar com turismo, patrimônio cultural, pesquisa histórica, órgãos de documentação e assessorando as mídias com temas históricos. Todas essas atribuições se relacionam com questões próprias aos historiadores. Esse profissional deve regularizar sua profissão por meio do registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do local onde irá atuar. Para tanto,

Art. 5º Para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador, é **obrigatória a apresentação de diploma** nos termos do art. 3º desta Lei. 2

Art. 6º As **entidades que prestam serviços em História** manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, **historiadores legalmente habilitados**.

Art. 7º O **exercício da profissão de historiador requer prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego** do local onde o profissional irá atuar. (Grifos nossos) (BRASIL. Senado, *Projeto de Lei nº 368, de 2009*, 2009, p. 1-2).

No Senado Federal houve vários debates¹⁸³ e a Relatora do Projeto, a Senadora Vanessa Grazziotin, da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, apresenta a seguinte análise do referido Projeto:

Como já se afirmou no parecer anterior deste Colegiado, nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre condições para o exercício de profissões.

Sob o aspecto formal, **não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto**. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I e XVI, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto ao **mérito da proposta, mantemos o entendimento favorável**, antes exposto, agora reforçado pelos argumentos elencados nas outras Comissões que analisaram a matéria, aos quais nos reportamos. **É inegável que os historiadores não estão mais restritos, em seu trabalho, às salas de aula. São necessários e imprescindíveis em museus, centros culturais, empresas de publicidade e de turismo e são demandados, com frequência, na produção cinematográfica e nos meios de comunicação**.

¹⁸³ O projeto é apresentado em 2009 e até novembro de 2012, ainda, continua em tramitação, sendo discutido pelos parlamentares. Essa informação é datada de 10 de abril de 2013.

Essa regulamentação vai tornar os cursos de História mais atraentes, melhorando o perfil dos candidatos ao exercício desta profissão. E irá facilitar o acesso dos formandos ao mercado de trabalho, abrindo horizontes e espaços profissionais para os historiadores. Em última instância, a norma servirá ao interesse coletivo, **melhorando o nível dos produtos artísticos e culturais e colaborando para a preservação de nosso patrimônio histórico.** Estamos instituindo, com a aprovação desta proposta, uma identidade legal para os profissionais da História. Com isso queremos dar impulso à qualidade e à excelência na produção de bens e serviços histórico culturais, difundindo a consciência da responsabilidade social do historiador entre aqueles que se dedicam a esta atividade. **Com certeza um fator a mais na construção da cidadania.**

III – VOTO

Por todo o exposto, **opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009,** com acolhimento da Emenda nº 01 de Plenário (Grifos nossos) (BRASIL. Senado, 2009, *Parecer da relatora Vanessa Grazziotin*, p. 2-3).

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, assim com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, praticamente com o mesmo texto da Comissão de Assuntos Sociais, aprova o referido projeto, cuja menção e leitura são publicadas no Diário Oficial da União em 14 de agosto de 2012:

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 1.018 a 1.020, de 2012, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Educação, Cultura e Esporte; e Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 14 ag. 212, p. 41172).

A Associação Nacional de História – ANPUH acompanha o processo, encaminhando documentos como a manifestação de São Paulo, que foi incluída ao Projeto em 10 de outubro de 2012¹⁸⁴. Trazer essa discussão para a tese é pertinente, no sentido em que nos propomos a pensar a historiografia de Montes Claros. Conforme dizemos anteriormente, esse é um tema polêmico, mas considerado relevante, pois se encontra em debate, visando à promulgação de uma lei – questão que estamos abordando desde o início da nossa pesquisa em relação ao papel do Poder Legislativo – que norteará a profissão do historiador. O embate perpassa questões como qual profissional poderá fazer a escrita da história, revelando litígios que apresentam conflitos e tensões, sobretudo nesse mundo capitalista onde se alocam pessoas ou profissionais no mercado de trabalho. Esses espaços precisam ser bem definidos com o objetivo de garantir trabalho para um grupo que se especializa em uma determinada área, despendendo, inclusive, gastos para isso.

¹⁸⁴ Ver em: BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 368 de 2009*, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?>>. Acesso em: 29 out. 2012.

Verificamos que, na maioria das cidades interioranas, - e mesmo as capitais - contamos com a presença daquelas pessoas afinadas com o gosto pela história e que escrevem sobre o lugar onde moram, apesar de não serem historiadores, ou seja, não ter formação acadêmica específica. No norte de Minas Gerais possuímos vários desses trabalhos historiográficos e podemos citar alguns exemplos.

Maria Eugênia Matos Silva, conhecida como Lia de Jó¹⁸⁵, autora do livro “Onde está sua memória cidade?” que relata a história de Brasília de Minas é “(...) mãe adorável, avó maravilhosa, escritora, poetisa, artista plástica, esposa incomparável” (SILVA, 1998, p. 11), de acordo com a apresentação de sua filha Geralda Matos. Maria Eugênia Matos Silva, quando se dirige ao leitor, o convida a “Viajar(ndo) pelo túnel do tempo (...)” (SILVA, 1998, p. 12), para conhecer “(...) Brasília de Minas na década de 60 [1960], Documentário, Contos e Crônicas” (SILVA, 1998, p. 12). Na contra capa do livro temos maiores detalhes da formação da autora:

Fez o curso primário em sua terra natal. Coursou dois anos de normal na escola Estadual “Sandoval Soares de Azevedo”, Fazenda do Rosário, em Ibitité-MG. Foi aluna de grandes pedagogos como: professora (...), entre outros. Terminou o curso Normal em Brasília de Minas, depois de casada (...). Começou a exercer sua função ainda adolescente. Com 15 anos dominava muito bem uma turma de 30 alunos. Tendo lecionado por vários anos, foi ainda auxiliar do Cartório Eleitoral da 50ª Zona de sua cidade (SILVA, 1998).

Conforme notamos, Maria Eugênia Matos Silva não possui graduação em História e pela biografia da autora na contra capa do livro, sua cidade natal não é Brasília de Minas, mas Ibitité, Minas Gerais. Provavelmente curiosa pela história da cidade do marido, que ali viveu com seus antepassados há muito tempo, apropriou-se do lugar como sendo seu também, estabelecendo laços afetivos e senso de pertencimento. No livro apresenta fotografias de diversas pessoas que viveram em Brasília de Minas, além de documentos e currículo do Juiz de Direito, Antônio Raphael de Oliva Brandão.

Ubirajara Alves Macedo com sua publicação “Retrospectiva histórica e geográfica do município de Coração de Jesus” apresenta

As várias fases do estudo folclórico, **colher e pesquisar**, confrontar a origem, mas consegui, **reuni-as**, sempre nas normas originais. **Registrei a bibliografia e também consegui assinalar as fontes possíveis criadoras. Este debate erudito** de origem, é indispensável dizer que sua existência local que além de pitoresco, é do folclore regional. **Inclui nesta coletânea, lendas, histórias e estórias contadas por**

¹⁸⁵ O livro traz o nome e apelido da autora, que pode se justificar pela familiaridade da escritora com os moradores da cidade.

lenhadores, caçadores, raizeiros, macumbeiros, vaqueiros, rezadores e moradores da zona rural. Também, nunca poderia de deixar de lado, o que deixou o meu saudoso “pai”, José Alves Macedo, de tão importante para a cultura corjesuenses, suas crônicas, suas lendas, sua filosofia natural, que será sempre lembrada em todos os corações corjesuenses (Grifos nossos) (MACEDO, 1996, p. 9).

Ubirajara Alves Macedo na apresentação do seu livro, informa qual é o seu objetivo, contar a história de Coração de Jesus desde o princípio em meados do século XVIII. Para isso, aborda os primeiros proprietários das Terras da Inconfidência, antigo nome de Coração de Jesus; transcreve a Ata da Instalação da Câmara Municipal de Inconfidência datada do dia primeiro de 1912; apresenta os aspectos históricos do Município; expõe os aspectos gerais como clima, nosologia, orografia, grutas, sobradinhos, hidrografia, fauna, flora, pecuária, comunicação, setor financeiro, ordem pública, potencial hídrico, educação e cultura, associações, escritores, etc; trata dos costumes como vasilhames de barro e superstições; escreve sobre as plantas medicinais e outros usos como as “benzeduras”; apresenta os festejos religiosos e folclóricos, como as festas juninas, *Corpus Christi*, semana santa, folia de reis, pastorinhas, catopés, cavallhada, quadrilha, etc.; traz as lendas e entes sobrenaturais como o capeta, o caboclo d’água, romãozinho, famaleal, bruxas, lobisomem, tibungur (Saci-Pererê), mula sem cabeça, pisadeira, mãe d’água e outros; as personalidades como delegados de polícia, padres, e figuras como Liberato, Leonel, Manoel Tirineta, Capitão Pedro de Araújo Abreu e outros constando uma pequena biografia de cada um; honras póstumas á J. A. Macedo; e descreve o patrimônio histórico e cultural de Coração de Jesus. Como podemos observar, o livro de Ubirajara Alves Macedo apresenta literalmente os aspectos gerais de Coração de Jesus, ou seja, traz um texto que pretende dar conta de toda a história da cidade.

Quanto à formação de Ubirajara Alves Macedo, a contra capa do livro apresenta,

Cursou na cidade o **primário** e o **ginásio**, tendo também concluído o curso **Técnico em Contabilidade**. **Fundou em sua terra dois jornais**, e vários panfletos, ex-correspondente dos extintos jornais Diário de Montes Claros e Jornal do Norte. **Poeta**, com vários trabalhos inéditos, **pesquisador, historiador e naturalista**. **É filho do também naturalista, historiador e arqueólogo José Alves de Macedo, Patrimônio Histórico e Cultural de Coração de Jesus** (Grifos nossos) (MACEDO, 1996).

O texto assinala a formação de Ubirajara Alves Macedo, Técnico em contabilidade, todavia, convivendo com seu pai, José Alves de Macedo, considerado “Patrimônio Histórico e Cultural de Coração de Jesus”, aprendeu a importância da história e, talvez, por isso, tenha se aventurado a escrever história.

Gregório Elvécio Mendes escreveu “Mirabela em busca das raízes”, apresentando Mirabela desde 1899 a 1999. O livro constitui no seu conteúdo os mesmos aspectos trabalhados por Ubirajara Alves Macedo. A ideia é contar a história da cidade desde sua origem e como se encontra na fase da escrita o livro (1999). No entanto, Gregório Elvécio Mendes enfatiza muitos nomes como “Povo que faz a história” (MENDES, 1999, p. 60). Osmar Oliva no prefácio do livro diz que,

Não há história sem a participação de homens, bem como é impossível a existência do homem sem a sua história. (...) Escrever é algo maravilhoso e intrínseco, particular a cada ser humano. Mas é muito mais que isso: **escrever é um dom divino e quando se fala em narrar a história de um povo**, podemos dizer, indubitavelmente, que **é uma graça incomparável** (Grifos nossos) (MENDES, 1999, p. 5).

Ao contar a história dos moradores de Mirabela, Gregório Elvécio Mendes como escritor e poeta diz que,

Vamos fazer uma viagem maravilhosa: ora entre cerrados e planícies, ora entre colinas e pântanos, e, às vezes pelas baixadas com suas paisagens maravilhosas, ou ainda pelos chapadões ermos, onde nossas vistas buscam a paisagem a uma longa distância, o que por certo justificou o seu primeiro nome: Bela vista! Terra maravilhosa! “Dádiva da natureza”, como diz o poeta. (...) Terra do pequi, da carne de sol e da mulher bonita. (...) Diante de toda essa beleza, os poetas cantam trovas em louvor, enaltecendo o seu nome, num sentimento patriótico do mais puro amor. (...) **Vamos penetrar na história do nosso povo e buscar, nas suas raízes, as nossas origens, enriquecendo os nossos conhecimentos** sobre as maravilhas desta linda terra que tanto amamos (Grifos nossos) (MENDES, 1999, p. 13).

Conhecer a história é de fato fazer uma grande viagem, pois do presente vamos ao passado, nos reconhecemos nele, assim como os nossos antecessores. Contudo, o autor, mesmo sendo mirabelense, se propõe a “(...) penetrar na história do nosso povo e buscar, nas suas raízes, as nossas origens, enriquecendo os nossos conhecimentos (...)” (MENDES, 1999, p. 13). O texto demonstra certa distância do autor em relação aos antepassados, porque seu objetivo é conhecer a “história do nosso povo”, que, na sequência da frase, constitui suas raízes. Definir povo é extremamente complicado e, assim, a distância se apresenta em relação às pessoas que vivem em Mirabela. Dessa forma, Gregório Elvécio Mendes descreve os dados históricos de Mirabela como origem, dados geográficos, área e limites municipais, distritos e povoados, economia, feriados municipais, datas e fatos. A escrita da história de Mirabela vai se construindo com a exposição dos costumes e tradições como o carro de bois, as tropas, a boiada, festa do Divino, cavalhada, reza para pedir chuva, festa de *Corpus Christi* e natal, reza

de Santa Cruz e festas juninas. O autor apresenta uma nova geração e cita nomes. Gregório Elvécio Mendes menciona nomes também do passado, vários deles fazendo uma relação do que denomina de primeiros: primeiro registro civil, casamento civil, óbito, prefeito, imposto, vereadores, lei municipal, batizado e eleição para prefeito. Aborda o esporte, as lavadeiras, a jardineira, o cinema, os seresteiros, as cantigas regionais, as danças, as comidas típicas, as fazendas da região, a fauna, a flora, as cavernas e o turismo. Há várias fotografias desde o primeiro prefeito que assumiu o Poder Executivo, de 1967 até 1997, até figuras significativas da cidade, das cavernas e da própria cidade, bem como desenho do brasão, planta de Mirabela datada de 1995 e a transcrição de documentos como atas. Desse modo, Gregório Elvécio Mendes conta a história de Mirabela, trazendo todos os aspectos possíveis e proporcionando ao leitor, sobretudo ao mirabelense, conhecer o seu passado.

Poderíamos apresentar vários livros nesse estilo de escrita histórica, não somente na região norte mineira, mas em todo o Brasil. Esses livros são importantes para conhecermos melhor nossas cidades, no entanto, muitas vezes merecem descrédito ou são abordados de forma pejorativa, justamente pelo fato do memorialista e/ou cronista não possuir uma graduação em História. Constatamos que, a forma da escrita da história dos autores citados acima e de tantos outros que encontramos, especificamente em Montes Claros, nosso recorte espacial de estudo, se mostra na perspectiva da História Tradicional, enfatizando os grandes feitos – acontecimentos significativos da cidade - e os heróis – fundadores, primeiros prefeitos, famílias tradicionais, etc. Escrever história constitui uma operação técnica que é apreendida nas universidades, pois demanda conceitos, teorias e metodologias próprias, que não fazem parte do trabalho dos memorialistas. Porém, os trabalhos dos memorialistas e/ou cronistas são de fundamental importância para os historiadores, isso é inegável. Eles consistem em fontes de pesquisa e vestígios para que o historiador possa pensar o seu espaço social. Os memorialistas e/ou cronistas também possuem uma metodologia de trabalho e seu interesse maior constitui em não deixar a história do seu lugar social se perder. Com o objetivo de se tornar “guardião do passado”, o memorialista e cronista ou porque conheceu de perto o fundador de uma cidade ou os seus parentes; ou viveu nessa época; ou conviveu com pessoas que conheceram a história do passado; ou foi protagonista de muitos acontecimentos na cidade; enfim, considera que determinados fatos não podem se perder com o tempo, por isso a necessidade de registrá-los. Sendo assim, escrevem a história da cidade, no intuito de abarcar todos os acontecimentos, todos os períodos e todos os nomes, tendo sempre como referência, eventos que remetem a grandes personalidades e feitos do lugar. É interessante

notar igualmente, como, na maioria dos livros dos memorialistas e/ou cronistas, constam fotografias ou transcrições de documentos antigos. Esse material, muitas vezes está sob sua guarda, e se não tivesse sido conservado por eles, poderia nem existir mais. Os documentos expostos nos livros possibilitam aos historiadores acessarem fontes que, talvez, nunca pudessem fazê-lo, pois, estariam perdidos no decorrer da sua trajetória, já que não existiam políticas públicas de patrimônio documental. Não há como negar a importância dos memorialistas e/ou cronistas para a historiografia, sobretudo local e regional, pois o seu legado consiste em um manancial de fontes que, pesquisadas pelos historiadores a partir de conceitos, teorias e metodologias da história tornam-se trabalhos historiográficos.

Dessa forma, nosso foco nesse terceiro capítulo é refletir acerca da historiografia montes-clarense. Nossa ideia ao começar abordando a lei que regulamenta a profissão do historiador e os trabalhos de memorialistas e cronistas coincide com os conflitos existentes em relação à questão. A universidade, apesar de utilizar os trabalhos dos memorialistas, especialmente como fontes, não vê com bons olhos outros profissionais – médicos, advogados, pedagogos, poetas, engenheiros, etc – exercendo o seu *metier* e se autodenominando de “Historiadores”. Iremos, no entanto, pensar sobre a escrita da história, tendo como nosso referencial o acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, nosso objeto de estudo, em três perspectivas: primeiro, os trabalhos dos memorialistas e cronistas de Montes Claros; segundo, as pesquisas realizadas pelo próprio Arquivo e; terceiro, os estudos da academia.

O Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes disponibiliza seu acervo aos consulentes, tanto para o público em geral como no âmbito interno. De acordo com o previsto no seu regimento aprovado pela Portaria nº 87, de 26 de novembro de 2008, o atendimento ao público deve proceder da seguinte forma:

IV – Informações para atendimento ao público

4.1. Admissão: É facultada a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro, desde que se registre como consulente.

4.2. Consulta

4.2.1. Ao público em geral

- Entrar na Sala de consultas do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros com lápis, material para anotações e documentos pessoais deixando os pertences na Recepção.
- Solicitar o material ao servidor responsável pelo atendimento que orientará e colocará à disposição dos consulentes os instrumentos de pesquisa disponíveis e a documentação.
- Preencher o formulário de solicitação de documentos com os dados relativos ao material de seu interesse, caso haja necessidade e se possível, a reprodução dos documentos, o consulente deixará um documento pessoal de identidade com o

responsável pelo atendimento durante o período utilizado para a reprodução, bem como será acompanhado por um servidor do Arquivo.

- Devolver o material ao servidor responsável pelo atendimento, assim que terminar a consulta (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Portaria nº 87, de 26 novembro de 2008).

Como podemos verificar o Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros possui normas estabelecidas em um regimento, apresentadas como Portaria¹⁸⁶, que orienta o atendimento aos pesquisadores em geral. Para tanto, o cidadão brasileiro ou estrangeiro deve se registrar. O registro consiste em um cadastro que solicita informações gerais do consulente (ANEXO 12). Esse Cadastro de Consulente passou a vigorar a partir de 2009, após a aprovação do regimento que foi elaborado durante a execução do projeto de Gestão Documental.

Nesse cadastro podemos encontrar solicitações como: 1. Identificação; 2. Documentos de Identificação; 3. Endereço; 4. Qualificação Profissional; e 5. Estudante. Essas informações possibilitam aos servidores do Arquivo conhecer e, ao mesmo tempo, ter um controle de quem consulta a documentação, pois, caso ocorra o desaparecimento de algum documento é possível ter referências dos consulentes. Igualmente, esses dados viabilizam um levantamento estatístico dos pesquisadores no Arquivo.

Para complementar essas informações, o Arquivo disponibiliza outra ficha (ANEXO 13) com o objetivo de conhecer o perfil dos pesquisadores. Essa ficha requer os seguintes dados: 1. Identificação; 2. Escolaridade; 3. Tipo de pesquisa; 4. Assunto ou tema da pesquisa; 5. Tempo provável da pesquisa; 6. Pesquisa para terceiros; 7. Objetivo da pesquisa; 8. Documentação a ser pesquisada; e 9. Consultas a outros arquivos.

No período de 2009 a 2012¹⁸⁷, quando o cadastro começou a ser solicitado pelos consulentes, encontramos cadastrados 16 (dezesesseis) pesquisadores. No entanto, Iara Maria da Silva nos relatou que,

Registramos apenas aqueles que pesquisam temas mais relevantes e que fazem uma pesquisa mais demorada como monografia, mestrado e doutorado. Aqui vêm muitas outras pessoas visitar, conhecer... e pesquisar os documentos,... muitas vezes não pedimos pra preencher a ficha... e aí fica sem o registro. Mas tem o livro de visitas, que é mais simples, apenas assinam o nome pra deixar registrado sua presença aqui. (SILVA, 22 jun. 2012).

¹⁸⁶“São os atos pelos quais as autoridades competentes determinam providências de caráter administrativo, dão instrução sobre a execução de leis e de serviços, definem situações funcionais e aplicam medidas de ordem disciplinar” (CORDEIRO *et all*, 2008, p 54).

¹⁸⁷ Essa data se refere a coleta de dados que realizamos nos documentos do referido Arquivo.

Sendo assim, levantamos esses dados no intuito de mostrar como o Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes tem contribuído na escrita de pesquisas significativas para e sobre Montes Claros e, especificamente a historiografia. O quadro nº 1 mostra a profissão, escolaridade, tipo de pesquisa e os temas trabalhados pelos pesquisadores:

QUADRO 1

Perfil dos pesquisadores do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes referente ao período de 2009 a 2012

	Profissão	Escolaridade	Tipo de pesquisa	Assunto ou tema da pesquisa
Filomena Luciene Cordeiro Reis	Professor Universitário	Doutorando em História	Acadêmica	Instituições arquivísticas e lugar de memória em Montes Claros
Rita Tavares de Mello	Professor Universitário	Doutoranda em Educação	Acadêmica	Alfabetizadora de adultos de 1940 a 1960
Jonatas Teago Braga	Estudante/bolsista FAPEMIG	Graduando: História	Acadêmica	A relação da Igreja Assembleia de Deus de Montes Claros e a política local
Priscila Rodrigues Durães	Estudante/bolsista FAPEMIG	Graduando: Geografia	Acadêmica	Indústrias e/ou empresas e escolas municipais implantadas em Montes Claros no período de 1950 a 1970
Tânia Caroline Ruas Silva	Estudante/bolsista FAPEMIG	Graduando: História	Acadêmica	Simeão Ribeiro Pires
Maria Luiza Souza	Estudante/bolsista FAPEMIG	Graduando: História	Acadêmica	Os intelectuais e a construção de uma identidade regional no Norte de Minas
Edi de Freitas Cardoso Júnior	Professor Universitário	Mestrado/UFMG	Acadêmica	Os intelectuais e a construção de uma identidade regional no Norte de Minas
Cynara Rodrigues Soares Silva	Enfermeira	Mestranda em História	Acadêmica	Sofrimento mental, loucura, história.
Valéria de Jesus Leite	Professora Universitária de curso à distância de História	Doutoranda em História	Acadêmica	Trabalhadores na cidade de Montes Claros
Sandra Siqueira da Silva	Bolsista CAPES	Mestranda em Desenvolvimento Social/Unimontes	Acadêmica	O Mercado Central de Montes Claros e o consumo dos bens alimentares como patrimônio cultural imaterial
Mariane Dias dos Santos	Estudante de Educação Física	Graduando: Educação Física	Acadêmica	Ordenamento da cidade de Montes Claros
Rafael Augusto C. Braga	Estudante de Engenharia Civil	Graduando: Engenharia Civil	Acadêmica	Dados gerais do Município de Montes Claros
Laura Cristina Primo	Estudante de	Graduando:	Acadêmica	Relações políticas

	História	História		partidárias no Município de Montes Claros de 1945 a 1965
Wanderson Carvalho de Oliveira	Estagiário DPDOR/Unimontes	Graduando: História	Acadêmica	Importância do Arquivo, lugar da administração pública, para o município de Montes Claros
Nely Veloso de Oliveira	Empregada doméstica	Graduando: História	Acadêmica	Genealogia
Jailson Dias Carvalho	Professor de Ensino Fundamental e Médio	Mestrando em História	Acadêmica	As salas de cinema de Montes Claros

Fonte: Dossiê – Formulários de cadastro de consulentes do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes

Conforme constatamos no Quadro 1, em relação à profissão, todos os consulentes cadastrados se configuram ainda como estudantes, mesmo estando inseridos no mercado de trabalho, constando como: 3 professores Universitários (2 de História e 1 de Educação); 4 estudantes e bolsistas/FAPEMIG (3 do Curso de História e 1 do Curso de Geografia); 1 Enfermeira; 1 professora universitária de curso à distância em História; 1 bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; 1 estudante de Educação Física; 1 estudante de Engenharia Civil; 1 estudante de História; 1 estagiário DPDOR/Unimontes; 1 empregada doméstica; e 1 professor de Ensino Fundamental e Médio. Na sua maioria, observamos que os pesquisadores são do Curso de História, perfazendo um total de 11 em um conjunto de 16. Os 5 restantes inserem-se em campos diversificados como Engenharia Civil, Educação Física, Enfermagem e Desenvolvimento Social. Esses números são significativos, revelando que esses profissionais estão no campo da historiografia.

O Gráfico 1 nos possibilita obter a porcentagem relativa ao campo profissional desses pesquisadores, de acordo com os dados extraídos do Quadro 1. Dessa forma, obtemos os seguintes números: 19% de professor universitário; 25% estudante/bolsista da FAPEMIG; 7% de enfermeira; 7% de professora universitária de curso à distância; 6% de bolsista CAPES; 6% de estudante de Educação Física; 6% de estudante de Engenharia Civil; 6% de estudante de História; 6% estagiário/DPDOR/Unimontes; 6% empregada doméstica; e 6% de estudante do ensino fundamental e médio. Esses números nos mostram que os estudantes do Curso de História constituem maioria, assim como há pesquisadores executando seus estudos com financiamentos da CAPES e da FAPEMIG, demonstrando a seriedade dos trabalhos. Os bolsistas financiados pela FAPEMIG consistem em um grupo maior, justificando o investimento estadual nesse campo.

GRAFICO 1

Profissões dos pesquisadores do Arquivo Público Vereador – José Ivan Lopes
de 2009 a 2012



Fonte: Dossiê – Formulários de cadastro de consulentes do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes

Ao analisar a escolaridade ratificamos a afirmação acima, pois encontramos nesse universo de 16 consulentes: 2 doutorandos em História; 1 doutoranda em Educação; 6 graduandos em História; 2 mestrandas em História; 1 mestranda em Desenvolvimento Social; 1 graduando em Educação Física; 1 graduando em Engenharia Civil; 1 graduando em Geografia; e 1 mestre em História. A predominância de estudantes de História é bem expressiva e, dessa forma, constatamos a presença de pesquisadores no Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes que objetivam escrever história. Assim, concluímos que o acervo do referido Arquivo é bastante utilizado pelos historiadores locais.

GRAFICO 2

Escolaridade dos pesquisadores do Arquivo Público Vereador – José Ivan Lopes
de 2009 a 2012



Fonte: Dossiê – Formulários de cadastro de consulentes do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes

Em relação ao tipo de pesquisa, não há dúvidas, todas têm caráter acadêmico, nesse universo de 16 consulentes que procuraram o Arquivo no decorrer dos anos de 2009 a 2012. Verificamos também que, mesmo aqueles que não fazem o Curso de História, se classificam em áreas afins, com raríssimas exceções como Engenharia Civil, no entanto, esse é um campo de conhecimento que estuda a cidade. Novamente ressaltamos que, a maioria dos estudos, é de professores/estudantes e acadêmicos da Unimontes pensando a cidade e a região norte mineira. Os estudantes de outras instituições universitárias como a UFU e a UFMG pertenciam ou pertencem ao quadro discente ou docente da Unimontes, que buscam capacitação em outros lugares que oferecem, em especial, o mestrado e o doutorado.

QUADRO 2

Dados sobre as pesquisas realizadas no Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes referente
ao período de 2009 a 2012

	Tempo provável da pesquisa	Objetivo da pesquisa	Documentação a ser pesquisada	Consultas a outros arquivos
Filomena Luciene Cordeiro Reis (Unimontes/UFU)	2010 a 2013	Tese de doutorado	Documentos especiais; documentos textuais; Publicações oficiais.	DPDOR/Unimontes; Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros; Arquivo Público Mineiro; e outros.
Rita Tavares de Mello (Unimontes/UFU)	2012 a 2015	Tese de doutorado	Documentos especiais e publicações oficiais.	Arquivo Público Mineiro
Jonatas Teago Braga (Unimontes)	2012	Monografia	Manuscrito encadernado; Publicações oficiais; Folhetos.	-
Priscila Rodrigues Durães (Unimontes)	22/06/2012 a 25/06/2012	Monografia	Documentos textuais impressos; Livros e revistas.	Não
Tânia Caroline Ruas Silva (Unimontes)	2012	Projeto de Pesquisa; Relatório.	Manuscrito encadernado; Publicações oficiais.	DPDOR/Unimontes
Maria Luiza Souza (Unimontes)	18/11/2011 a 18/11/2012	Biografia; Comunicação em simpósios e Congressos; Publicação de Artigos ou Ensaios; Relatório.	Documentos textuais	DPDOR/Unimontes
Edi de Freitas Cardoso Júnior (Unimontes/UFMG)	18/11/2011 a 18/11/2012	Biografia; Comunicação em simpósios e Congressos; Publicação de Artigos ou Ensaios; Relatório.	Documentos textuais	DPDOR/Unimontes
Cynara Rodrigues Soares Silva (Unimontes)	01/06/2011 a 01/12/2011	Comunicação em simpósios e Congressos; Dissertação de mestrado; Publicação de Artigos ou Ensaios.	Documentos textuais; Manuscrito encadernado; Publicações oficiais.	DPDOR/Unimontes; Arquivo Público Mineiro.
Valéria de Jesus Leite (UFU)	03/2012 a 03/2012	Tese de doutorado	Documentos especiais: plantas, mapas, fotografias; Documentos textuais; Publicações oficiais; Livros, revistas, jornais, folhetos.	Arquivo de jornais de Américo Martins Filho
Sandra Siqueira da Silva (Unimontes)	01/01/2011 a 01/03/2012	Dissertação de mestrado	Documentos textuais; Publicações oficiais; Livros, revistas, folhetos.	Não
Mariane Dias dos Santos	02/2011 a 12/2011	Comunicação em simpósios e Congressos;	Documentos textuais	Não

		Publicação de Artigos ou Ensaios.		
Rafael Augusto C. Braga	05/04/2011 a 08/04/2011	Monografia/Trabalho de curso	Documentos especiais: plantas, mapas, fotografias; Documentos textuais; manuscrito encadernado, Publicações oficiais.	Não
Laura Cristina Primo (UFU)	01/08/2010 a 01/01/2012	Dissertação de mestrado	Documentos textuais	Não
Wanderson Carvalho de Oliveira (Unimontes)	03/2009 a 05/2010	Comprovação de informação; Comunicação em simpósios e Congressos; Monografia; Publicação de Artigos ou Ensaios.	Documentos textuais	Não
Nely Veloso de Oliveira (Unimontes)	2012	Biografia; Exposição; Preparação de aulas e/ou conferência; Trabalho de curso.	Documentos textuais; Publicações oficiais.	Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros
Jailson Dias Carvalho (UFU)	2008 a 2010	Comunicação em simpósios e Congressos; Dissertação de mestrado; Livro; Publicação de Artigos ou Ensaios.	Documentos especiais: plantas, mapas; Publicações oficiais.	Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros; DPDOR/Unimontes; Arquivo de Jornais de Américo Martins.

Fonte: Dossiê – Formulários de cadastro de consulentes do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes¹⁸⁸

Conforme podemos verificar, os objetivos da consulta ao acervo do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes constitui na execução de trabalhos científicos solicitados pela Academia e, por isso, os prazos para tal, na sua maioria, se mostram com duração anual. O acervo consultado consta de documentos especiais; documentos textuais; publicações oficiais; manuscritos encadernados; folhetos; documentos impressos; livros e revistas; manuscrito encadernado; documentos especiais: plantas, mapas, fotografias; e jornais. É possível constatar que, o maior número de consulentes se concentra no Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes, tendo-o como local onde encontram as fontes de estudo. Os outros locais elencados como consultados foram: DPDOR/Unimontes; Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros; Arquivo Público Mineiro e Arquivo de jornais de Américo Martins Filho.

¹⁸⁸ Ressalta-se que as informações contidas nesses quadros e gráficos retirados dos dossiês do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros constituem apenas parte dos seus visitantes e consulentes, pois, conforme verificamos nas entrevistas, não se faz o registro de todos os pesquisadores.

Esses dados que, em um primeiro olhar, aparentam apenas uma estatística, são importantes, pois, trazem informações que nos fazem perceber o papel do Arquivo da Câmara para a construção da historiografia local. Ao mostrar esses elementos, igualmente pretendemos revelar as possibilidades desse acervo e não ficar nos dados ou números em si mesmos. O ato de pesquisar tem um sujeito social que, na impossibilidade de trabalhar todos os temas, tempos, problemas e locais, seleciona aqueles que despertam seu interesse e inquietações. Nosso objetivo ao trazer esses dados é dizer que os documentos que estão sob custódia do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes são significativos para o desenvolvimento científico local e regional, assim como viabilizam conhecer melhor o homem/mulher montes-clarense, pois, as informações contidas nos cadastrados para consulta do acervo consistem em estudantes, na sua maioria, da Unimontes ou da UFU - que, foram acadêmicos da Unimontes e aprovados em mestrado ou doutorado -, tendo apenas 1 (um) da UFMG. Esse Arquivo, conforme esses dados, colabora com a escrita da história local.

Analizamos também as correspondências recebidas do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, datadas de 2000 a 2008, cujos autores solicitam consulta a seu acervo. Examinamos que, para elaboração de dissertações de mestrado em história¹⁸⁹, consta o total de 12 (doze) solicitações e em Desenvolvimento Social¹⁹⁰, 1 (um) pedido; de monografias¹⁹¹ em História, 23 (vinte e três) requerimentos, assim como em Administração Pública, 4 (quatro); Geografia, 2 (duas); Ciências Contábeis, 2 (duas); Ciências Sociais, 3 (três); Direito, 1 (um); e Pedagogia, 1 (um). Encontramos 7 (sete) requerimentos de estudantes da Faculdade Pitágoras do curso de Turismo e Hotelaria e das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE do curso de História, 1 (um). Há também uma solicitação de analista de sistema da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE e outra do editor da Revista “Nossa História”¹⁹². Nessa relação referente ao período supracitado, consta um total de 59 (cinquenta e nove) pesquisadores.

Conforme podemos averiguar, o acervo da Câmara Municipal de Montes Claros é consultado com regularidade e vem contribuindo no sentido de proporcionar produções historiográficas, sobretudo acerca da cidade.

¹⁸⁹ Os cursos de mestrado são realizados em diversas Universidades como: Universidade Federal de Minas Gerais (8 pesquisadores), Universidade Severino Sombra (2 pesquisadores), *Pontifícia Universidade Católica* de São Paulo (1 pesquisador), Universidade Federal de Uberlândia (2 pesquisadores).

¹⁹⁰ Curso promovido pela Unimontes.

¹⁹¹ Cursos promovidos pela Unimontes

¹⁹² Revista que traz transcrições ou cópias de documentos antigos, fotografias e textos sobre Montes Claros no estilo da História Tradicional. O editor da Revista é Dimas Lúcio Fulgêncio.

Montes Claros tem sua história registrada por meio dos vestígios deixados ao longo do tempo pelos moradores da cidade, tanto nas instâncias particulares como públicas. Os montes-clarenses no seu cotidiano produzem e/ou recebem documentos, porque ao viver deixam gravados, de forma intencional ou não, suas práticas sociais. Como sabemos, do nascer ao morrer há documentos obrigatórios que o Estado nos imprime para que sejamos cidadãos, como certidão de nascimento, carteira de identidade, cadastro de pessoa física, registro de casamento, carteira de motorista, boletim escolar, diplomas profissionais, certidão de óbito e outros. No entanto, documentos diversos emergem das nossas histórias de vida ao nos relacionarmos na família, escola, trabalho, lazer, etc.

Cartas de mães, pais, filhos, maridos, esposas, irmãos, amigos, namorados, enfim, são escritas com a finalidade de concretizar a comunicação, especialmente quando temos um dificultador como a distância. Hoje, com a tecnologia, as distâncias foram diminuídas drasticamente, proporcionando e facilitando encontros, apesar de existir muitas controvérsias em relação a essa questão que não nos cabe discutir neste momento. O fato é que, o homem sempre manteve a comunicação uns com os outros e com o mundo e, igualmente, se preocupou em deixar registrados seus passos. O historiador, sobretudo, deve estar atento a esses novos registros, em especial, promovidos pela tecnologia, para, utilizando-os como fonte, poder interpretá-los de forma coerente.

Essa preocupação em contar a história da humanidade, sendo a cidade onde se vive um desses espaços privilegiados, nos revela os memorialistas e cronistas, que escreveram, principalmente sobre o lugar que habitavam. A história da historiografia¹⁹³ nos relata como a escrita da história vai se concretizando entre os povos para não se perder com o tempo.

Os memorialistas e cronistas, nesse sentido, foram imprescindíveis para que as histórias, especialmente das pequenas cidades, não deixassem de ser registradas e, assim, não privou a posteridade de conhecer seu passado e ancestrais. Com enfoque na História Tradicional e ressaltando a política, encontramos muitos trabalhos que narram a história local. Montes Claros está inserida nessa realidade. O primeiro curso de História em Montes Claros surge somente em 1964¹⁹⁴ e, nasce como licenciatura. Dessa forma, a formação de professores de história em Montes Claros, com o curso de licenciatura, começou há aproximadamente

¹⁹³ Ver em: FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Tradução Heloisa Jochins Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004; BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa – América, 1983; BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rido de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁹⁴ Ver em: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (Orgs.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros, Unimontes, 2002.

cinco décadas. O despertar para a escrita historiográfica tem como marco 1999 com as pós graduações *strito sensu*. É um processo recente, que vem ganhando novos contornos no decorrer dessa trajetória de formação dos profissionais em história.

Na ausência do profissional formado pela Universidade, pessoas com habilidade e sensível à necessidade de escrever a história da cidade foi produzindo trabalhos que, nos nossos dias são importantes para compreendermos o que é Montes Claros. Muitos documentos acabaram se perdendo, assim como pessoas que vivenciaram outros tempos e fizeram depoimentos, retratando momentos considerados importantes da cidade, hoje não se encontram mais na sociedade, mas essas informações foram transcritas ou relatadas nos livros dos memorialistas. Atualmente (2013), esses materiais constituem fontes de pesquisa para as produções historiográficas.

Recentemente (2012), houve o lançamento do livro “As posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas – 1858” organizado por Dario Teixeira Cotrim e Júlia Maria Lima Cotrim. Na introdução, os autores expõem a importância da publicação desse material em parceria com o IHGMC, cujo objetivo é promover o estudo sobre a história de Montes Claros e região, conforme abordagem anterior. Aos autores ressaltam os locais onde pesquisaram:

(...) recorremos ao arquivo de fotos do site montesclaros.com, à Biblioteca Pública Municipal “Antônio Teixeira de Carvalho”[Centro Cultural], de Montes Claros e ao acervo bibliográfico do Dr. Simeão Ribeiro Pires (no IHGMC). Também consultamos o livro **História Primitiva de Montes Claros**, de Dário Teixeira Cotrim, de onde extraímos as informações históricas para completar o próêmio deste opúsculo (COTRIM; COTRIM, 2012, p. 7).

É interessante notar que os autores pesquisaram fontes que não se encontram no acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, todavia, abordam um documento que se refere a essa Instituição, pois, cabe as Câmaras Municipais produzirem as posturas do Município. Nesse sentido, verificamos que a Resolução nº 939, de 7 de junho de 1858, que aprova as posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas foi publicada no Livro da Lei Mineira – 1858, Tomo XXIV, Parte 1ª, Folha nº 11, constando:

O Secretário desta Província [de Minas Gerais] a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palácio da Presidencia da Província de Minas Geraes aos sete dias de
mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil
oitocentos e cicoenta e oito, trigesimo sétimo da Independencia e do Imperio.
(L. S.)

CARLOS CARNEIRO BRANDÃO
Antonio Cezario Branmdão de Lima a fez.

Sellada na Secretaria da Presidência da Província aos 28 de junho de 1859.

Manoel da Costa Fonseca
(Grifos nossos) (COTRIM; COTRIM, 2012, p. 51).

Constatamos que esse documento, na época, fora produzido no Palácio da Presidência da Província, Ouro Preto, e publicado para sua validação. Consultando Iara Maria da Silva em 22 de junho de 2012 sobre a não existência desse documento no Arquivo da Câmara de Montes Claros, obtivemos a seguinte resposta:

Não temos esse documento aqui no Arquivo. Até estranhei, quando vi o livro de Dario e fui ver se havia esse documento aqui. As outras posturas estão conosco, mas essa não. Fiquei pensando como Dario conseguiu essa cópia, pois é interessante ter uma guardada no Arquivo, pois foi a primeira postura municipal de Montes Claros. Mas agora temos o livro (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

As Posturas Municipais de Montes Claros não se encontram no Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes¹⁹⁵, mas constitui um documento que relata como

(...) se vivia aqui nos meados do século XIX. As Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas nos dá uma visão perfeita dos costumes e das tradições do seu povo naquele tempo. Todavia, nem é preciso dizer que os montes-clarenses ficam, hoje, escandalizados com este modo de viver dos seus antepassados (COTRIM; COTRIM, 2012, p. 7-8).

No livro Dario e Júlia Cotrim relatam a história da instalação da Câmara Municipal de Montes Claros, transcrevendo a lei de 13 de outubro de 1831, que cria a Vila de Formigas e a primeira ata da Instituição. As Posturas Municipais foram digitalizadas e reproduzidas no livro. A transcrição e/ou reprodução desses documentos são válidas no sentido de preservar a informação, sobretudo em Montes Claros que não há política e consciência arquivística. Dessa forma, pesquisadores e, especialmente os historiadores poderão acessar a documentação com maior facilidade e agilidade.

O livro apresenta também um item denominado “Iconografia”, onde fotografias são reproduzidas, entre elas, a primeira casa de Montes Claros, o Largo da Matriz, o Solar da Família Versiani Maurício e dos Prates Oliveira, o antigo Mercado Municipal e o Sobrado do Coronel José Antônio Versiani. Na sequência, Wanderlino Arruda aborda o livro “História

¹⁹⁵ Esses documentos se encontram no âmbito do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, integrado ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/Face/UFMG. Para maiores informações veja o site: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2012/12/Leis_Mineiras

Primitiva de Montes Claros” de Dario Cotrim publicado em 2002 e reeditado em 2007. E por fim, os autores são apresentados:

Júlia Maria Lima Cotrim é natural da cidade de Montes Claros (...). Concluiu o curso de **normalista** no Colégio São Norberto e depois **iniciou o curso de Letras Portuguesa** na Funorte (...) e não o concluiu por motivo alheio a sua vontade. (...) publicou o livro “No caminho das Letras” (...) (Grifos nossos) (COTRIM; COTRIM, 2012, p. 62).

Dário Teixeira Cotrim é natural de Guanambi – Bahia. (...) **Bacharel em Direito** pela Unimontes. **Aposentado do Banco do Brasil** e o atual Diretor da Biblioteca Pública de Montes Claros. (...) publicou o livro “História Primitiva de Montes Claros” e ainda tem mais de duas dezenas de livros publicados (Grifos nossos) (COTRIM; COTRIM, 2012, p. 63).

Ao tratar da formação acadêmica dos autores estamos remetendo ao papel do historiador sendo executado por outros profissionais.

Os livros “Testemunhas da História: 50 anos da Unimontes” e “Universo Feminino” também seguem o mesmo roteiro. Em Montes Claros há a Academia Feminina de Letras de Montes Claros - AFLMC¹⁹⁶, que se preocupa com a história e a memória da cidade. Nesse sentido, esses dois livros publicados em 2012 e 2013 respectivamente, abordam memórias de mulheres que vivenciaram a cidade. Alguns artigos, 4 (quatro), consistem em construções de acordo com as propostas metodológicas e teóricas da historiografia, uma vez que, foram escritos por historiadoras. O primeiro livro, “Testemunhas da História: 50 anos da Unimontes”, versa as lembranças de mulheres que estudaram na Unimontes, instituição universitária que em 2012 completou cinquenta anos de existência. O segundo, “Universo Feminino”, faz o mesmo percurso, sendo dividido em Livro I, contendo Artigos e Crônicas; Livro II, Poesias; Livro III, Elogio às Patronas. Os autores desses livros não pesquisaram os documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, mas abordaram trabalhos realizados nessa Entidade, assim como trataram de pessoas que fazem parte desse mundo político.

Amelina Chaves é outra escritora que produz trabalhos relevantes para a história de Montes Claros. Vamos ressaltar apenas duas de suas obras (“João Chaves: eterna lembrança” e “O eclético Darcy Ribeiro”), no entanto, sua apresentação se faz necessária:

¹⁹⁶Para conhecer a Academia Feminina de Letras de Montes Claros leia: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. *Testemunhas da história: 50 anos da Unimontes*. Montes Claros: Unimontes, 2012. (Apresentação) e veja: <http://www.facebook.com/AflAcademiaFemininaDeLetrasDeMontesClaros>.

(...) **nasceu numa pequena vila de nome Sapé, próxima a Montes Claros.** Tem dedicado toda a sua vida à arte e a cultura, na luta pela preservação das nossas raízes. **É artesã** com várias exposições nacionais. É membro da Academia Montesclarensense de Letras e de várias outras (...). Atualmente [2001] preside a Associação dos Repentistas e Poetas Populares do Norte de Minas. (...) (Grifos nossos) (CHAVES, 2001, p. 299).

A historiadora e folclorista Amelina Chaves é uma pessoa que conhece os diversos ramos do saber e que consegue transformar os conceitos mais complexos em noções de fácil compreensão (Grifos nossos) (COTRIM, In: CHAVES, 2001, contra-capá).

(...) **É sócia colaboradora da Comissão Mineira de Folclore.** Publicou *Diário de um Marginal* (romance), (...) Vencedora de vários concursos literários (...) (Grifos nossos) (CHAVES, 1999, contra-capá).

Amelina Chaves é uma das mais profícuas escritoras norte-meineiras, de quem já se ouviu falar, principalmente de encantamento com a cultura e o folclore da gente norte-meineira (DRUMOND, In: CHAVES, 1999, p. 13).

Como observamos, Amelina Chaves não tem formação em História, mas se revela uma “autoridade” na escrita sobre Montes Claros e o norte de Minas Gerais. Selecionamos o livro “O Eclético Darcy Ribeiro”, cujas pesquisas não foram realizadas nos documentos do Poder Legislativo de Montes Claros, mas que ressaltam várias vezes a importância dessas fontes para o estudo de qualquer natureza:

Ficção e realidade e muita invencionice; pois quem conta um conto, aumenta um ponto. E **as histórias caminham, seguem marcando rumo a registrar memórias do passado,** falando de pessoas que cruzam o dele e o meu caminho (Grifos nossos) (CHAVES, 1999, p. 28).

Nos arquivos históricos podemos encontrar o registro da atuação de grandes libertadores (Grifos nossos) (CHAVES, 1999, p. 46).

Volto a repetir: nenhum livro se completa. **À medida em que pesquiso,** a descoberta se faz maior. Vejo-me presa num imenso e inesgotável filão de ouro ou diamantes colhidos nas bateias nos garimpos do lendário arraial de Tijuco (Grifos nossos) (CHAVES, 1999, p. 50).

Montes Claros é Minas de coração latejante e de heróis esquecidos: berço das artes, que fez o esplendor de uma época. Pena é que **o Brasil não registra suas memórias,** mas certamente em Minas existe uma quota maior de escritores, porque aqui a sensibilidade aflora ao mais sutil gesto de amor (Grifos nossos) (CHAVES, 1999, p. 64-65).

Amelina Chaves, ao chamar a atenção para o ato de registrar memórias - ficção, realidade ou invencionices –, salienta a importância de deixar marcas de quem viveu e, ao mesmo tempo nos alerta para os arquivos históricos, local onde se podem encontrar registros de “grandes libertadores”. A pesquisa é colocada como um manancial de informações preciosas, independente do tipo de documento consultado, como no seu caso, constitui,

sobretudo, de livros de Darcy Ribeiro. A autora registra o Brasil como um país sem memória. Diante desse material, diversas indagações nos foram colocadas. O formato da escrita de Amelina Chaves é simples, revelando o jeito de ser mineiro e do interior de Minas Gerais. Ao relatar a vida de Darcy Ribeiro por meio de entrevista, artigos, discurso e de seus livros como “Migo”, “Mulo”, “O testemunho”, “Formas e sistemas de governo”, “Mestiço que é bom”, “Maíra”, Amelina Chaves quer mostrar o homem montes-clarense existente nesse eclético etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista, que a seu ver, constitui motivo de orgulho para a cidade.

Nesse mesmo sentido, Amelina Chaves se propõe a escrever sobre João Chaves¹⁹⁷, após o término do livro sobre Darcy Ribeiro. João Chaves, ao contrário de Darcy Ribeiro,

¹⁹⁷ “Nasce a 22 de maio de 1885, em Montes Claros, filho do Sr. João Antônio Gonçalves Chaves e da Sra. Júlia Prates e Chaves, o garoto João Chaves. “Joãozinho”, como era chamado pelos pais e irmãos, demonstrava muita sensibilidade e passava horas inteiras lendo e escrevendo. Há um episódio na infância de João Chaves altamente revelador da sua extrema devoção à Nossa Senhora. Ao sair com a família para um passeio numa fazenda de propriedade de um tio seu, João Chaves com apenas três anos de idade viu-se perdido no mato, onde ele passou a noite ouvindo feras bravias. Para relatar o acontecido, aos oito anos de idade escreveu seu primeiro poema, “Triste Recordação”³, demonstrando sua angústia quando viu-se só. João Chaves contou que quando teve fome, uma linda mulher vestida de branco deu-lhe comida numa cuia e água num coité; essa mulher era muito parecida com a santinha que tinha em sua casa, Nossa Senhora do Rosário. Fez o curso primário em sua terra natal e parte do curso ginásial que não pôde concluir, devido ao fechamento da antiga Escola Normal de Montes Claros, onde estudava. Quando rapazinho, foi para Belo Horizonte, morar na casa de seu padrinho, o deputado Camilo Prates, com a finalidade de estudar. Quando lá chegou a esposa de seu padrinho mandava-o efetuar o serviço de rua, não lhe providenciando a matrícula em nenhuma escola local. Com a idade de 15 anos dedicou-se ao jornalismo. Aos 19 anos, chegam à Montes Claros os padres da Congregação Premonstratense da Bélgica. João Chaves absorve, com os jovens da sua época, os ensinamentos e a cultura desses padres. A casa deles era local de reunião dos jovens da cidade que lá iam aprender história, francês, literatura, poesia, música e teatro. João Chaves, com a sua genialidade, absorveu ensinamentos obtidos com os padres e, nesta época, fez produções consagradas como Amo-te muito, Eterna Lembrança e outras. Desde então, passou a escrever e a compor música para serestas, para corações apaixonados. Suas músicas seresteiras, para serem cantadas em noites enluaradas, são belas. Dentre elas encontramos o Bardo, que foi composta para o seu grande amigo Silva Reis. João Chaves não só compôs músicas que falavam de amor ou de tristeza, mas também músicas que mostravam a pureza, música para a coroação da Virgem Santíssima como o Hino à Nossa Senhora, também conhecida como “Pelos Horas Matutinas”, que foi oferecida à sua irmã Chiquinha, pela qual João Chaves tinha verdadeira adoração. Além de compositor, era também intérprete de grande valor, que sabia tocar como mestre todos os instrumentos de uma banda de música. Tornando-se um dos melhores flautistas de seu tempo, um autodidata, compôs páginas que nunca serão esquecidas. Em Montes Claros, foi professor particular de música, lecionando inclusive para Dulce Sarmiento. Era uma pessoa inquieta, muito trabalhadora, e que possuía um grande senso de responsabilidade. Em 1909, fundou o semanário “A Palavra” onde era o chefe de redação ao lado do amigo Amerino França, que o gerenciava. Era um jornal de formato pequeno, mas que continha grandes crônicas e versos de infinita beleza. Em 1913, fundou o semanário “O Sol”, cujo primeiro número saiu a 27 de agosto de 1914. Quando residiu em Bocaiúva, fundou o jornal “A Defesa”, que registrava várias de suas produções. Achando-se não mais um jovem e maduro o suficiente para assumir as responsabilidades de um matrimônio, João Chaves, romântico e namorador, colocou em um sorteio (brogodó) o nome das donzelas bonitas e prendadas que estava a namorar no momento: Maria das Mercês e as primas, Áurea, Judith, Deolinda, Arabela e Maria das Dores (Maninha), em seguida, pediu à sua irmã caçula, Chiquinha, que realizasse o sorteio. Para a felicidade do noivo, a escolhida foi Maria das Mercês de Figueiredo, uma mulher simples e de grande fé. O Casamento foi realizado no dia 21 de junho de 1915, tendo, como parceria constante, a felicidade, que perdurou por 55 anos. (...) João Chaves teve onze filhos (...). Foi João Chaves um dos mais notáveis intelectuais de Montes Claros. Aos 24 anos iniciou-se na advocacia com sucesso, exercendo-a por aproximadamente 50 anos. Advogado dos mais brilhantes, grande estudioso e conhecedor profundo das leis, não era formado em escola superior. Autodidata, revelou-se um mestre

viveu a maioria de sua vida em Montes Claros e “Pelos registros históricos encontrados, podemos notar a evidência de sua participação ativa no contexto cultural da nossa cidade” (Disponível em: <<http://montesclaros.com/joaochaves/img/livr/chaves.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013). Dessa forma, os documentos do Arquivo da Câmara de Montes Claros, assim como da Paróquia da Matriz, dos Cartórios da cidade, jornais e entrevistas foram importantes para a escrita desse livro. Amelina Chaves diz que,

Sobre uma **vasta documentação assinada por ele** [Cônego Chaves ou Antônio Gonçalves Chaves¹⁹⁸], quando de sua estada como primeiro vigário da Vila das Formigas, muitos dos seus manuscritos são relíquias, hoje, de valor inestimável e que perdurará através dos séculos por ser o reconhecimento do passado (...) **Na foto, que figura nos arquivos da Câmara Municipal de Montes Claros** (Grifos nossos) (...) (CHAVES, 2001, p.).

Como observamos no texto, Amelina Chaves pesquisou nos documentos do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes para escrever a obra “João Chaves: eterna lembrança”, pois, a escritora reconstitui a origem do sobrenome Chaves, tendo como primeira referência o

na ciência jurídica. Há vários anos atrás, era permitido o registro de leigos como advogado. João Chaves recusou o seu registro, alegando que não era justo receber diploma de advogado, se não tinha feito curso para isto, sendo certo que atuavam na comarca alguns Advogados Provisionados, nome dado ao provinciano. Ainda muito jovem e sob a promessa de Camilo Prates de torná-lo deputado, João Chaves iniciou-se na política. Em 1917, saiu-se vitorioso nas eleições para vereador do município de Montes Claros, exercendo o mandato por apenas dois anos (1917 - 1919) desligando-se do cargo. (...) João Chaves, quase sempre não comparecia às reuniões da câmara; foi, por isto, desligado das funções de vereador. Dirigente da banda "Lira do Brejo da Almas", revezava com o Sr. José Maria a regência, uma vez que tocava o pistão, o colega tocava o bombardino. Foi integrante da banda "Euterpe Montesclarensis" como pistonista. (...) João Chaves desde criança demonstrou o seu gosto em escrever poesias, firmando-se dia a dia na forma lírica chamada modinha, que é um apelo apaixonado, ao mesmo tempo dramático que o autor faz à sua amada. (...) Suas músicas e poesias, hoje, são partes integrantes da história de Montes Claros. No período em que residia em Bocaiúva - MG (1922 - 1932), fez grandes produções que eram apresentadas no teatro da cidade. João Chaves possuía uma quantidade invejável de amigos. (...) João Chaves era um homem caseiro, mas gostava de ser visitado pelos amigos. Recebia todos no seu quarto, inclusive o Vice-Presidente da República, Dr. José Maria Alkimi. (...) João Chaves gostava muito de cantar, tocar flauta e conversar sobre política. (...) Neste mesmo ano, o grupo saiu vitorioso no concurso de serenatas em Ouro Preto - MG, gravando em seguida seu primeiro L.P. A fama logo veio e inúmeros foram os convites para apresentações em festas, missas, casamentos, saraus em Montes Claros, outras cidades brasileiras e até mesmo no exterior, quando apresentaram em Buenos Aires - Argentina. Em 1964, já trêmulo e muito doente, consciente do destino que o esperava, escreveu "A Morte". (...) Em 1985, João Chaves recebeu da Faculdade de Direito de Montes Claros o merecido Título de "Professor Honoris Causa", em reconhecimento ao seu trabalho prestado à comarca desta cidade.” Ver em: Disponível em: <<http://montesclaros.com/joaochaves/img/livr/chaves.htm>>. Acesso em 10 abr. 2013.

¹⁹⁸ O Cônego Chaves ou Antônio Gonçalves Chaves assumiu a Paróquia da Matriz de Nossa Senhora e São José de Montes Claros em 15 de dezembro de 1834. Além de pároco assumiu cargo político – vereador – por vários mandatos pelo Partido Liberal. Foi reeleito várias vezes, sendo presidente da Câmara Municipal de Montes Claros em 7 de janeiro de 1840, ficando até 1845. O Cônego Chaves foi o pai de João Antônio Chaves, pai de João Chaves, objeto de estudo no livro de Amelina Chaves (CHAVES, 2001, p. 26-39). Ver mais sobre Cônego Chaves em: FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e licitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves*. Orientador: Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento. 2006. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas, Montes Claros, 2006.

Cônego Chaves, que atuou como vereador em vários mandatos e presidente da Câmara de Montes Claros, deixando registradas suas ações. Da mesma forma, João Chaves, eleito vereador em Montes Claros em 1916 e tomando posse em 1º de janeiro de 1917, igualmente deixará marcas da sua atuação na Câmara Municipal, cujos documentos servem de fontes para estudo. Amelina Chaves faz questão de reproduzir documentos que abordam a figura de João Chaves e seus familiares, entre eles, certidões de nascimento, casamento e óbito, matérias de jornais, acervos de arquivos eclesiástico, cartorial, escolar (Conservatório Lorenzo Fernandes), **legislativo** e familiar. Há, de fato, uma vasta documentação que trata de João Chaves, permitindo a escrita da sua história e, entre esse acervo, destacamos aqueles custodiados pelo Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes.

A Coleção Sesquicentenária¹⁹⁹ constitui um conjunto de dezesseis obras de memorialistas montes-clarenses, trabalho coordenado por Marta Verônica Vasconcelos Leite, preocupada com a impossibilidade de estudantes e pesquisadores em geral não encontrar tais materiais para leitura e estudo: “Essa coleção foi um trabalho do qual me orgulho muito. (...) cada um daqueles livros fala da nossa cidade e nos dão conta de um pedaço da nossa história” (LEITE, Marta Verônica Vasconcelos, 24 mar. 2013). Na época (2007), Athos Avelino Pereira, Prefeito de Montes Claros, na orelha dos livros da referida coleção, diz que a, “(...) ‘Coleção Sesquicentenária’, forjada na reunião de obras de **grandes escritores** que fomentam o **nosso orgulho**, simboliza esse nosso jeito catrumano de viver e motivar as coisas” (Grifos nossos) (PEREIRA, in: LEITE, 2007, s.p.). Ao registrar o orgulho pelos escritores que elaboraram essas obras, Athos Avelino dá a importância que eles merecem para a história e a historiografia local. Suas narrativas trazem práticas e valores sociais do seu lugar, bem como autobiografias. Esses escritores vão até as fontes oficiais e até as pessoas do seu convívio, ou a outras que viveram épocas passadas ou conheceram aqueles que a vivenciaram para escrever a história da cidade. Nelson Vianna em “Efemérides montesclarenses: 1707 - 1962” descreve a sua trajetória na busca por fontes para escrita de seu trabalho:

Este livro é resultado de alguns anos de pesquisas em todas as fontes do meu conhecimento, que pudessem contribuir para uma ampla explanação da história do município de Montes Claros. Não somente **percorri os arquivos**, jornais, revistas e

¹⁹⁹ A Coleção Sesquicentenária foi realizada por meio de uma parceria entre a Universidade Estadual de Montes Claros, a Prefeitura Municipal de Montes Claros e a Fundação Nestlé/Brasil em comemoração aos 150 anos de elevação de Vila à Cidade. Compõe a referida Coleção: Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes – parte I, II e III; Efemérides montesclarenses – parte I e II; Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos; Foiceiros e vaqueiros; Janela do sobrado: memórias; Montes Claros era assim...; Rebenta boi; Quarenta anos de sertão; Raízes de Minas: Serões montesclarenses; A menina do sobrado; História Primitiva de Montes Claros; e Nelson Vianna, o personagem.

livros, procurando e catalogando notas, como também busquei esclarecimentos individuais, oralmente ou por correspondência, com pessoas abalizadas, dignas de todo crédito. (...) **existem lacunas dificilmente sanáveis, por falta de documentos.** (VIANNA, 2007, p. 9).

Nelson Vianna expõe o trabalho árduo de pesquisa para realização de sua obra e a ausência de alguns documentos no Arquivo da Câmara que dificultaram a sua escrita. A pesquisa no acervo da Câmara Municipal foi imprescindível para escrever as “Efemérides montesclarenses”. O relato minucioso dos acontecimentos perpassa todo o seu trabalho, tornando visível a utilização desse Arquivo, cuja constatação se faz na primeira nota do livro, conforme verificamos:

JANEIRO

1º de janeiro

1877 – Toma posse do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros o alferes Antônio José Domingues que, a 14 de maio deste ano, deixaria aquela função, sendo substituído no dia seguinte por Justino de Andrade Câmara. Serviram de vereadores, no quadriênio 1877-1881, Manoel Durães de Azevedo Coutinho, (...) (VIANNA, 2007, p. 11).

“Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes” de Hermes de Paula constituiu uma obra comemorativa do centenário de Montes Claros. Trabalho idealizado no Rotary Clube no intuito de criar feriados festivos, cuja pesquisa se fez em grande parte nos acervos documentais da Câmara Municipal de Montes Claros, de acordo com a versão de Haroldo Lívio em “Nelson, o personagem”:

O feriado festivo do *Dia da Cidade* é uma das consequências da mentalidade nova que nasceu no Centenário de Montes Claros, comemorado em 3 de julho de 1957. **A idéia de se festejar os cem anos de elevação à cidade brotou da cabeça do médico Hermes de Paula e germinou nos jantares do Rotary Clube.** (...)

O médico então, de par com as suas pesquisas de verminoses de seu laboratório de análises, **passou a pesquisar os fatos históricos do passado. Rebuscando os alfarrábios poeirentos que jaziam esquecidos nos porões da Prefeitura [Câmara],** o historiador embrionário conseguiu, ao cabo de trabalhos incansáveis, fixar a data do decreto que concebeu a Vila de Montes Claros os foros de cidade: 3 de julho de 1857.

Doutor Hermes, já tomando de incurável paixão pela pesquisa histórica, **passou a recorrer a outros arquivos públicos, ouviu pessoas idosas de boa memória e utilizou-se, fartamente, de papéis, documentos e retratos de famílias antigas.** (Grifos nossos) (LÍVIO, 2007, p. 91-92).

Hermes de Paula para abordar o centenário de Montes Claros recorreu ao acervo da Câmara Municipal, que naquela época (década de 1950) não se encontrava organizado, mas

constituía um amontoado de papéis. Lembramos que a Câmara e a Prefeitura funcionavam no mesmo prédio, por isso, a alusão aos documentos “nos porões da Prefeitura”.

João Valle Maurício em “Janela do sobrado: memórias”, diz que,

Não sou memorialista-historiador. Essa atividade requer teimosia e capacidade, **exige cuidadoso manuseio de antigos documentos**, a abertura de velhas canastras escondendo puras emoções, a leitura de jornais amarelados e roídos pelas traças e, ainda mais, demoradas conversas-entrevistas com muita gente.

Pretendo contar histórias de vivências, fatos que ocorreram com minha participação e fatos que me contaram. Fica logo o aviso de que não sou, nem desejo ser, um historiador. É evidente que **cada um de nós vê o mundo ao seu modo**, cada um tem a sua maneira de sentir e de interpretar os sucedimentos. Assim estou explicando, porque poderão surgir discordantes em algumas partes do que vou escrever. **Aos discordantes**, se surgirem, antecipo o meu respeito e **peço que contem como é que veem o que o passado guardou** (Grifos nossos) (MAURÍCIO, 2007, p. 2-3).

João Valle Maurício era médico e assumiu outros cargos em Montes Claros, entre eles, o de vereador, fazendo parte do Poder Legislativo montes-clarense e, contribuindo, dessa forma, com a construção do acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes. Ele se esquivava de ser memorialista ou historiador e explica os motivos que não o habilitam a tal papel, já que, escreve as suas vivências ou fatos que lhe contaram. Para ele, cada um tem uma visão do mundo e das coisas e sua proposta é apresentar como ele enxerga esse mundo a partir do que viveu ou ouviu contar. Aqueles que não concordam com sua visão do passado, diz ele, esteja livre para contá-lo da forma que guardou. Dessa forma, João Valle Maurício, nos chama a atenção para uma questão refletida por Déa Fenelon acerca do historiador:

(...) não perpetuarmos visões de um passado mitificado, com acontecimentos cristalizados, com periodizações que pouco tem a ver com as perspectivas que queremos desvendar, há que se definir uma concepção de presente, que nos permita atribuir significado ao passado, e mais, que nos oriente em direção ao futuro que queremos construir, ou estaríamos traduzindo em conservadorismo social o culto pelo passado e transformando a memória em instrumento de prisão e não de libertação como deve ser (FENELON, 1992, p. 7).

A história para Déa Fenelon liberta e o culto desmedido ao passado aprisiona, sendo assim, as memórias estão no movimento histórico da sociedade que se insere em uma realidade concreta e vivida por meio de lutas para sua preservação ou esquecimento. Nessa perspectiva, a Coleção Sesquicentenária traz memórias de vivências de pessoas de um lugar social que experimentou momentos, sobretudo políticos da cidade e, assim, oficialmente, os fatos são registrados.

Urbino de Souza Vianna em “Montes Claros: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos”, revelando a participação da Câmara Municipal de Montes Claros na produção de seu livro, faz um agradecimento especial ao presidente Coronel Joaquim José da Costa e como nota final versa o seguinte:

(...) consignamos os nossos mais sinceros **agradecimentos a todos aqueles que nos forneceram o abundante material** de que nos servimos para sua elaboração, salientando **os senhores presidentes e official maior da secretaria da camara municipal** e escrivães Leite e Lborne Valle, que nos **facultaram o exame nos seus arquivos**, e o amável Juca Prates Filho que nes subministrou muitos e optimos informes (Grifos nossos) (VIANNA, 2007, p. 349).

No entanto, Urbino Vianna também descreve a “(...) ausência de documentos nos arquivos que rebuscamos, não nos permitiu elucidar pontos controversos” (VIANNA, 2007, p. 20). Laurindo Mékie Pereira sobre a obra de Urbino Vianna diz que,

O primeiro trabalho sobre o norte de Minas parece ter sido o de Antônio Augusto Veloso, de 1897. Para este, a “origem histórica” da Montes Claros (principal município da região) remonta à ação dos “valentes exploradores” paulistas. Esse trabalho serviu de base para a Monografia do município de Montes Claros, de Urbino Viana, publicada pela imprensa oficial de Minas Gerais em 1916. Urbino Viana era natural da Bahia, mas profundamente vinculado às lideranças políticas do norte de Minas. Seu livro é dedicado ao então presidente da Câmara de Montes Claros, Cel. Joaquim José da Costa e ao deputado Camilo Prates, chefe da parentela dos Prates na região. Ao discutir os primórdios históricos do município, o autor afirma que o território de Montes Claros pertencia à Bahia antes de 1720 e que havia uma grande influência da cultura baiana sobre a cultura mineira. A esse registro, porém, seguem-se dezenas de afirmações enfáticas de que o município e a região são parte desse “grande Estado” que é Minas Gerais. A obra de Viana representava de forma tão autêntica o pensamento das elites regionais que foi adotada como “material de propaganda” pela Câmara Municipal de Montes Claros, conforme se lê no próprio livro (PEREIRA, 2006, p. 2-3).

Como notamos, a obra de Urbino Vianna “representava de forma (...) autêntica o pensamento das elites regionais”, cujas informações contidas nele, estão contempladas no acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, nos mostrando as versões possíveis de serem trabalhadas a partir da concepção de história e historiografia do escritor. Por isso, ressaltamos que o papel do memorialista e cronista é diferente do historiador. O historiador também se posiciona²⁰⁰ a partir do seu lugar social, todavia, a escrita da história carrega consigo por meio do profissional, a aliança entre teoria, metodologia e fonte, permitindo-o se revelar como cidadão atuante no tempo presente.

²⁰⁰ Ver sobre esse assunto em: HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

“Montes Claros era assim...” de Ruth Tupinambá Graça, citada em capítulos anteriores dessa tese, também traz lembranças das vivências em Montes Claros: “Quis apenas **contar histórias**, obedecendo aos **impulsos de um coração** saudosista, **cheio de recordações... Histórias que ouvi, momentos vividos intensamente, lembranças que ficaram guardadas** (na minha alma e na minha retina” (Grifos nossos) (GRAÇA, 2007, p. 9).

Nessa mesma perspectiva, verificamos as obras de Cyro dos Anjos em “A menina do sobrado”; Nelson Vianna em “Foiceiros e vaqueiros”; Mauro Moreira em “Quarenta anos de sertão”; Cândido Canela em “Rebenta boi”; Simeão Ribeiro Pires em “Raízes de Minas”; e Dário Teixeira Cotrim em “História primitiva de Montes Claros”, que compõem a Coleção Sesquicentenária.

Até o momento abordamos trabalhos realizados por memorialistas como Dário Teixeira Cotrim/Júlia Maria Lima Cotrim, Amelina Chaves, a Coleção Sesquicentenária – que também possuem crônicas - e publicações da Academia Feminina de Letras de Montes Claros e do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros – que se encontra no segundo capítulo dessa tese. No entanto, as crônicas também instituem lembranças da história e da memória da nossa cidade. Ressalto nesse estudo, o trabalho de Wanderlino Arruda,

Mineiro de São João da Paraíso (...), **tem cursos de Contabilidade, Letras e Direito** (...). Jornalista, pintor, **cronista** e poeta, publicou Tempos de Montes Claros, Jornal de Domingo (...). Primeiro **presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros** (...) **Membro da Academia de Letras Municipalista de Minas Gerais** (...). Em Montes Claros **foi presidente** do Sindicato dos Bancários, (...), da **Academia Montesclarensense de Letras e da Câmara Municipal**. (...). **Secretário de Cultura e diretor do Patrimônio Histórico** (...) (Grifos nossos) (ARRUDA, 2011, orelha).

Conforme notamos na apresentação, Wanderlino Arruda também não tem formação em História e não nasceu em Montes Claros, mas, de acordo com entrevista realizada em 3 de janeiro de 2013 é um “(...) apaixonado por Montes Claros e sua história e... movido por esse amor escrevo crônicas que falam dela e das pessoas que tem haver com ela” (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013). O fato de Wanderlino Arruda trabalhar com jornalismo, o colocava quase sempre presente em momentos considerados importantes para a história da cidade, assim como conhecer pessoas que atuaram, principalmente na política. Em relação a esse assunto, Wanderlino Arruda relata em entrevista no dia 3 de janeiro de 2013 que,

Porque o jornalista sempre... onde ele vai... **o jornalista tá sempre presente...** então... eu mesmo que sou criticado por isso...[por escrever a história da cidade por meio de crônicas] é como se **a história fosse aquilo que eu vi** (...). Eu, Jorge

[Guimarães], o Haroldo [Lívio]... ou nós vimos ou **nós participamos ou fomos amigos ou...** digamos... **ligados aqueles personagens...** digamos que as personagens não são frutos de leituras ou informações de terceiros... as personagens são pessoas vivas que existiram e com as quais nós convivemos. Tá veno aí, então... **queira ou não é uma opinião.** Eu dou um exemplo aqui agora... quando **Hermes de Paula...** quando **publicou** na década de 70 [1970] **a história de Montes Claros**, eu fiz a apresentação e queixei com ele, que uma grande administração de Montes Claros foi do prefeito Enéas Mineiro de Souza... quando Enéas tomou posse, só tinha duas ruas calçadas de pedra (...) e ele deixou o centro todo calçado... o Capitão fundou o Jornal de Montes Claros, (...), fundou escolas e Dr. Hermes de Paula fez a história dele em quatro linhas!!! E eu perguntei: - **“Dr. Hermes por que a história do Capitão Enéas Mineiro de Souza só tem quatro linhas?”** [Hermes de Paula responde] - **“Só porque eu não gostava dele.”** Por que Hermes de Paula não gostava dele? (...) porque a figura exponencial [Hermes de Paula] perdeu [as eleições] para um forasteiro [Enéas Mineiro de Souza] (Grifos nossos) (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013).

O depoimento de Wanderlino Arruda é esclarecedor. Ele narra a presença do jornalista em eventos significativos, o que permite conhecer de perto as pessoas e os fatos e, assim, escrever sobre os mesmos, torna-se uma experiência de vida narrada: “(...) o jornalista é prestigiado, daí amigo de João Chaves, Dulce Sarmento, Luiz de Almeida, Deba, José de Alfeu, Dr. Geraldo Athayde, Luiz de Paula Ferreira... tudo isso em decorrência do jornalismo. Daí... eu estava convivendo com as pessoas que sabiam de tudo, personagens históricos” (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013). Wanderlino Arruda diz que, assim como ele e outros escritores montes-clarenses, viram ou participaram ou estavam ligadas as pessoas e fatos dos quais escrevem e que constituem a história de Montes Claros. Ele reconhece que existem pessoas que criticam a forma como escreve a história da cidade, mas, também sabe do seu papel diante da história vivida e da necessidade de contá-la para não se perder: “(...) não são frutos de leituras ou informações de terceiros... as personagens são pessoas vivas que existiram e com as quais nós convivemos” (ARRUDA, 3 jan. 2013). Ao dizer que a história não deixa de ser uma opinião, reforçando a ausência da metodologia e teoria da historiografia, as quais não dominam por não ser historiador, nos revela as evidências deixadas e registradas nos livros de memórias e crônicas. Descrevendo sobre a forma da escrita dos memorialistas e cronistas, exemplifica um ocorrido bastante interessante, que pode passar despercebido por um historiador por não conhecer as minúcias dos acontecimentos ou pessoas que viveram determinados fatos considerados relevantes. Ao relatar sobre o livro de Hermes de Paula, “Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes” e as poucas linhas (quatro) escritas sobre Enéas Mineiro de Souza, Wanderlino Arruda nos revela rivalidades políticas, que culminam numa iniciativa do esquecimento de algumas figuras. Discorrer sobre pessoas que não se gostam ou rivais torna-se difícil no momento da escrita e, se há deficiência de métodos

e teorias, essa atividade resulta em poucas linhas ou, talvez, nenhuma, mesmo que essas figuras tenham realizado grandes obras.

Sua experiência como jornalista, posteriormente vereador e presidente da Câmara Municipal de Montes Claros o possibilitou trazer à tona lembranças dos meandros da história do Poder Legislativo por meio das suas crônicas, conforme relato em 3 de janeiro de 2013:

Olha... quando fui ser, em 1954, bancário sobrava metade do tempo, porque começava a partir do meio dia... eu passei a trabalhar no Jornal de Montes Claros, então... eu sou ligado ao jornalismo desde 54 [1954]. E... um repórter faz tudo... começa pela delegacia, pela prefeitura e órgãos públicos e... eu fui ser um repórter na Câmara Municipal, indo na reuniões da prefeitura e todas as reuniões da Câmara... então, eu peguei um tipo diferente de político, que não existe mais... era Artur Fagundes, Ademir, Deba, Neco Santa Maria, Virgilão, políticos antigos... alguns ainda chamados de coronéis como Dr. Mourão. E um vereador pra ser chamado de autoridade tinha que colocar um revólver, um 38, e às vezes tinha que colocar encima da mesa pra dar mais força política e argumento... isso em 54 [1954]... e é possível que tenha ido até a década de 60 [1960]. Eu passei a ser vereador... eu fui eleito em 61 [1961] e fui vereador de 62 [1962] a 70 [1970]. Ainda havia vereadores armados... ora, dos 15 vereadores do meu tempo... era vereador Neco Santa Maria, o Coronel Coelho... andava com um 38 e Virgilão. Alguns não precisam exibir armas. (...) Isso era pra ser homem. Em 1951, era raro o homem não andar armado, pelo menos canivete... (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013).

Wanderlino Arruda viveu “histórias” como jornalista e político que, narradas contribuem com as memórias da cidade: “(...) a partir de 54 [1954] acompanhei os trabalhos da Câmara” (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013). Escreveu vários livros, todavia, selecionamos três por considerarmos relevantes para nossa pesquisa, assim como para o próprio Wanderlino Arruda, que trazem memórias de Montes Claros. Os referidos livros são crônicas que falam sobre Montes Claros e de sua gente: “Tempos de Montes Claros”, “Jornal de Domingo” e “Construtores de Montes Claros”. Na produção desses livros, o autor não utilizou documentos do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, contudo, aborda figuras e acontecimentos que envolvem a Câmara Municipal de Montes Claros.

Em “Tempos de Montes Claros”, Wanderlino Arruda se propõe, “A guisa de explicação” (ARRUDA, 1978, p. 13), mostrar a transformação que Montes Claros vem sofrendo no decorrer do tempo:

De alguns anos pra cá, **muita coisa tem modificado a história da cidade de Montes Claros**, a chamada capital do Norte de Minas. **Mudanças radicais** têm-se verificado em todos os setores, **surgindo transformações físicas, políticas, econômicas, financeiras e, principalmente, culturais**, estas que engrandecem a todos, dando-nos aquele sentimento de evolução tão grato ao orgulho sertanejo. E é a cultura que vem em todos os sentidos, vencendo ou contornando obstáculos, sem desfalecimentos ou excessiva autocrítica. Assim, temos presentes no dia-a-dia o trabalho da imprensa, do Centro Inter-Escolar de Artes Lorenzo Fernandez (...).

De um provincialismo e de uma espécie de rusticidade, corporifica-se entusiasmadamente Montes Claros em respeitável e respeitado **agente de atividades industriais, centro de serviços e de todas as artes** (...)

Esta coletânea - malgrado o enfoque subjetivo – **pretende refletir alguma coisa do que tem sido realizado por aqui**, nos últimos anos, apresentando um corte histórico visto sempre pelo lado humano (Grifos nossos) (ARRUDA, 1978, p. 13-14).

Wanderlino Arruda diz que, “Muita coisa tem modificado a história da cidade de Montes Claros” (ARRUDA, 1978, p. 13), cujas mudanças são perceptíveis em vários aspectos, dentre eles, cultural, os quais demonstram a grandeza do homem. Para explicitar sua afirmação, cita diversas instituições que foram criadas e possibilitaram a promoção cultural. Notamos, dessa forma, o seu envolvimento e preocupação com as questões culturais, que estão relacionadas intimamente com a história. Na sequência do livro, apresenta diversos discursos proferidos em momentos como a I Exposição de Pinturas a Óleo de Samuel de Souza Figueira (7 de maio de 1976), Comemoração dos quarenta e seis anos de pintura e música de Godofredo Guedes (1 de setembro de 1976), Lançamento do livro “Rua vai quem quer” de João Valle Maurício (27 de janeiro de 1978), Posse na Academia Montescclarensense de Letras (21 de abril de 1976), Homenagem ao Reitor João Valle Maurício (7 de outubro de 1976), além de outras homenagens e lançamentos de livros. Como último capítulo expõe um texto que diz ser uma “contribuição para a história das artes plásticas, em Montes Claros, escrita para o livro ‘MONTES CLAROS, SUA HISTÓRIA, SEUS COSTUMES’, do historiador Hermes de Paula” (ARRUDA, 1978, p. 113), onde aborda os artistas e a arte montes-clarense, no intuito de completar a lista de Hermes de Paula. As crônicas nesse livro de Wanderlino Arruda registram eventos cuja “(...) história fosse aquilo que eu vi (...) ou nós vimos ou nós participamos ou fomos amigos ou... digamos... ligados aqueles personagens” (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013).

O “Jornal de Domingos: Crônicas” versa uma epígrafe de Cervantes - Dom Quixote de La Mancha - que diz,

Uma coisa é **escrever como poeta**, outra como historiador: o poeta pode contar ou cantar coisas não como foram mas **como deveriam ter sido, enquanto o historiador** deve relatá-las não como deveriam ter sido mas **como foram**, sem acrescentar ou subtrair da verdade o que quer que seja (Grifos nossos) (CERVANTES *apud* ARRUDA, 1982, folha de rosto).

Wanderlino Arruda com essa epígrafe se coloca como poeta e historiador, ou como poeta em vez de historiador, ou historiador em vez de poeta, enfim, deixa registrado que o importante é escrever o acontecido para que não seja esquecido. Assim, as crônicas que

escreveu para o Jornal de Montes Claros no Jornal de Domingo são transcritas para o livro, narrando fatos, pessoas, ruas, lugares, cantigas, poesias, estações do ano, lembranças, memórias, enfim, impressões do mundo que viveu e experimentou como montes-clarense e norte mineiro.

“Construtores de Montes Claros” segue o mesmo estilo, onde Wanderlino Arruda lista pessoas que fizeram parte da sua convivência e história e, nesse grupo, há políticos que compuseram o Poder Legislativo, como João Chaves e João Valle Maurício. Conforme nos relatou “(...) são cinquenta e tantas personalidades que fizeram de alguma forma a história de Montes Claros” (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013).

Insistindo na pergunta onde Wanderlino Arruda pesquisou, pois, nossa referência são os documentos do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, obtivemos a seguinte resposta:

Pesquisava os arquivos da Câmara e do Rotary, porque tinha acesso e não tinha essa complexidade que tem hoje, mas no geral minhas crônicas fazem parte da minha vida... (...) Também... é um trabalho de repórter. Era um tipo de pesquisa diferente da pesquisa em história, porque as coisas acontecem no dia e.. eu sou chamado a fazer cobertura de um incêndio, de uma prisão, uma eleição, às vezes agente nem vai com o sentido de pesquisar e o próprio acontecimento nos faz ter uma conclusão... pessoal. **Agente vai até as fontes e lá temos as informações... (...) os documentos da Câmara são muito importantes e até... agente fala dos políticos,** mas a Câmara é ainda um órgão que **tem um registro perfeito,** os documentos de João Luiz de Almeida... a Sessão da Câmara é muito boa... lá tem os documentos de posse... de eleição e... **são originais...** às vezes até traços biográficos dá pra fazer (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013).

No depoimento, Wanderlino Arruda diz da importância dos documentos da Câmara Municipal, especialmente para o seu trabalho como jornalista, uma vez que, suas crônicas nasceram das suas vivências e lembranças.

Tratar dos trabalhos produzidos pelos memorialistas e cronistas de Montes Claros, cujo grande número de pesquisas teve como fonte os documentos do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, consiste em colocá-los como produções relevantes para a história da cidade, onde os historiadores podem buscar informações para elaboração de seus estudos. Conforme podemos observar, essas produções preenchem lacunas que os acervos documentais, principalmente institucionais, deixam com a ausência de consciência e uma política arquivística em Montes Claros. Esses documentos – as obras dos memorialistas e cronistas – se tornam fontes nas mãos dos historiadores, possibilitando-os conhecer outras versões para suas produções historiográficas.

Igualmente averiguamos a existência de trabalhos produzidos pelos trabalhadores do Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes ou pela Câmara Municipal de Montes Claros, utilizando como fontes o acervo da Instituição. O livro mais antigo é datado de 1999, com o título “Cidadãos de honra: 1953 - 1999” produzido pelo “Canal 7 Comunicações”. Nessa época (1999), Maria Dalva Souto e Oliveira se encontrava trabalhando no Arquivo e colaborou apresentando os documentos para a escrita do livro, conforme, verificamos no seu relato em 22 de junho de 2012: “O primeiro livro que fala dos cidadãos de honra foi feito pelo Canal 7, contratado pela Câmara para isso. Lembro que na época separava os documentos para eles estudarem e verem o que era interessante” (OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e, 22 jun. 2012). Na apresentação do referido livro encontramos o seguinte:

Este livro, mais que um **registro** procura ser um **referencial histórico** para se saber quem foram os **cidadãos construtores do progresso homenageados pela Câmara Municipal** ao longo de quase 50 anos [trata de 1955 a 1999]. Um farto material com dados biográficos que podem servir para pesquisas em geral. **Os arquivos da Câmara Municipal foram a base da consulta.**

Procuramos resgatar nomes e valores que contribuíram com o desenvolvimento de Montes Claros e da região. Entre eles, **temos gente simples**, do nosso dia-a-dia, até **Ministros e Presidentes da República**. Gente que de uma forma ou de outra ajudou nosso sertão mineiro, onde encontra cravada a nossa cidade (Grifos nossos) (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 1999, p. 1).

Dessa forma, a publicação apresenta as pessoas homenageadas com a Medalha de Honra, Cidadão Honorário, Cidadão Honorário e Benemérito, Cidadão Benemérito, Insígne Benfeitor, Mérito Ecológico, Mérito Comunitário Rural e Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho. Conforme notamos, todo o estudo foi realizado a partir da documentação do Arquivo da Câmara: resoluções e projetos de leis.

Da mesma forma, o livro “Cidadãos de Honra: 2000-2009”, organizado por Maria Dalva Souto e Oliveira, Iara Maria Silva e Werley Pereira de Oliveira, trabalhadores do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, aborda os mesmos itens, acrescentando a Medalha “Ivan José Lopes” de Honra a Montes Claros, Diploma de Honra ao Mérito, Diploma do Mérito Comunitário Rural “Antônio Ferreira de Moraes”, Medalha de Mérito Legislativo “Jorge Tadeu Guimarães”, Diploma do Mérito pela Solidariedade, Placa de Mérito cultural “Cândido Canela”, Medalha de Mérito educacional “Profa. Maria aparecida Bispo de Moura”, Medalha do Mérito Esportivo “Antônio Manoel Dias”, Medalha do Mérito à Secretária e Medalha do Mérito “Presidente Tancredo Neves”. O estudo para conhecer as pessoas homenageadas em tantas categorias foi realizado no acervo da Instituição e por meio de entrevistas com os “cidadãos de Honra” ou seus familiares. Werley Pereira e Oliveira

ressaltou em depoimento em 22 de junho de 2012 “(...) o esforço e o trabalho de Dalvinha [Maria Dalva Souto e Oliveira] para que esse livro estivesse pronto. Foi uma luta” (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 22 jun. 2012).

Essas duas produções consistem em trabalhos de caráter biográfico e descritivo, em que há uma breve apresentação de cada homenageado, podendo, posteriormente, ser usado como fonte de pesquisa.

“Faces do Legislativo: 1947 – 1997” de Jorge Tadeu Guimarães, de acordo com João Valle Maurício no prefácio, “(...) vem colocar em nossas mãos, uma pesquisa dos cinquenta anos de atuação do poder legislativo. (...) o livro volta na história e chega a 97 [1997], ministrando dados históricos e educativos” (MAURÍCIO In: GUIMARÃES, 1997, p. 8). Jorge Tadeu Guimarães com “(...) o grande mérito dos **escritores memorialistas**, pesquisadores e biógrafos” (MAURÍCIO In: GUIMARÃES, 1997, p. 8) levanta a história da Câmara Municipal de Montes Claros com o objetivo de “(...) resgatar a memória da Câmara Municipal de Montes Claros, ainda que, **diante da escassez de dados informativos**, que dificultaram sobremaneira o trabalho de pesquisa (GUIMARÃES, 1997, p. 9). O livro constituía em uma das atividades de comemoração dos cinquenta anos do Poder Legislativo de Montes Claros e “(...) Quando o Presidente da Câmara, **Vereador Ivan José Lopes** nos atribuiu essa tarefa, nos alertou para a necessidade da **consubstanciação histórica de tudo que fosse tratado no documentário**” (Grifos nossos) (GUIMARÃES, 1997, p. 9).

Dessa forma, conforme João Valle Maurício, Jorge Tadeu Guimarães

(...) com religiosidade e purificado rigor, vão buscar, nas lonjuras dos dias fenecidos, documentação séria. **Vão, em procura heroica, descobrir velhos jornais de folhas amarelecidas, livros castigados pelas traças e pelo descuido, fotografias marcadas de amor e saudade, guardadas em velhas gavetas dos baús de chaves desaparecidas, ou vão vasculhar registros anotados nos grossos livros dos antigos cartórios.** São, eles, qual os **fiscadores, mineradores ambiciosos, fanatizados no trabalho de noites sem conta.** Depois de tudo juntado, analisado, medido, pesado e ordenado, partem para a montagem dos seus livros nos quais a preocupação e a razão maior, é a observância da justiça e da verdade, na informação ofertada (MAURÍCIO. In: GUIMARÃES, 1997, p. 8).

João Valle Maurício, ao abordar o trabalho do escritor memorialista e pesquisador, ressalta a preocupação em recuperar o passado por meio de “documentação séria”, que “juntado, analisado, medido, pesado e ordenado, (...) para a montagem dos seus livros”. É um trabalho árduo, pois, além de ordenar o texto através da documentação pesquisada de forma lógica, coerente e em ordem cronológica, o memorialista tem que enfrentar a “**procura heroica, descobrir velhos jornais de folhas amarelecidas, livros castigados pelas traças e**

pelo descuido (...)”. Essa observação é bastante pertinente em relação aos documentos da região norte mineira e, especificamente em Montes Claros, pois, como foi abordado anteriormente, a própria documentação da Câmara Municipal de Montes Claros não merecia a atenção dos administradores da Instituição, cujas primeiras iniciativas nesse sentido se fizeram em 1995 na presidência de Benedito Said. Quando Jorge Tadeu Guimarães iniciou a sua pesquisa no acervo Institucional, a documentação havia deixado de ser um amontoado de papéis, conforme nos declarou Maria Dalva Souto e Oliveira, já que, Benedito Said tinha contratado duas professoras de História para organizá-la e, posteriormente, a própria para continuar o trabalho. Jorge Tadeu Guimarães deixa claro no texto do livro e, explicitamente na bibliografia, que sem os documentos da Câmara Municipal seu trabalho seria inviável, uma vez que, as “(...) Atas Legislativas (...) Arquivo Documental (...) Anais da Câmara” (GUIMARÃES, 1997, p. 441) foram suas fontes principais.

A obra descreve a história política desde 1947 a 1997, relatando eventos como a primeira sessão da Câmara de Vereadores em 16 de dezembro de 1947 e a disputa dos partidos políticos, seus candidatos e número de votos de cada um; abaixo assinados como o da Associação Comercial protestando contra a instalação de bombas de gasolina na Praça Dr. Carlos em 1952; o “(...) ingresso de crianças em cinemas, casas de jogos, “pensões alegres”, cabarés, cassinos e casas de diversões” em 1956 (GUIMARÃES, 1997, p. 112); inauguração do parque de Exposições em 1957; o Plano Diretor da cidade na década de 1960-1970; a política em Montes Claros na Ditadura Militar e a posse do prefeito Moacir Lopes; e a década de 1990 é vista como “às portas do novo Século” (GUIMARÃES, 1997, p. 175). Na sequência, o livro apresenta os presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros de 1947 a 1997 por meio biográfico, assim como os vereadores desse período com destaques para alguns. A obra apresenta vários documentos ou suas transcrições, valorando-os e confirmando suas afirmações.

“FACES DO LEGISLATIVO: 1947 – 1997” é um título que merece maior análise, no entanto, não é esse o nosso propósito, mas, assim como as outras obras apresentadas acima, ele constitui um trabalho memorialístico, que pretende escrever toda a história, nesse caso da Câmara Municipal de Montes Claros, numa perspectiva da História Tradicional e representando os interesses da elite local.

“Gestão de documentos: plano de classificação e tabela de temporalidade” e “Manual técnico de redação de documentos” consistem em duas produções técnicas que orientam a administração dos documentos da Câmara Municipal de Montes Claros. Os livros foram

resultados do início da gestão de documentos²⁰¹ na Instituição, um trabalho ressaltado várias vezes pelos trabalhadores do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes como passo significativo para o órgão de documentação e a Entidade. Werley Pereira de Oliveira, Maria Dalva Souto e Oliveira e Iara Maria da Silva relataram sobre esse assunto em entrevista no dia 22 de junho de 2012:

A gestão de documentos foi a nossa grande conquista aqui no Arquivo... mas para chegarmos lá tivemos que brigar muito (...) (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 22 jun. 2012).

Foi uma época em que vimos o Arquivo caminhar... avançar... (OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e, 22 jun. 2012).

Nos empenhamos muito para que a gestão de documentos pudesse acontecer, mas está tudo pela metade (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

Notamos nessas produções que a documentação do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes é utilizado igualmente pelos seus trabalhadores com o objetivo de registrar a história da Câmara Municipal de Montes Claros e execução de suas atividades eminentemente técnicas como as citadas acima.

Numa nova perspectiva, historiadores desde o final da década de 1990 vêm tentando explicar o universo social dos moradores de Montes Claros. A Unimontes é uma instituição que contribuiu significativamente com o surgimento dessas produções historiográficas, motivadas pela capacitação de seu corpo docente e a exigência de Trabalhos de Conclusões de Curso – monografia – para os graduandos do Curso de História²⁰², segundo comentamos

²⁰¹ “Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente, intermediária e permanente” (BRASIL. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados. Brasília, DF, 8 janeiro 1991).

²⁰² Apresentamos um pouco da história do Curso de História da Unimontes, de acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2004: “O Curso de História iniciou suas atividades em 1967, sendo reconhecido pelo Decreto Lei 68038 de 13 de janeiro de 1971, com a finalidade de Licenciatura professores de 1º e 2º graus, vinculado à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAFIL. Com a criação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, esta agregou-se à sua Estrutura. Em 1984, o Departamento de História, sob a chefia da Professora Layce Tourinho Correia Machado, iniciou um processo de discussão e reflexão docente/discente acerca da Estrutura do Curso de História. A implantação da Estrutura Curricular deu-se a partir de 1987. Em 1993, com a aprovação da Lei 11517 que estruturou a Universidade Estadual de Montes Claros, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras FAFIL passou a chamar-se Centro de Ciências Humanas e, paralelamente aos Departamentos, estruturaram-se os Colegiados de Coordenação Didática dos diferentes cursos. Dentro dessa nova realidade institucional, esses Colegiados, por meio de suas coordenações, receberam pela resolução 008/94 art. 2º, inciso II, a incumbência de reformular os currículos. No entanto, pensar mudanças para o Curso de História, naquele momento, implicou antes de tudo, na elaboração de um Projeto Político-Pedagógico, já que é preciso (...) conceber o ensino de graduação como uma forma privilegiada de acesso ao conhecimento produzido e veiculado pela Universidade e como meio para a formação de profissionais afinados com as exigências do mundo contemporâneo. Em 2000 foi então aprovado o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de História, incluindo a Reformulação Curricular, após ampla discussão das comissões formadas por representantes docentes e discentes. Procurou-se, naquela ocasião, atender as sugestões e decisões tomadas em conjunto pelos professores

anteriormente. As monografias foram múltiplas, na sua maioria assumindo a nova proposta do Projeto Político Pedagógico adotado a partir de 2004:

Ao propor os fundamentos epistemológicos não se está advogando a construção de uma História Global, como queriam os historiadores do século XIX ou mesmo alguns dos “deuses tutores da École des Annales”. A preocupação que norteia esta proposta para a Área de História é de uma visão crítica da História Conhecimento que possibilite ao graduando se constituir em um profissional comprometido com o fazer e pensar dos múltiplos sujeitos históricos (UNIMONTES; DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2004, p. 52).

Inúmeras pesquisas começaram a ser desenvolvidas e, conseqüentemente, apresentando outras versões da história local e regional. Muitos desses estudos chocaram alguns indivíduos da cidade, citamos como exemplo, as monografias²⁰³ de Juliano Gonçalves Aquino intitulada “Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros – MG” e de Vitor Fonseca Figueiredo, “Entre a norma e licitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves”, que abordavam a figura do Cônego Antônio Gonçalves Chaves²⁰⁴. O Arcebispo Arquidiocesano Geraldo Magela de Castro e parentes da família Chaves, dentre eles, Maria de

e alunos que compuseram a comissão do Centro de Ciências Humanas (CCH) encarregada de discutir uma proposta pedagógica para cada Curso, no ano de 1999. O Projeto Político-Pedagógico proposto, direcionou o Curso de História para atender à uma necessidade inadiável: adequar o Curso de História às necessidades oriundas da realidade atual. Como sempre, procurou-se corresponder às exigências da sociedade, da formação humana do cidadão e do atual mercado de trabalho. A intenção dos profissionais que propuseram o novo projeto Político Pedagógico eram: Promover uma melhor formação do estudante; de conformidade com a atualidade; aproveitar melhor a capacidade e o potencial qualitativo do corpo discente e docente; Suscitar a prática sistemática da produção acadêmica e científica com vista a aprimorar o desempenho do egresso nas series do Ensino Fundamental e Médio; e Relacionar melhor teoria e prática educacional. Para atingir tais objetivos, a Graduação em História necessitou além de uma política pedagógica, contar com uma Estrutura Curricular voltada para a formação do aluno em Licenciatura Plena, bem como para pesquisa. Em 2003 o curso foi avaliado pela comissão do Conselho Estadual de Educação quando foi constatado que a realidade do mesmo já havia superado em muitos aspectos as propostas do Projeto Político-Pedagógico, principalmente no que diz respeito à Estrutura Curricular, necessitando uma nova adequação. Além disso, tornou-se urgente uma maior flexibilização da carga horária das disciplinas para melhor viabilizar as atividades complementares exigidas pela legislação e redimensionar Ensino/ formação de modo a permitir maior carga horária para as atividades práticas de ensino imprescindíveis para os Cursos de Licenciatura. Por fim, o fortalecimento do Curso de História resultou na implementação do mesmo no Município de São Francisco, em 2002” (UNIMONTES; DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2004, p. 48).

²⁰³ Ver detalhes sobre o assunto em: AQUINO, Juliano Gonçalves de. *Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros - MG*. 2010. 65 f. Monografia (Especialização em História, sociedade e Cultura no Brasil) – Centro de ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, 2010. FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e licitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves*. Orientador: Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento. 2006. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas, Montes Claros, 2006.

²⁰⁴ Cônego Antônio Gonçalves Chaves assumiu a Paróquia da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros em 1834, assim como cargos públicos e políticos. A DPDOR da Unimontes disponibiliza processo que contempla o pedido de reconhecimento de paternidade de 11 filhos do referido Cônego. O estudo aborda essas questões, provocando inquietações junto aos familiares e Arquidiocese de Montes Claros.

Lourdes Chaves, intrigados com a nova versão acerca do Cônego Antônio Gonçalves Chaves, divulgadas na imprensa local, procura o reitor da Unimontes, Paulo César Gonçalves de Almeida, buscando informações sobre a pesquisa. Essa inquietação por parte do Arcebispo e dos parentes resultou na elaboração de um dossiê para apresentação a Reitoria, Arquidiocese de Montes Claros e a família Chaves, que se encontra sob custódia da DPDOR. Vale ressaltar que essas duas pesquisas - “Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros – MG” e “Entre a norma e licitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves” tiveram como fontes o acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, visando (re)pensar a figura do Cônego Antônio Gonçalves Chaves.

Juliano Gonçalves Aquino também trabalhou como Bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG na DPDOR na organização do acervo da Administração Pública de Montes Claros, que contemplava os documentos da Câmara e da Prefeitura Municipal. Em relação a essa experiência, em entrevista no dia 19 de dezembro de 2012, ele relata que,

Na verdade, eu acho que o olhar do historiador é bem... muito suspeito... eu, historiador, lidando com documentos que trata da minha cidade... então, por si só... já me instigava bastante. Então..., e... no cotidiano agente sempre lidando com documentos da população... solicitação de indivíduos comuns aos presidentes da Câmara e aos vereadores... e naquele trato agente de certa forma agente revivencia o que está escrito... traz em si a vivência do cotidiano... (...) os projetos de lei e, sobretudo os projetos de lei que organizava ali... organizava o município... as posturas municipais que tentava organizar o modo de viver dos moradores da cidade eram bastante interessantes (AQUINO, Juliano Gonçalves, 19 dez. 2012).

A experiência de Juliano Gonçalves Aquino na organização desse acervo o desperta para escrever sobre patrimônio cultural e, especificamente documental, como estudante de graduação, posteriormente Bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG e no mestrado, tendo como referência o acervo da Câmara Municipal de Montes Claros.

“Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República” de César Henrique de Queiroz Porto visou “(...) lançar um novo olhar sobre a constituição do campo político norte-meineiro” (FURTADO In: PORTO, 2007, p.13), demonstrando que, “(...) a prática clientelista e o uso da violência como instrumentos de ação política parece sempre querer nos dizer algo que vai além dos chavões e dos estereótipos” (FURTADO In: PORTO, 2007, p.14), conforme afirma João Pinto Furtado na apresentação do livro. Ao revelar uma história política²⁰⁵ pautada no predomínio de um grupo restrito de

²⁰⁵ César Henrique de Queiroz Porto faz seu recorte temporal de estudo, a República Velha (1889 – 1930).

famílias, onde a violência, o personalismo e o paternalismo permeiam o modo de fazer política local e regional, César Henrique de Queiroz Porto, chama a atenção para as publicações produzidas até então, que enalteciam essas figuras e grupos, tanto no âmbito universitário como na cidade em geral. A partir do seu estudo, outras pesquisas vão surgir no intuito de continuar desvendando outras histórias desse período com enfoque na política, mas, abordando o campo social e cultural. Os documentos do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes foram fundamentais para o estudo de César Henrique de Queiroz Porto, segundo averiguamos na correspondência encaminhada ao Presidente da Câmara, Antônio Silveira de Sá, em 2 de outubro de 2000:

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos através deste solicitar de V. Ex^a. Autorização para a liberação de documentos dessa Municipalidade, para efeito de pesquisa referente à história desse Município relativa ao período conhecido como república Velha, em favor da Dissertação de Mestrado do Professor César Henrique de Queiroz Porto, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Antecipando agradecimentos, com votos de elevada estima e consideração, subscrevemos-nos.

Cordialmente,

César Henrique de Queiroz Porto (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. In: Dossiê: correspondências recebidas – 2000, 2000).

César Henrique de Queiroz Porto disse que, o “(...) arquivo da Câmara foi fundamental para minha pesquisa, pois através dele obtive muitos documentos e informações” (Porto, César Queiroz Porto, 15 abr. 2013), no entanto a imprensa escrita local também constituiu um material extremamente valioso.

“A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX” de Laurindo Mékie Pereira, de acordo com Carla Maria Junho Anastasia apresenta,

(...) ajuda-nos a compreender as relações sociais e políticas de Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros, centro regional importante, foi palco de um movimento de articulação política que visava à inserção do norte de Minas Gerais em programas de desenvolvimento próprios da década de 1950 no Brasil. Nesse período, conhecido como um dos mais democráticos da história do Brasil, as elites dependiam, para a concretização de seus objetivos, dos votos populares. Neste mercado político, foram utilizadas estratégias como a prática de favores e o estabelecimento de compromissos entre os múltiplos atores que atuavam na arena pública. Não obstante estar inserida neste contexto nacional, Montes Claros teve suas particularidades. Em busca dos contornos que a política e as relações sociais adquiriram na cidade, Laurindo Mékie Pereira analisou em sua obra o cotidiano das relações de dependência do município de Montes Claros. “A cidade do favor” tem o mérito de abordar as representações assumidas por lideranças locais e populares,

além de apresentar a realidade social da região, marcada pela diluição da fronteira entre o público e o privado (ANASTASIA In: PEREIRA, 2002).

Esse estudo aborda a década de 1940 e 1960, período em que se articulava o “desenvolvimento” da cidade e, para isso, os favores vão se mostrar presença constante nas práticas sociais. Um estudo que teve como uma de suas fontes, os documentos do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, contendo documentação reveladora desses favores, analisados e explicados, mostrando outra versão de se fazer política em Montes Claros, ratificando a análise de César Henrique de Queiroz Porto e incomodando algumas pessoas. Laurindo Mékie Pereira nos informou em entrevista que,

O Arquivo da Câmara foi muito importante desde a elaboração do projeto de pesquisa do mestrado no início de 1999. Eu pretendia estudar as relações políticas em Moc [Montes Claros] na Primeira República. Quando fui ao arquivo pela primeira vez notei que os documentos do pós 1949 estavam mais organizados e em melhores condições de acesso. Isso influenciou na minha mudança no recorte temporal que passou a ser 1945-1964. Destaco a gentileza, educação e boa vontade da funcionária Dalva Souto. Ela me ajudou muito. Para além da pesquisa, nós nos tornamos amigos. Nem sei se amizade é a melhor definição porque eu a considero quase como uma mãe. Eu consultei projetos de vereadores, correspondências expedidas pela Câmara, correspondências enviadas por moradores e por outras instituições e autoridades. Voltei a pesquisar nesse arquivo por ocasião do doutorado (2003-2007) e em outros projetos que desenvolvi após o doutorado, mas foi na pesquisa do mestrado (1999-2001) que eu mais me servi do Arquivo do Câmara. Na verdade, não consigo pensar como teria sido o mestrado sem o acesso a este arquivo. Há um episódio curioso: eu publiquei a dissertação em forma de livro com o título "A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX". Parece-me que o título assustou algumas pessoas. Lembro de determinada pessoa vinculada à Câmara que me disse com um olhar de bastante desconfiança: "vou ler seu livro antes de dizer se ele é bom" (PEREIRA, Laurindo Mékie, 12 jan. 2013).

Laurindo Mékie Pereira, após a execução de seu estudo e reconhecendo o valor do acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, encaminha uma correspondência datada de 4 de fevereiro de 2000, ao Presidente da Câmara Municipal, Antônio Silveira de Sá, que, apesar de longa, transcrevemos na íntegra, no sentido, de mostrar a relevância desse órgão de documentação para o desenvolvimento das pesquisas locais:

Senhor Presidente,

Louvamos entusiasticamente o trabalho da Câmara Municipal, dignamente presidida pelo Senhor. Desde o século XVIII, quando Montesquieu preconizou a necessidade da célebre divisão tripartite do poder - Legislativo, Judiciário e Executivo – como uma condição básica à solidez democrática, os autênticos adeptos deste regime vêm defendendo a existência, independência e harmonia destes poderes para se evitar os ataques tirânicos que se insurgem contra a democracia. Aliás, sempre que governos ditatoriais ascendem ao comando político é comum a obliteração das atividades soberanas dos poderes executivo e judiciário.

É, pois, de suma importância o papel que ora o Senhor desempenha. Os registros históricos autorizam nossas afirmativas. Aliás, só constrói a história quando as fontes o autoriza, como assevera o historiador italiano Carlo Ginzburg. Tais fontes, são, majoritariamente, escritas. Neste aspecto, a Câmara Municipal de Montes Claros presta, à história e aos historiadores, uma inestimável contribuição ao manter um excelente arquivo para pesquisa.

Para nós, pesquisadores, a inexistência de arquivos públicos organizados, com documentos catalogados racionalmente, é um enorme obstáculo a ser removido diuturnamente. O arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, organizado e farto em documentos, constitui, pois, uma referência, um porto seguro, para quem se dedica a estudar a história desta cidade e mesmo desta região.

Toda a estrutura e riqueza de um arquivo é absolutamente inútil se não houver alguém apto a utilizá-lo. A Câmara Municipal de Montes Claros está, neste sentido, completa. O trabalho desenvolvido pela Senhora Maria Dalva Souto e Oliveira é a certeza, para os que necessitam do arquivo da Câmara, da viabilidade de suas pesquisas. Com uma competência insofismável, uma dedicação e carinho indescritíveis, Dalva Souto reúne todas as virtudes de alguém que deve estar a serviço da comunidade.

Sentimo-nos seguros com o auxílio prestado pela funcionária Dalva Souto. No instante em que as críticas aos funcionários e serviços públicos se avolumam, orgulhamos em afirmar que o arquivo Câmara Municipal de Montes Claros e de seus funcionários é irrepreensível.

Registramos aqui nossa gratidão à esta Câmara e aos seus serviços.

Montes Claros, 4 de fevereiro de 2000

Laurindo Mékie Pereira (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS.

In: Dossiê: correspondências recebidas – 2000, 2000).

Laurindo Mékie Pereira ressalta também o cuidado que Maria Dalva Souto e Oliveira tem com o Arquivo Institucional e com os consulentes no momento da pesquisa tanto na entrevista como na correspondência. Conforme tratamos anteriormente, em 2000, somente Maria Dalva Souto e Oliveira que se encontra trabalhando no Arquivo, pois, o Concurso Público aconteceu em 2003.

Edir de Freitas Cardoso Júnior em sua dissertação de mestrado “Experiência e poder na urbe em expansão: ‘cultura política popular’ em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964” relata sua experiência no Arquivo Público – Vereador Ivan José Lopes:

O “Arquivo Ivan José Lopes”, pertencente à Câmara Municipal da cidade de Montes Claros, situada ao norte de Minas Gerais, foi o ponto de partida à investigação histórica que aqui desenvolvemos. A princípio, não tínhamos o nosso objeto de estudos claramente definido. Assim, **semanas se sucederam, as horas diárias no arquivo tornaram-se sonolentas e enfadonhas.** Mas, enfim, **o entusiasmo dos primeiros dias ressurgiu.** Na fastidiosa documentação administrativa, **começaram a se revelar, aqui e ali, as primeiras evidências de intervenções de habitantes “pobres” junto aos dirigentes municipais,** sugerindo-nos um possível e estimulante veio de pesquisas. Tratava-se de pistas da existência de reclames populares apresentados aos poderes públicos locais pessoalmente, através de cartas pessoais, abaixo-assinados organizados por moradores de uma rua ou bairro, associações de trabalhadores e de outras modalidades – na terminologia da época designadas “associações de classe”. **À medida que as caixas de correspondências empoeiradas do legislativo eram retiradas das estantes arqueadas pela ação conjunta dos anos e do peso dos documentos pelos prestimosos funcionários do arquivo,** íamos confirmando a vaga idéia de que os

fugidios indivíduos anônimos que paulatinamente foram alargando os contornos da urbe ao longo do século tinham uma história própria a ser “resgatada”. Surgiam evidências empíricas de que aquela gente pobre e trabalhadora – até então suposta “resignada” pelos historiadores locais, provavelmente, porque preferiram esta cômoda e indiferente constatação à “labuta” em arquivos até pouco tempo atrás “intratáveis” – desenvolvera formas de interferir na esfera política municipal para expressar suas insatisfações e reivindicar melhores condições de vida na cidade (Grifos nossos) (CARDOSO JÚNIOR, 2008, p. 16).

Edir de Freitas Cardoso Júnior registra o papel do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes como ponto de partida para pensar seu objeto de estudo. Dias e horas a fio em busca de documentos – caixas de correspondências empoeiradas -, que despertassem seu interesse e respondessem suas inquietações. Diante de sonolentas e enfadonhas buscas, a atenção e compromisso dos funcionários do Arquivo²⁰⁶ tornam as dificuldades apresentadas menores. Ele relata a procura e a descoberta de fontes, (re)despertando seu interesse, em entrevista concedida em 18 de dezembro de 2012:

Á princípio eu comecei a analisar a documentação de maneira mais ampla... correspondências recebidas, ofícios, projetos de lei..., mas, á medida que eu comecei a descobrir documentos de participação política popular... cartas, abaixo assinado, reivindicações... aí centrei minha atenção neles. (...) foi justamente documentos produzidos por moradores que reivindicavam melhores condições de vida de forma coletiva ou individual, cartas, abaixo assinado, memoriais. Esses documentos são muito importantes, porque são documentos produzidos por pessoas dessa condição social, moradores e trabalhadores desse segmento... em geral, esses setores escrevem pouco e essa documentação vai dizer de forma contundente o que eles esperavam do poder público e o que eles esperam da atuação do poder político no tocante aos seus direitos sociais. Isso [a pesquisa] se materializou, porque dificilmente se poderia ter uma noção, desse ponto de vista de pessoas que viviam na periferia e trabalhavam na construção civil durante o período de 1930 a 1964 (CARDOSO FREITAS, Edir de Freitas, 18 dez. 2012).

Edir de Freitas Cardoso Júnior nos manifesta acerca da presença de documentos em órgãos públicos como a Câmara Municipal, uma instituição pública, que contém em sua guarda documentação produzida pelo homem comum, possibilitando ao historiador compreender as suas práticas sociais em relação ao Poder Legislativo. Esse acervo permite outras versões historiográficas e, assim “outras histórias e memórias” emergem da (re)leitura de um lugar e de moradores da cidade.

Marcelo Valmor Ferreira com a dissertação “Cidade de porte médio e populismo em Montes Claros. Um estudo de caso” em entrevista no dia 8 janeiro de 2013 aborda “(...) a gestão pública de Luiz Tadeu Leite, né... onde utilizei os documentos do Arquivo da Câmara”

²⁰⁶ Vale ressaltar que, em 2007 e 2008, período da pesquisa de Edir de Freitas Cardoso Júnior, encontra-se trabalhando, além de Maria Dalva Souto e Oliveira, Iara Maria da Silva e Werley Pereira Oliveira (concursados) e a estagiária Lílían Martins Botelho.

(FERREIRA, Marcelo Valmor, 8 jan. 2013). Ele relata que “(...) fiquei sabendo [do Arquivo da Câmara] por colegas, quando participei com um grupo de colegas no mestrado em 2000 e a documentação estava muito disponível (...)” (FERREIRA, Marcelo Valmor, 8 jan. 2013). Ao pensar seu objeto de estudo, tendo como fonte o acervo do Arquivo Público – Vereador Ivan José Lopes, Marcelo Valmor Ferreira depõe que,

(...) no meu caso... como discuti o populismo... foi fundamental... na verdade fazer um levantamento da primeira gestão de Tadeu [Luiz Tadeu Leite], né... na gestão de 1983 a 1988 e como eu estava montando a persona política dele, também, foi fundamental ler os discursos políticos dele, para pensar o perfil dele. E na Câmara li os relatórios e as atas que eram sempre feitas a mão e arquivadas no Arquivo . (...) esses documentos era direcionado a pessoa do político como os discursos, que revelaram os traços do pesquisado, vendo a fala do sujeito nas atas... por exemplo, há uma visão do político demagogo, que promete e não cumpre (...) Não resta a menor dúvida que o Tadeu [Luiz Tadeu Leite] montou sua persona com o populacho, com o povo. Então, ele usa algumas expressões como “eu vim do oco do pau”... “trago pra essa casa uma orfandade de pai e mãe”, reclamando uma orfandade de um certo abandono de pai, da família, na verdade se identificando com a população que, de certa forma, era abandonada e isso é registrado em ata, revelando sua persona (FERREIRA, Marcelo Valmor, 8 jan. 2013).

O trabalho de Marcelo Valmor Ferreira nos mostra outras perspectivas para análise dos documentos do Arquivo da Câmara, como, por exemplo, as construções de biografias.

Roberto Mendes Ramos Pereira na sua dissertação “Demandas e representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros – MG”, de acordo com seu depoimento em 14 de março de 2013, diz que,

Utilizei... pesquisei o Arquivo da Câmara (...). Durante o início da pesquisa... eu fiz o projeto sem conhecer esse Arquivo... aí conversando com Fábio, ele tinha desenvolvido algumas pesquisas lá e ele me indicou... e de fato... lá encontrei bastante coisa... foi importante, ainda mais que o meu objeto foi o vereador. Lá tem cartas... onde se vê as relações e redes políticas entre os deputados... o deputado respondendo cartas dos vereador. (...) **eu achei bastante interessante a Câmara criar a sua memória, porque geralmente político busca apagar, principalmente coisas erradas, e fica só as coisas boas pra criar uma memória positiva...** e eu notei que nem sempre... porque tinha fontes que eu percebi... cartas, abaixo assinado, reclamações de populares... e eu me surpreendi... e a organização dos funcionários e o zelo em manter aquele Arquivo bem organizado (Grifos nossos) (PEREIRA, Roberto Mendes Ramos, 14 mar. 2013).

Roberto Mendes Ramos Pereira salienta uma preocupação em relação à eliminação de documentos, por constituir “memórias de coisas erradas” e, ressalta como o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes preserva o acervo da Instituição, independente do que contém. Assim como Edir de Freitas Cardoso Júnior, Roberto Mendes Ramos Pereira trabalha com a documentação escrita pelo homem comum que reclama e reivindica seus direitos de caráter

coletivo, todavia, pedem favores pessoais, conforme narra em entrevista no dia 14 de março de 2013:

Eu encontrei uma correspondência dos vereadores em relação a outros agentes políticos... por exemplo, eu encontrei uma correspondência do presidente da Câmara dirigida a Humberto Souto, na época era ministro... pra arrumar uma vaga numa escola... numa escola federal e... também encontrei a resposta desse ministro... então, eu tive que mapear... eu consegui colar as peças... e sem contar que eu encontrei o documento dessa pessoa pedindo a vaga ao vereador (PEREIRA, 14 mar. 2013).

Donizette Lima do Nascimento com sua pesquisa de mestrado denominada “A Tocaia Sinistra Dos Liberais: A Cultura Política em Montes Claros de sua origem a década de 30”, ressalta a importância dos documentos da Câmara Municipal, disponíveis no Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes para seu estudo, bem como a relevância de sua pesquisa para a historiografia regional. Salienta-se que Donizette Lima do Nascimento, juntamente com Laurindo Mékie Pereira, Marcelo Valmor Ferreira, César Henrique de Queiroz Porto, Jonice Procópio Reis e Gy Reis Gomes Brito formaram o primeiro grupo que a Unimontes investiu, do Curso de História, na capacitação com pós graduações *strito sensu* [Mestrado]. De acordo com o depoimento de Donizette Lima do Nascimento, em 6 de janeiro de 2013, seu estudo contribuiu para a escrita da história, porque pôde:

Trazer a luz documentos que existiam, entre eles, documentos da Câmara Municipal, no intuito de demonstrar todo o processo de transformação da cidade, pensando a “Tocaia Sinistra”, um evento político que acabou em um tiroteio na Praça do Automóvel Clube e, que resultou na disputa entre as duas facções políticas de Montes Claros, que apoiava o vice presidente do estado e os camilistas e o outro lado de João Alves. Desse jeito, os documentos da Câmara foi imprescindível para minha pesquisa, porque tive que ler praticamente todas as atas da Câmara (NASCIMENTO, Donizette Lima do, 6 jan. 2013).

“Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)” de Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento constitui outra pesquisa que usou os documentos do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento abordou a dificuldade em encontrar fontes para seu estudo, de acordo com seu depoimento em 6 de janeiro de 2013:

(...) lançando mão, principalmente de memorialistas que falavam muito sobre Tiburtina. Mas os documentos da Câmara foram importantes pra pensar as disputas políticas entre os dois partidos e figuras políticas que existiam em Montes Claros e...

onde uma dessa figuras era de João Alve, o marido de Tiburtina. Aproveitei bastante as informações dos livros de atas da Câmara... (NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do, 6 jan. 2013).

Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento aborda também a importância desse Arquivo e dos memorialistas para se (re)pensar a história cidade, afirmando que,

As pessoas não conhecem esse Arquivo... e como nós sabemos, somente quem pesquisa vai até ele pra buscar documentos e fazer suas monografias.... falta sensibilidade das autoridades, enfatizando a importância desse Arquivo e, quando a memória faltar onde vamos encontrar informações sobre a nossa história?... os arquivos, nesse ponto, são importantes não só para os historiadores. A gente vê, é falar que documentos pegaram fogo, agora mesmo na Bahia, ouvimos falar da casa de Castro Alves que pegou fogo... uma coisa horrorosa! Na falta de documentos, os memorialistas são fontes primárias, pois eles reproduzem os documentos, transcrevem... eu mesmo sem os memorialistas teria muita dificuldade em escrever tanto a dissertação como a tese (NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do, 6 jan. 2013).

Poderíamos relacionar vários trabalhos que (re)(des)constroem a história de Montes Claros, tendo como referências as fontes disponíveis no Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, contudo, listamos alguns apenas para ilustrar o universo, que esse órgão de documentação permite consultar. Não foi nosso intuito explorar as obras em demasia e tão somente apresentá-las como frutos do estudo dos documentos do Arquivo da Câmara, nosso objeto de estudo.

Como constatamos, tanto os memorialistas e cronistas como os historiadores, procuram o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Os historiadores reconhecem o valor dos trabalhos dos memorialistas e cronistas e os utilizam como fonte, todavia, Wanderlino Arruda depõe em 3 de janeiro de 2013:

Conheço pouco [as produções historiográficas/livros]... que é uma falta grave da minha parte, porque Gy Reis, por exemplo, é do Instituto [IHGMC]... Mékie também (...) A Universidade pesquisa... vocês não é essa história tão memorialista. (...) Reconheço a diferença dos trabalhos dos memorialistas dos da Unimontes... e é uma crítica que eu faço.. é que a Unimontes... vocês precisam ser personagens... como agente. Vocês não divulgam os trabalho, então, às vezes, é preciso falar... (...) Indo para as instituições ou levando as instituições pra lá... Porque não chama o Instituto [IHGMC]... a Academia [Academia Montesclarensense de Letras] para uma reunião... pelo menos uma vez por ano? (...) É preciso integrar. Por exemplo, o livro seu [Filomena Cordeiro]... de Mékie [Laurindo Mékie Pereira] foi lançado na Unimontes... Marta [Marta Verônica Vasconcelos Leite] tá lançando lá fora... aqui fora... e a sociedade em geral não dá notícia do que acontece lá dentro [na Unimontes]. Então... a Unimontes quando fosse lançar um livro chamasse a comunidade... (ARRUDA, Wanderlino, 3 jan. 2013).

O depoimento acima revela que o Curso de História é incipiente no que tange a comunidade externa. Essa integração é salutar, pois, historiadores reconhecem o valor dos trabalhos dos memorialistas e, essa afirmação se confirma no uso desse material nas suas pesquisas, no entanto, há uma distância entre esses profissionais, preocupados em preservar a história e a memória de Montes Claros. Por fim, percebemos que a historiografia em Montes Claros se faz através de embates, que se manifestam ora de forma manifesta, ora dissimulada, cujos confrontos se realizam por meio da escrita, visando o ato do esquecimento ou da lembrança em relação a alguns acontecimentos ou pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS ARQUIVOS MONTESCLARENSES

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (Guimarães Rosa).

Após problematizar nosso objeto de estudo, o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, e consequentemente, pensar as políticas arquivísticas no âmbito local, regional e nacional – pois, não é possível tratar desse Arquivo específico sem se referenciar às instituições existentes no nosso país -, refletimos acerca dos conflitos e disputas que se delineiam, muitas vezes de forma clara e evidente, no sentido de lidar com a memória. A memória construída nesses lugares são possibilidades diversas, no entanto, trabalhá-las torna-se uma tarefa extremamente difícil com implicações diversas, dependendo da sua proposta ou a do seu grupo.

Ao analisar e explicar esse universo, às vezes, nos sentimos desanimados e desencorajados para enfrentar a batalha cotidiana e complexa que envolve os Arquivos, especialmente os montes-clarenses. Remetendo aos capítulos da tese, nos deparamos com o *I Capítulo*, onde investimos nossas atenções nos arquivos em geral e no Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, um dos lugares de memória da cidade. Verificamos que os moradores de Montes Claros não sabe o que é um arquivo e qual sua finalidade. Diante dos depoimentos dos entrevistados, ficamos, apesar de constar das nossas hipóteses, perturbados em constatar que o cidadão comum não recorre às informações de órgãos públicos, visando conhecer, em especial os seus direitos, fator que interessa todos os homens, sobretudo na sociedade moderna.

O arquivo público é uma entidade que guarda documentos que diz respeito às atividades dos “servidores públicos”, ou seja, daquelas pessoas que estão para servir a população e, sendo remunerados por ela, deve “prestar contas”. Para essa “prestação de contas”, a documentação produzida e recebida pela instituição constitui material de prova do exercício de sua organização e funcionamento, dentre eles, do orçamento e finanças, da administração geral, de pessoal, de aquisição de material e do patrimônio. Para a realização de

todas essas atividades, documentos são gerados e podem ser acessados pela população para conhecimento. Todavia, os montes-clarenses não sabem da existência, por exemplo, do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, onde está o acervo da Câmara Municipal de Montes Claros, documentos originados pelas ações dos vereadores, representantes políticos escolhidos pelos moradores da cidade, por meio da eleição, para exercer a função deliberativa, ou seja, tomar decisões importantes para a cidade e seus moradores por meio do poder legislativo.

Essa constatação se fez durante as entrevistas com alguns moradores de Montes Claros, revelando que o homem comum tem outras preocupações mais voltadas para a sua existência, como o trabalho. Para alguns, os arquivos não passam de um desperdício de dinheiro público que deve ser investido em asfalto, escola, merenda escolar, transporte e etc. Contudo, após explicações sobre a importância e o papel dos arquivos, reconheceram que, para a concretização desses empreendimentos é necessário documentos que agilizem e provem a sua execução. Hoje “o fio do bigode” e a “palavra dada” não tem mais valor, mas o documento oficial assinado e carimbado, se possível.

Averiguando a experiência dos trabalhadores do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, encontramos respostas que remetem, igualmente, ao não conhecimento da maioria da população acerca dessa Instituição Pública, que está relacionado à questão das disputas pela memória. Os trabalhadores desse órgão de Documentação nos tornaram visíveis os embates travados no dia a dia desse espaço de trabalho. Para eles, trabalhar em arquivo e, especialmente no Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes consiste em embates constantes e frequentes no sentido de executar desde atividades básicas e elementares como de grande relevância. Os relatos desses trabalhadores nos mostraram concretamente, os conflitos vivenciados por esse grupo. O assunto das sedes do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes constitui até o momento presente (2013), conflitos entre os trabalhadores e a administração geral da Câmara Municipal de Montes Claros. A primeira sede do referido Arquivo foi o espaço denominado “Anexo I” na Avenida João Luiz de Almeida durante a presidência da Câmara de Ivan José Lopes, por isso a homenagem a esse vereador designando o Arquivo com o seu nome. Em 1995, Benedito de Paula Said contrata professores do Curso de História da Unimontes para organizar a documentação que se encontra nesse Anexo I, demonstrando preocupação com o acervo institucional. Em 2003, Ademar Bicalho leva o Arquivo para a Avenida Cula Mangabeira, um prédio alugado, que recebeu o acervo e também os servidores efetivos/Assistente Operacional II/ Arquivista da Câmara Municipal de

Montes Claros através do Concurso Público. Como a instalação era alugada e não tinha as condições adequadas para um arquivo, após diversas conversas com os presidentes da Câmara Municipal, e junto com a necessidade de abrigar a Escola do Legislativo, o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes é transferido para o Edifício Presidente Tancredo Neves – EPTAN localizado na Avenida Afonso Pena. Essa transferência se revelou fato de conflitos e tensões, pois o local era impróprio para ser um depósito de documentos. Inconformados com o novo espaço, por escrito, os trabalhadores do Arquivo fizeram suas reivindicações, conquistando a execução do projeto de Gestão Documental. Em 2011, outra mudança de sede para a Avenida Dr. João Luiz de Almeida, nº 719, na Vila Guilhermina, motivos de muitas tensões causadas pelo ambiente inadequado.

Se as sedes do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes produzem embates, os cargos destinados às coordenações dos serviços da Instituição Arquivística demonstram insatisfações nos seus trabalhadores. Cargos definidos por lei que seriam de caráter restrito são transformados em amplos com a finalidade de atender demandas pessoais de vereadores. Os servidores efetivos, que estão estudando e diariamente trabalhando no Arquivo, não são valorizados e, o lugar que deveria ser ocupado por eles, ou mesmo por outras pessoas, que fazem parte do quadro da Instituição, é repassado para indivíduos que compõem o Gabinete do Vereador, fazendo parte da comunidade externa sem concurso público. Ressalta-se que, as tensões geradas nesse sentido, estão relacionadas com a ausência efetiva dessas pessoas coordenando os trabalhos do e no Arquivo e não com a sua nomeação - apesar de constituir também uma insatisfação -, assim como a falta de formação na área.

A gestão de documentos da Instituição consistiu em uma conquista, no entanto, não sem embates. O convênio entre a Câmara Municipal de Montes Claros e a Unimontes significou um passo expressivo, uma vez que, parte dos documentos foi organizada, microfilmada e digitalizada, possibilitando treinamento na área arquivística para os trabalhadores da Entidade.

Pensar esses problemas que envolvem o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes nos remete à ausência de uma política arquivística nessas instituições, que tem como dever cuidar da documentação pública, pertencente à Entidade, mas igualmente a população. Esses descuidos, na maioria das vezes e conforme este estudo, demonstram a falta de conhecimento sobre o assunto por parte dos administradores gerais, nesse caso os presidentes da Câmara Municipal, assim como a vontade política em investir nos arquivos. Verificamos que, todas as vezes, quando ações contundentes são implantadas relacionadas a esse tema, os presidentes do

Poder Legislativo de Montes Claros, relatam a sua importância, tanto para a Instituição que usufruirá do acervo, bem como para a pesquisa. Ivan José Lopes, Benedito Said, Ademar Bicalho e Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso, quando se posicionaram em favor do Arquivo da Câmara, evidenciaram ter consciência das suas atitudes para que a história da Instituição e da cidade fosse preservada. Eles relatam que, sem esse acervo, parte da história se perderia. Dessa forma, decisões esporádicas possibilitam ao Arquivo dar passos importantes, no entanto, a inconsistência se mostra com maior frequência, atrapalhando uma trajetória firme e segura referente às demandas desse Órgão de Documentação.

O *Capítulo II* fala do patrimônio cultural numa perspectiva geral, mas com a finalidade de ressaltar o patrimônio documental que dá sentido as experiências de vida dos moradores de Montes Claros. O patrimônio é uma herança e, conforme Choay, “(...) na origem, [está] ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2006, p. 11). Sem esse vínculo o patrimônio cultural de uma cidade não proporciona sentido às pessoas. Ele deve constituir das vivências dos moradores de uma cidade. Assim, Choay continua “(...) Requalificada [a palavra patrimônio] por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante” (CHOAY, 2006, p. 11). Dessa forma, verificamos que, a maioria dos bens culturais montes-clarenses oficializados não propiciam um senso de pertencimento por encontrar-se numa área específica da cidade, a região central. A referência geográfica de pertencimento a um determinado lugar se mostrou pertinente, se manifestando nos moradores do Santos Reis – periferia de Montes Claros -, cujos significados de morar, brincar, rezar, enfim, viver, estão no seu bairro e não na área central da cidade. Os moradores desse bairro da periferia percebem a relevância da Igreja Matriz de Nossa Senhora e São José e da Catedral de Nossa Senhora Aparecida, localizadas no centro, contudo, quando é o momento de rezar suas referências é a Igreja do Santos Reis, onde encontra com seus vizinhos, o padre que conhece e vive nesse mesmo lugar, alguns parentes e amigos. Seu vínculo afetivo e familiar está naquele lugar onde viveu tempos bons e ruins, encontrando apoio nas pessoas que moram perto dela, com as quais se identificam.

Os jornais, as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros e o livro de Milene Maurício nos apresentam bens culturais focados, sobretudo no patrimônio arquitetônico e, ainda, aqueles que ficam na região central da cidade. Essa abordagem nos mostra uma distância construída entre esses mesmos bens e os montes-clarenses. Por mais que os moradores da periferia de Montes Claros tenham que ir a área central da cidade para

resolver suas questões ou trabalhar, sua identificação está voltada para onde vivem, porque o seu sentido de experiência se faz no lugar onde suas práticas sociais se constroem. Esse é o seu lugar(es) de memória(s), pois, quando criança foi na Praça da Igreja do Santos Reis, por exemplo, que “(...) conheci amigos, brinquei de balanço, de coelhim fora da toca, de pique, de queimada, futebol...”, conforme depõe Flávio de Souza Cordeiro em 23 de março de 2012.

Para além de pensar essas questões de pertencimento, percebemos que Montes Claros em relação às políticas públicas de preservação de bens culturais se mostra promissora, tomando iniciativas de acordo com o âmbito nacional. Tendo como menção a Constituição Federal de 1988, que orienta a União, o Estado e os Municípios em investir nos bens culturais e naturais, Montes Claros dá os primeiros passos criando o Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Montes Claros – COMPHAC e tombando edifícios, igrejas, cavernas, grutas, fazendas e documentos na década de 1980. Essa ação comprova uma preocupação com os bens culturais da cidade por parte de um determinado grupo voltado mais para a área central, motivados pela ideia de centralidade e origem do lugar. Nessa perspectiva, um projeto de cidade se delineia a partir da concepção de patrimônio cultural construída por esses gestores culturais, que compõem uma elite política, econômica e intelectual de Montes Claros. Os moradores da cidade não se manifestam, pelo menos não foi encontrado nenhum vestígio nesse sentido. O patrimônio cultural em Montes Claros segue “(...) uma trajetória (...) retumbante” (CHOAY, 2006, p. 11), visando revelar uma grandiosidade de seus bens constituídos de Igrejas em estilo colonial do século XVIII e neogótico de meados do século XX, casarões e praças antigas, ou seja, priorizando o valor de antiguidade, ao contrário da construção social.

O *Capítulo III* retoma nosso objeto de estudo, o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, problematizado enquanto lugar de memória e de cidadania na construção de trabalhos historiográficos. Para tanto, pensamos as produções construídas a partir do acervo desse Arquivo examinando as pesquisas de memorialistas, cronistas, dos trabalhadores dessa Instituição e da Universidade, sobretudo dos historiadores. Ao ler esses materiais percebemos o papel e o lugar de cada um desses profissionais e a sua contribuição para a escrita da história.

Averiguamos o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, que estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional do historiador, após a sua aprovação definitiva, e constatamos um mercado de trabalho preocupado com o lugar que o trabalhador deve ocupar. Uma lei que pretende polemizar o assunto, pois ainda se encontra em tramitação, e coloca em

pauta o debate sobre a escrita da história. Tema instigante e polêmico, mas problematizado nos faz refletir sobre o assunto e, igualmente nos posicionarmos frente à proposta.

Pensando tudo isso e analisando as pesquisas executadas no Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, comprovamos que a maioria dos memorialistas e cronistas não visita o referido Órgão de Documentação com o intuito de produzir seus estudos, já que, escrevem a partir das suas histórias de vida e convivência com pessoas que “construíram a história da cidade”. Todavia, encontramos trabalhos que ressaltam o valor do acervo da Câmara Municipal de Montes Claros e advertem acerca da ausência de fontes e a falta de cuidados com os documentos, provocando lacunas na história.

Os trabalhos dos memorialistas nos revelaram fontes para pesquisa de caráter imensurável, especialmente motivado pela ausência de uma política arquivística local e regional, que ocasiona um vazio para os estudos historiográficos. Demonstramos que a academia utiliza os memorialistas e cronistas como fontes e referências nos seus estudos, confirmando o valor e a relevância desse material.

A formação acadêmica do memorialista e cronista é variada. Em Montes Claros, nos trabalhos pesquisados não encontramos, de fato, nenhum historiador, mas, médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, bancários, etc., no entanto, todos com a inquietação de não se deixar perder a memória do que viveu e ouviu contar sobre a história da cidade. Essa história, entretanto, se mostrou, na sua grande maioria, sobre acontecimentos, pessoas e lugares vinculados a elite local ou afinado a ela. São raríssimos, por exemplo, a presença do homem comum nesses textos, exceto pela sua excepcionalidade, em especial pela loucura, como é o caso de Zé Goela, Requeijão, Zé Sarué, Bela Doida e Santo Besta citado por João Valle Maurício em “Janela do Sobrado: Memórias” (2007, p. 254-257).

Os memorialistas e cronistas apresentam um estilo próprio ao escrever e, “(...) Sabemos que das narrativas de memorialistas emergem cenas do cotidiano, modos de vida e práticas culturais que se expressam por meio de uma linguagem eloqüente e descritiva que ambiciona alcançar “um efeito de verdade” sobre a sua narrativa realizada (CALEIRO, 2011, p. 51). Esse “efeito de verdade” perpassa na população enquanto “verdades históricas”, que vão se confirmando ao longo do tempo, sobretudo quando utilizadas como material de trabalho nas escolas, como é o caso do livro de Urbino de Sousa Vianna “Montes Claros: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos”. Da mesma forma, temos o livro de Hermes de Paula “Montes Claros, sua terra, sua gente e seus costumes”, usado, inclusive com maior intensidade nos espaços escolares e acadêmicos. Os estudos analisados nessa tese

nos mostram que, quase todas as pesquisas que tratam da história da cidade remetem ao livro de Hermes de Paula. Essa repetição vai validando a escrita e os acontecimentos narrados, tornando-os “verossímeis” e, nessa construção da memória, os memorialistas, homens cultos e importantes na e da cidade, sem que a população questione em qual contexto histórico essas obras foram produzidas. O livro de Hermes de Paula, conforme abordamos no III capítulo, retrata a influência dos sócios do *Rotary* Clube de Montes Claros, espaço da elite montes-clarense, em pensar datas e personagens históricos para homenagear durante as comemorações do centenário da cidade. A perpetuação da história narrada pelos memorialistas e cronistas configura-se como a “História da Cidade”, onde nos deparamos com os personagens que são os “construtores de Montes Claros”. A questão relativa a centralidade de Montes Claros é uma confirmação desses trabalhos, o que proporciona a valorização de um espaço urbano em detrimento a outro, nesse caso a periferia. Os trabalhos memorialísticos não trazem informações sobre, de fato, os primeiros moradores do lugar, o nativo. Das obras analisadas encontramos apenas o livro de Dário Teixeira Cotrim, “História primitiva de Montes Claros”, que trata acerca desse assunto, nos mostrando que antes dos bandeirantes, de Antônio Gonçalves Figueira ou de José Lopes de Carvalho²⁰⁷, Montes Claros era uma região habitada, não constituindo as figuras apresentadas pelos memorialistas como “construtores da história da cidade”.

Todavia, os memorialistas e cronistas se avizinham do trabalho do historiador, pois realizam pesquisas documentais e entrevistam pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os fatos históricos, conforme verificamos nas várias obras analisadas. Porém, constatamos que a prática historiográfica é constituída de métodos científicos, apreendidos na formação de historiador. Sendo assim, os historiadores se lançam nas obras dos memorialistas e cronistas para estudarem e escreverem história, tendo-as como fontes de pesquisa, que colabora, inclusive com a compreensão da versão de um determinado grupo social.

As produções realizadas pela Câmara Municipal de Montes Claros ou seus trabalhadores demonstraram como o acervo institucional são relevantes para a escrita da história. Verificamos que, há trabalhos no formato dos memorialistas como “FACES do legislativo” de Jorge Tadeu Guimarães, “Cidadãos de honra: 1953 – 1999” e Cidadãos de

²⁰⁷ Ver em: COTRIM, Dario Teixeira. História primitiva de Montes Claros. Montes Claros: Unimontes, 2007. Leia também: Costa, João Batista de Almeida. *Mineiros e baianos*: englobamento, exclusão e resistência, 2003. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

honra: 2000 – 2009”, no entanto, existem obras técnicas com o objetivo de sistematizar a organização do Arquivo.

As pesquisas da academia se mostram preocupadas com novas abordagens, apesar de, na sua maioria e no início (1999), estarem voltadas para a História Política, - sobretudo com temáticas direcionadas para o coronelismo -, mas com o tempo, a História Social se revela com intensidade. Os estudos mostram outras possibilidades para a escrita da história a partir de métodos respaldados pela historiografia, em especial, tendo como referência a Escola dos *Annales*. A diversidade de temas, fontes e campos historiográficos permite, igualmente, uma variedade de trabalhos. Os professores/historiadores da Unimontes inseridos em pós graduações *strito sensu* a partir de 1999, percebem outros caminhos para se (re)pensar a história e, na Universidade realizam mudanças importantes como uma nova proposta de projeto político pedagógico para o Curso de História em 2004, introduzindo disciplinas que despertam a habilidade para a pesquisa e o lidar com órgãos de documentação. Nesse sentido, novos estudos são produzidos trazendo “outras histórias e memórias” de Montes Claros e região, avançando a linha tênue da memorialística e das crônicas. Essas novas versões historiográficas, muitas vezes, impactam, especialmente o grupo que escreveu a história da cidade ou ligadas aos problemas investigados.

A historiografia de Montes Claros ganha, assim, novos contornos nos seus desenhos da escrita, alargando os horizontes acerca das possibilidades de fontes e por meio de metodologias que permitem (des)(re)construir histórias e memórias, concebendo os homens comuns, assim como os vários segmentos da sociedade, como sujeitos históricos, viventes de uma cidade em transformação através das suas práticas sociais.

Ao pensar sobre todas essas questões que nos inquietavam e incomodavam no transcurso deste estudo, fomos percebendo que trabalhar com conceitos prontos e acabados nos levariam a não percepção desses sujeitos históricos, bem como de uma cidade em constante alteração motivada pelas práticas sociais envoltas em embates e disputas pela memória, construções sociais geradas no cotidiano. Aliar a construção desses novos conceitos emergidos, tendo como início a (re)leitura e problematização de nossas fontes, com a teoria embasada nos textos da linha de pesquisa em “Trabalho e Movimentos Sociais”, nos permitiu ampliar nossa visão historiográfica. Perceber e enxergar o mundo e seus sujeitos sociais em constante transformação, vivendo em uma cidade, onde valores, hábitos, comportamentos, atitudes e crenças (FENELON, 199, p. 7), torna-os vinculados uns aos outros, ou não, por causa das suas construções sociais nos ampliou a concepção de “Lugar(es) de memória(s)”.

Esse termo, refletido no plural, demonstra que não há uma história e uma memória, mas diversas, dependendo do olhar político nos apresentado por Beatriz Sarlo (1997).

Nessa perspectiva, o nosso objeto de estudo, Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, problematizado como lugar de memória de Montes Claros revelou “muitas historias e memórias” por meio das fontes utilizadas. A pesquisa não se constituiu apenas das fontes escritas e oficiais do referido Arquivo, mas introduziu outras evidências que nos proporcionaram verificar o papel desse lugar de memória da cidade. Elas também foram importantes para quantificar alguns dados e, posteriormente explicá-los.

Nas entrevistas, Alessandro Portelli (2000, p. 297-298) trouxe metodologia que propiciou compreender a cidade e o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes e vice versa. O citado Arquivo constitui um espaço que pertence aos moradores da cidade e, nele, descobrimos informações relativas ao ser cidadão e não apenas a memória da Câmara Municipal de Montes Claros e da cidade. Os moradores se manifestam e documentos escritos por eles como cartas, memoriais, reivindicações e abaixo assinados nos apresentam o outro lado do Poder Legislativo através dos consensos, coerções, resistências, conflitos e tensões. Os depoimentos demonstraram como parte da população de Montes Claros se sente em relação à Câmara Municipal e ao seu Arquivo, mostrando que não há uma integração e conhecimento do que ocorre na Instituição. Por outro lado, os trabalhadores do Arquivo revelaram um ambiente conflituoso no sentido de conquistar espaço no âmbito geral institucional. Os moradores da periferia - bairro Santos Reis – se colocaram como sujeitos sociais na construção coletiva da cidade.

As revistas do IHGMC e os livros de crônicas e memórias nos permitiram apreender a escrita de uma história focada em um patrimônio cultural de poucos ou de alguns. Os *sites* nos introduziram na leitura de fontes imbricadas em uma nova tecnologia. As fotografias, orientadas pela leitura de Olga Brites, nos fez ver outras cidades e atores sociais, compreendendo contextos e não apenas uma imagem. As legislações nos revelaram a atuação do Estado relacionada às políticas públicas de patrimônio cultural e, especificamente documental. As leis mostram uma conexão que deve haver entre os arquivos desde o aspecto internacional até municipal. Contudo, Montes Claros, ainda se acha desconectada e caminhando de forma isolada e solitária. Os jornais - Hemeroteca da DPDOR -, lidos a partir da proposta de Marta Emísia Jacinto Barbosa, nos possibilitaram conhecer a concepção de patrimônio cultural construído, tendo como referência os “os lugares e heróis da cidade”.

Diante da realidade apresentada nesta pesquisa em relação ao patrimônio documental de Montes Claros, e conhecendo outras instituições arquivísticas da cidade e região norte mineira, concluímos que é um desafio trabalhar nesses lugares de memória, uma vez que, os administradores públicos não se interessam em investir nessa área. A deficiência no empenho relacionado aos arquivos institucionais públicos se justificam pela falta de conhecimento sobre o assunto e de pessoas habilitadas para ajudá-los a compreender seu significado, assim como na não percepção do papel desse órgão de documentação na engrenagem da entidade. Como notamos, o dirigente geral de uma entidade, sobretudo pública, tem que se envolver, de forma indireta, nas resoluções das atividades do arquivo para que as suas funções possam acontecer, pois, é ele quem assina as legislações que direcionam os trabalhos. Sem a consciência arquivística desses dirigentes e de todos trabalhadores da entidade, conflitos se travam com constância entre aqueles que se acham lotados em um arquivo, conforme constatamos incidir no Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes. Os embates ocorrem por motivos aparentemente banais que, apesar de não terem sido trazidos para essa tese, foram observados no estudo e se configuram desde profissionais qualificados a materiais de consumo para realização das tarefas diárias. Enumerar as dificuldades enfrentadas no cotidiano arquivístico preenchem folhas de papéis: edifícios inadequados; cargos de coordenação confiados a pessoas sem qualificação e, muitas vezes, sem a sensibilidade para a questão; ausência de conhecimento da legislação pertinente ao assunto; massas acumuladas de documentos para serem organizadas; ausência da gestão documental, causando inúmeros outros problemas; organização incorreta do acervo; eliminação indiscriminada de documentos; documentação acondicionada de forma incorreta, acarretando deteriorações, grande parte delas, comprometedoras e definitivas; documentos degradados com o tempo sem os cuidados necessários; falta de material desde caixas arquivos até cliques plásticos; ausência de equipamentos desde o computador até mesa de sucção ou de higienização; recursos para investir em projetos que favoreça a organização, conservação e preservação do acervo e a aproximação da comunidade com o arquivo; enfim, quantificar esses problemas torna-se corriqueiro para os trabalhadores de uma instituição arquivística, tanto em âmbito nacional como municipal, constituindo experiências vividas de forma concreta e diária.

Perante uma realidade, muitas vezes caótica, os desafios se transformam em conflitos e choques de interesses. As preocupações de muitos dirigentes não contemplam questões ínfimas referentes aos documentos arquivísticos de uma entidade, que se perdem diariamente durante as resoluções das suas demandas internas e externas, gerando a ausência de

documentação comprobatória dos atos políticos dos nossos representantes, não nos garantindo o direito à cidadania, e as fontes para pesquisa, consequentemente, o direito a memória. Sendo assim, as perspectivas se delineiam de forma sombria, tanto em relação à cidadania e a memória. Contudo, há os “(...) implicantes que sabem que tudo isso pode mudar um dia. Basta confiar e lutar” (OLIVEIRA, 22 jun. 2012), conforme nos salientou Werley Pereira de Oliveira em entrevista no dia 22 de junho de 2012.

Assim, o presente estudo se constituiu em uma leitura da cidade de Montes Claros, no entanto, ele abre outras possibilidades para se pensar o patrimônio cultural, em especial, o documental nas instituições arquivísticas, percebendo-o como um dos seus lugares de memórias, onde se pode (des)(re)construir “muitas e outras histórias e memórias”.

FONTES

1) Atas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL DE MONTES CLAROS. Montes Claros, 2010 (Atas).

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Resolução da Assembleia Geral Legislativa do Brasil de 13 de outubro de 1831*. Rio de Janeiro, 13 out. 1831.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Ata de reinstalação da Câmara Municipal*. Montes Claros, 16 dez. 1947.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Ata de reinstalação da Câmara Municipal*. Montes Claros, 16 dez. 1947.

2) Cartilhas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Escola do Legislativo*. Projeto criança cidadã. Montes Claros, [2008?], p. 2. (Cartilha)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Cartilha Legislativo Municipal: Câmara Municipal de Montes Claros*. Montes Claros: Imprensa Universitária, 2008. (Cartilha).

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto criança cidadã*. Montes Claros, s.d. (Cartilha).

3) Dossiês

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Dossiê Gestão de Documentos da Câmara Municipal de Montes Claros*. Montes Claros, 2008-2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Dossiê concurso público*. Montes Claros, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Dossiê inauguração do Arquivo na Avenida Cula Mangabeira: Discurso de Ademar Bicalho*. Montes Claros, 23 jul. 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Dossiê correspondências recebidas*. Montes Claros, 11 ag. 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Dossiê correspondências recebidas*. Montes Claros, 29 nov. 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Dossiê Formulários de cadastro de consulentes do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes*. Montes Claros, 2012.

MACHADO, Manoel Messias. Montes Claros, 22 set. 2011. (Texto manuscrito)

PROCÓPIO, Jonice dos Reis; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Projeto preservação digital do acervo documental da administração pública de Montes Claros*. Montes Claros, dez. 2002. (Documento sob custódia da DPDOR)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Convênio entre Universidade Estadual de Montes Claros e Câmara Municipal de Montes Claros*. Montes Claros, 2005. (Documento sob custódia da DPDOR)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Departamento de História. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História*. Montes Claros, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Secretaria de Administração. Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Implantação do sistema de arquivo do Município de Montes Claros*. Montes Claros, jul. 1988.

4) E-mail

COTRIM, D. T. (dariocan@bol.com.br). [mensagem pessoal]. *Omnia vincit*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 8 dez. 2011.

COTRIM, D. T. (dariocan@bol.com.br). [mensagem pessoal]. *Patrício Guerra*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 8 dez. 2011)

COTRIM, D. T. (dariocan@bol.com.br). [mensagem pessoal]. *Omnia vincit*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 17 fev. 2012.

SAID, B. P. (bene.said@bol.com.br). Solicitação [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 8 out. 2012.

SILVA, Iara Maria da. (tilapinta@hotmail.com). Valcir da Ademoc. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gamial.com em 15 jun. 2012).

SILVA, Maria Iara. (tilapinta@hotmail.com). *Informações sobre vereadores: resposta a pedido* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.João.reis1996@gmail.com em 30 jul. 2012.

SILVA, Iara Maria (tilapinta@hotmail.com). Solicitação [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 19 fev. 2013.

TELES, Itaumary (itamaury@yahoo.com.br). [mensagem pessoal]. *Jornal do Norte*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 23 maio 2012.

5) Entrevistas

- AQUINO, Juliano Gonçalves, Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro. Montes Claros, 19 dez. 2012.

- ARRUDA, Wanderlino. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro. Montes Claros, 3 jan. 2013.
- ANDRADE, Neusa Soares. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis e Marta Verônica Vasconcelos Leite. Montes Claros, 17 set. 2011.
- CARDOSO FREITAS, Edir de Freitas, Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro. Montes Claros, 18 dez. 2012.
- CARVALHO, André. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- CARVALHO, Anete. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012
- CORDEIRO, Almerindo. Entrevista concedida em Montes Claros no dia 20 de maio de 2012 a Filomena Luciene Cordeiro Reis.
- CORDEIRO, Flávio Souza. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 123 mar. 2012.
- CORREIA, Clarice Santos. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 3 set. 2012.
- COSTA, Belchior Santos. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis e Marta Verônica Vasconcelos Leite. Montes Claros, 17 set. 2011.
- CRUZ, Marina Soares. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- FAGUNDES, Maria Antônia Aragão. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis e Marta Verônica Vasconcelos Leite. Montes Claros, 17 set. 2011.
- FERREIRA, Marcelo Valmor. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 8 jan. 2013.
- FREITAS, Wilson Costa. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- GARCIA, Josefa Augusta. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 23 mar. 2012; 24 mar. 2013.
- LIMA, Reginaldo Cordeiro de (Padre). Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 18 ag. 2012.

- LOPES, José Ribeiro. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis e Marta Verônica Vasconcelos Leite. Montes Claros, 17 set. 2011.
- LUZ, João Pereira. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 3 set. 2012.
- MAIA, Djalma alves. Entrevista concedida a Filomena Luciene Codeiro Reis. Distrito de Santa Rosa de Lima, Montes Claros, 10 jun. 2012.
- MAIA, Sebastião Ildeu. Entrevista concedida a Filomena Luciene Codeiro Reis. Distrito de Santa Rosa de Lima, Montes Claros, 25 dez. 2012.
- MACHADO, Manoel Messias. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 22 set. 2012.
- NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 06 jan. 2013.
- NASCIMENTO, Donizette Lima do. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 06 jan. 2013.
- OLIVEIRA, Marcos Soares. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 22 e 25 jun. 2012.
- OLIVEIRA, Werley Pereira de. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 22 e 25 jun. 2012.
- SANTOS, Luciana Aquino. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- SAID, Benedito de Paula. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 8 out. 2012. (*E-mail*)
- SILVA, Maria Iara da. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 22 e 25 jun. e 4 out. 2012.
- SILVA, Maria Magda. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- PEREIRA, João Augusto. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 12 jan. 2013.

- PEREIRA, Marlene. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 21 maio 2012.
- RUAS, Alberta Neves. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 12 mar. 2012.
- VELOSO, Márcia Alves. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- REIS, Pedro Antônio. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.
- SANTOS, Luciano Aquino. Entrevista concedida a Filomena Luciene Cordeiro Reis. Montes Claros, 11 jun. 2012.

6) Fotografias

a) Acervo da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Unimontes

- Largo da Matriz em 1911.
- Rua Justino Câmara década de [1940?].
- Antigo Mercado Municipal.
- Catedral na década de 1960.
- Igreja dos Morrinhos em 1997.
- Estação Ferroviária na década de [1960?].
- Desenho do Arraial de Formigas no final do século XVIII.
- Aspecto urbano da Cidade de Montes Claros em 1953. Fotografia de Facella.
- Igreja do Rosário, 1957.
- Colégio Tiradentes [década de 1960?].
- Rua Quinze de Novembro (1933).
- Ruas – Simeão Ribeiro [1940?].
- Dr. Veloso [1940?].
- Padre Augusto [1950?].
- CATEDRAL na década de 1960.
- Igreja dos Morrinhos em 1997.
- Estação Ferroviária na década de [1960?].

b) Acervo do Arquivo Público Vereador- Ivan José Lopes:

- Largo da Matriz em [1945?]
- Inauguração da sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira. Montes Claros, 2003.
- Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira: fachada e depósito de documentos. Montes Claros, 2004.
- Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal no Edifício EPTAN: fachada, hall e depósito de documentos. Montes Claros, 2009.

- Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Dr. João Luiz de Almeida, respectivamente: fachadas e interior. Montes Claros, 2012.
- Sobrado dos Maurício na década de [1940?] e Casarão da FAFIL em 2007.
- Antigo Mercado Municipal.
- Praça Dr. Carlos nas décadas de [1930?] e 1980.
- Capela de São Geraldo.

c) Acervo de Filomena Luciene Cordeiro Reis

- Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira: fachada e depósito de documentos. Montes Claros, 2004.
- Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal no Edifício EPTAN: fachada, hall e depósito de documentos. Montes Claros, 2009.
- Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Dr. João Luiz de Almeida, fachadas e interior. Montes Claros, 2012.
- Rua Justino Câmara da década 1997.
- Igreja do Morro do Frade de 1997.
- Igreja do Rosário, 2010.
- Igreja do santos Reis, 2012.
- Rua Geraldino Machado e Casa de Maria da Conceição dos Santos Costa no bairro Santos Reis (2011).
- *Out dour* na Avenida Esteves Rodrigues(11/07/2011); e Show musical do I Congresso de História (2012) Fafil.
- Ruas – Simeão Ribeiro, versão 2012.
- Dr. Veloso, versão 2012.
- Padre Augusto, versão 2012.
- Padre Augusto, versão 2012.

d) Sites:

BRASÃO do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros. Disponível em:
<<http://www.ihgmc.art.br/galeria.htm>>. Acesso em 21 maio 2012.

COLÉGIO Tiradentes 2010. Disponível em:
<<http://xumedeiros.blogspot.com.br/2010/03/professores-do-golegio-tiradentes-de.html>>.
Acesso em: 25 maio 2012.

CORREDOR Cultural: desenho para divulgação (2011). Disponível em:
<<https://www.google.com.br/search?q=corredor+cultural+montes+claros&hl=pt->>> acesso
em 8 abr. 2013.

FESTA de Agosto na Igreja do Rosário e os catopés. Disponível em:
<<http://www.overmundo.com.br/banco/a-mistica-do-agosto>>. Acesso em: 25 maio 2012.

IMAGEM de Montes Claros e adjacências. Disponível em:
<<http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/chegar.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2012.

IGREJA do Rosário atual e antiga, (s.d). Disponível em:
<http://www.casadaimprensa.com.br/index.php?page=museu_da_imprensa>. Acesso em: 5 mar. 2013.

IGREJA do Santos Reis (2004). Disponível em:
<<http://www.google.com.br/imgres?q=igreja+dos+SANTOS+REIS>>. Acesso em: 10 out. 2011.

LARGO da Matriz em 21 de abril de 201. Disponível em:<http://jerusiaarruda.blogspot.com.br/2011/04/cinema_21.html>. Acesso em: 18 maio 2012.

MARÇAL, Fábio. *Capela de São Geraldo*. Disponível em:
<http://www.montesclaros.mg.gov.br/desenvolvimento%20economico/div_tur/patrimonio.php#>. Acesso em 24 maio 2012.

PRAÇA Dr. Carlos nas décadas de 2009. Disponível em:
<<http://www.google.com.br/imgres?q=pra%C3%A7a+dr.+carlos+de+montes+claros>>. Acesso em: 18 maio 2012.

PRÉDIO da Câmara e Prefeitura Municipal de Montes Claros e vista aérea da edificação. Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=prefeitura+de+montes>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

e) Outros

- FONSECA, Kamila Freire. Festa de São Judas. Montes Claros, 2012.
- ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. Feira no bairro Major Prates. 2011. p. 67.
- ANDRADE, Daniel. Gruta dos Santos Reis. 2012, p. 23.
- Construção da primeira igreja dos Santos Reis [Década de 1930]. Acervo pessoal de Edna, Dedé e Didi.
- Desenho da primeira igreja dos Santos Reis (2003). Desenho pertencente a João Jacques.

7) Jornais

ARRUDA, Wanderlino. Banco do Brasil, 1940. In: *Jornal de Montes Claros*, 22 mar. 1987.

AQUINO, Kelly. Centro Cultural Hermes de Paula comemora o 33º Aniversário. In: *Gazeta Norte Mineira*, n. 3802, 3 jul. 2012.

ATAÍDE, Geraldo. A "festa de agosto é necessária. In: *Jornal de Montes Claros*. Montes Claros, 3 jul. 1988.

CANELA, Reivaldo. "Seu"Jaime Rebello – Centenário. In: *Jornal de Montes Claros*, 30 jan. 1987.

COSTA, Robson. E assim nasceu o jornal. In: *Jornal do Norte*. Montes claros, 16 jul. 1989.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. *O artesanato de Montes Claros*. Montes Claros, 3 jul. 1990.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. *Água encanada: das primeiras tentativas até a COPASA*. Montes Claros, 1988.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. *Correio, uma história que aqui se conta desde o ano de 1833*. Montes Claros, 1988.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. *Caminhão recebido com discurso*. Montes Claros, 1988.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. *Energia elétrica em 1917*. Montes Claros, 1988.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. *Elevação à cidade 1857*. 1988, s.p.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Projeto de Lei nº 368 de 2009*, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. Brasília, DF, 14 ag. 2012, p. 41172.

ESTADO DE MINAS. *Arroz com pequi, a forte atração do Norte*. Belo Horizonte, 25 set. 1993

ESTADO DE MINAS. *Zé Coco do Riachão e Banzé: do norte eles vêm*. Belo Horizonte, 13 ag. 1981.

ESTRADA E RODAGEM. *Congadas, Pastorinhas, Serestas e Folias. Estamos chegando a Montes Claros: onde pulsa o coração do Norte*. Belo Horizonte: Departamento de Estradas de Rodagem, maio-jun. 1978. n. 11, Ano II.

FRAGA, Antônio Oliveira. O footing da rua quinze. In: *Diário de Montes Claros*, 16 set. 2011.

GAZETA NORTE MINEIRA. “*História da cidade está garantida, disse presidente*”. ., 7 jun. 2003, s.p. (Caderno Política)

GRAÇA, Ruth Tupinambá. Retrato da Praça. In: *Jornal de Montes Claros*. Montes Claros, 28 ag. 1988.

JORNAL DE MONTES CLAROS. *Nobres em Montes Claros*. Existiram. 1988.

JORNAL DE MONTES CLAROS. “*Dona*” *Josefina: vovó centenária*. Montes Claros, 4 jul. 1985.

JORNAL DO NORTE. *Folclore no dia a dia*. Montes Claros, 11-12 abr. 1998.

JORNAL DO NORTE. *Vale do Peruaçu fez parte de estrada de dinossauros*. Montes Claros, 27-28 set. 1997.

JORNAL DO NORTE. *Que saudade*. Montes Claros, 9 jun. 1988.

JORNAL DO NORTE. *Norte de Minas guarda tesouro arqueológico*: pesquisadores escavam esqueletos e levantam a arte rupestre. Montes Claros, 5 set. 1996. p. 8.

JORNAL DO NORTE. *Variedade de vestígios seduz*. Montes Claros, 5 set. 1996.

JORNAL DO NORTE. *Variedade de vestígios é pura sedução*. Montes Claros, 6 dez. 1996.

JORNAL DO NORTE. *Poetas terão chance de publicar poemas no país*. Montes Claros, 26 jan. 1996.

JORNAL DE NOTÍCIAS. *Um museu histórico para Montes Claros e região*. Montes Claros, 8-9 set. 1990. (Suplemento de Domingo)

PAULA, Virgílio de. 30 de novembro de 1944: chega a notícia da morte em combate do Cabo Santana. In: *Jornal de Montes Claros*, Montes Claros, 13 dez. 1987.

PAULA, Virgílio de. Memorial: Avelino Pereira. In: *Jornal de Montes Claros*, 28 ag. 1988.

PAULA, Virgílio de. Montes Claros redescobre a sua tradição modinheira. In: *Jornal de Montes Claros*, 24 abr. 1988.

PAULA, Virgílio de. Memória: A família Braga. In: *Jornal de Montes Claros*, Montes Claros, 28 fev. 1988.

PAULA, Virgílio de. A família Andrade. In: *Jornal de Montes Claros*. 6 dez. 1987.

PAULA, Virgílio de. Com Augusto Ourives, a família Abreu se radicou em Montes Claros. In: *Jornal de Montes Claros*, Montes Claros, 25 out. 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. INFORME ASCOM, jun. 2003, n.15, ano 2, p.01.

QUEIROZ, João Carlos. Lendas do largo da matriz. In: *Jornal de Montes Claros*. Montes Claros, 3 jul. 1988.

SOARES NETO, Ângelo. Atos Braga, uma legenda. In: *Jornal do Norte*, Montes Claros, 17-18 maio 1986.

SOARES NETO, Ângelo. Cel. Domingos Lopes, o último dos moicanos. In: *Jornal do Norte*. 10-11 maio 1986.

TUPINAMBÁ, Ruth. Você desapareceu. In: *Jornal de Montes Claros*, 7 fev. 1988.

VELOSO, Waldir de Pinho. As folhas de reis. In: *Jornal de Montes Claros*. Montes Claros, 8 jan. 1988.

8) Legislação

BRASIL. *Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930*. Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1930.

BRASIL. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados. Brasília, DF, 8 janeiro 1991.

BRASIL. *Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, 4 jan. 2002.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012*. Brasília, DF, 16 maio 2012.

BRASIL. Presidência da República. *A Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2000*. Brasília, DF, 27 maio 2000.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília, DF, 18 novembro, 2011.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 368 de 2009*, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=92804>. Acesso em: 29 out. 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 26/75, que cria escolas municipais em diversas localidades do Município*. Montes Claros, 12 nov. 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Lei n. 9 de 23 de julho de 1976*. Código de Posturas. Montes Claros, 23 de jul. 1976.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Regimento interno*. Montes Claros, 24 mar. 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 35/2012*. Montes Claros, 05 jun. 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 60/2012*. Montes Claros, 29 maio 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 69/2012*. Montes Claros, 31 maio 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 60/2012*. Montes Claros, 5 jun. 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 69/2012*. Montes Claros, 31 maio 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Lei nº 103, de 12 de dezembro de 2002*. Montes Claros, 12 dez. 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Lei nº 4.014*. Montes Claros, 7 nov. 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Portaria nº 87. Montes Claros, 26 nov. 2008.

MINAS GERAIS. *Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a política cultural em Minas Gerais. Belo Horizonte, 31 dez. 1994.

MINAS GERAIS. *Resolução nº 939, de 7 de junho de 1858, que aprova as posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas foi publicada no Livro da Lei Mineira – 1858*. Tomo XXIV, Parte 1ª, Folha nº 11.

MONTES CLAROS, MG. Câmara Municipal de Montes Claros. *Lei nº 1.652, de 02 de outubro de 1987*. Montes Claros, 2 out. 1987.

MONTES CLAROS, MG. Câmara Municipal de Montes Claros. Lei nº 2.921, de 27 de agosto de 200. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/>. Acesso em: 11 mar. 2013.

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS. Gabinete do Prefeito. *Lei nº 4.176, de 8 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Montes Claros para o período de 2010 a 2013. Montes Claros, 8 dez. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES. *Lei nº 9, de 23 de julho de 1976*. Dispõe sobre as medidas de Polícia Administrativa a cargo do Município e dá outras providências. Montes Claros, 23 jul. 1976.

9) Memorialistas/Cronistas

RRUDA, Wanderlino. *Tempos de Montes Claros*. Belo Horizonte: Editora Lemi S. A., 1978.

_____. *Jornal de Domingo: Crônicas*. Belo Horizonte: BARVALLE INDÚSTRIAS Gráficas Ltda, 1982.

_____. *Construtores de Montes Claros*. Montes Claros: Editora Cotrim Ltda., 2011.

BRASIL, Henrique de Oliva. *História e desenvolvimento de Montes Claros*. Belo Horizonte: Rd. Lemi S/A, 1983.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Cidadãos de honra: 1953 – 1999*. Montes Claros: Canal 7 Comunicações, 1999.

CHAVES, Amelina Chaves. *João Chaves: eterna lembrança*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2001.

_____. *O eclético Darcy Ribeiro*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2001.

COTRIM, Dario Teixeira. *História primitiva de Montes Claros*. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção Sesquicentenária)

COTRIM, Dario Teixeira; Cotrim Júlia Maria Lima. *As posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas – 1858*. Montes Claros: Editora Cotrim Ltda., 2012.

GRAÇA, Ruth Tupinambá. *Montes Claros era assim ...* Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção Sesquicentenária)

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Montes Claros – 50 anos: 1947 – 1997*. Faces do legislativo. Montes Claros: Sociedade Editorial Arapuim Ltda., 1997.

LÍVIO, Haroldo. *Nelson, o personagem*. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção Sesquicentenária)

MACEDO, Ubirajara Alves. *Retrospectiva histórica e geográfica do município de Coração de Jesus*. Belo Horizonte: Plurart's, 1996,

MAURÍCIO, João Valle Maurício. *Janela do sobrado: memórias*. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção Sesquicentenária)

MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *O patrimônio histórico de Montes Claros*. Montes Claros: Unimontes, 2005.

MENDES, Gregório Elvécio. *Mirabela em busca das raízes*. Montes Claros: Editora e Gráfica Polígono, 1999.

OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e; OLIVEIRA, Werley Pereira de; SILVA, Iara Maria Silva. *Cidadãos de Honra: 2000-2009*. Montes Claros: Unimontes, 2011.

PAULA, Hermes, Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente, seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção Sesquicentenária)

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção Sesquicentenária)

SILVA, Maria Eugênia Matos. *Onde está sua memória cidade?* Brasília de Minas, 1998.

VIANA, Nelson. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007 (Coleção Sesquicentenária)

VIANNA, Urbino de Souza Vianna. *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007 (Coleção Sesquicentenária)

10) Monografias/Dissertações/Teses

AQUINO, Juliano Gonçalves de. *Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros - MG*. 2010. 65 f. Monografia (Especialização em História, sociedade e Cultura no Brasil) – Centro de ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros.

BRITO, Gy Reis Gomes. *Montes Claros da Construção ao progresso: 1917 – 1926*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

CARDOSO JÚNIOR, Edir de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: ‘cultura política popular’ em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964”*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

FERREIRA, Marcelo Valmor. *Cidade de porte médio e populismo em Montes Claros*. Um estudo de caso. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Minas Gerais.

FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e licitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves*. Orientador: Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento. 2006. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas, Montes Claros, 2006.

NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A tocaia sinistra dos liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, 2006.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. *Demandas e representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros – MG*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político Norte-Mineiro durante a primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político Norte-Mineiro durante a primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, fevereiro 2002.

11) Placas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Placa Arquivo Público Municipal – Vereador Ivan José Lopes. Montes Claros, 3 jul. 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Placa: acervo da memória pública de Montes Claros. Montes Claros, 16 out. 2005.

12) Sites

ARRUDA, Wanderlino. *Ruas e praças de Montes Claros*. Disponível em: <<http://www.wanderlino.com.br/cronicas/cronicas/319.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

BREVE histórico da Câmara. Disponível em:

<<http://www.cmmoc.mg.gov.br/index.php/breve-historico-da-camara>>. Acesso em: 1 abr. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 29 maio 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Comissões legislativas*. Disponível em:

<<http://www.cmmoc.mg.gov.br/index.php/comissoes-legislativas>>. Acesso em: 6 jun. 2012).

CATOPÊS: celebrando o Congado em Montes Claros/MG. Disponível em:

<<http://digiforum.com.br/viewtopic.php?p=604363>>. Acesso em: 11 maio 2012.

CEL. DOMINGOS Lopes. Disponível em:

<<http://www.webcine.com.br/filmessi/ultimomo.htm>>. Acesso em 23 nov. 2011.

COLÉGIO Tiradentes. Disponível em: <<http://ctpm-moc.vilabol.uol.com.br/historico.html>>.

Acesso em: 22 maio 2012.

FESTA nacional do pequi> Disponível em:

<http://www.topgyn.com.br/conso01/minas_gerais/conso01a08.php>. Acesso em: 11 maio 2012.

GRAÇA, Ruth Tupinanbá. *Prefácio*. Disponível em: <<http://montesclaros.com/era/>>. Acesso em: 11 maio 2012.

ICMS Cultural. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 6 out. 2012.

MEIRA, Raquel Crusoé Loures de Macedo. *Festa de agosto em Montes Claros*. Montes

Claros, 18 ag. 2011. Disponível em: <<http://raquelcrusoe.blogspot.com.br/2011/08/festas-de-agosto-em-montes-claros.html>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

MISSÃO e objetivos. Disponível em: <<http://www.fecitur.org.br/port/port.htm>>. Acesso em: 2 maio 2011).

MONTES Claros – Centro Cultural Hermes de Paula: Preservação e valorização da cultura norte-mineira. In: *Jornal Montes Claros.com*. 28 abr. 2012. Disponível em:

<http://jornalmontesclaros.com/2012/04/28/montes-claros-centro-cultural-hermes-de-paula-preservacao-e-valorizacao-da-cultura-norte-mineira.html>. Acesso em: 3 jul. 2012

O GRUPO Folclórico Banzé. Disponível em:

<<http://www.grupobanze.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2011).

PRAÇA Dr. Carlos. GRAÇA, 23 fev. 2008. Disponível em:

<<http://www.montesclaros.com/mural/default.asp?top=32396>>. Acesso em 18 maio 2012.

PATROCÍNIO, Felicidade. Konstantin Christoff parte deixando suas imagens. 23 mar. 2011.

Disponível em: <http://www.onorte.net/noticias.php?id=32487>. Acesso em: 22 nov. 2011.

POLÊMICA entre o Patrimônio Histórico e a Igreja Católica em Montes Claros: Ministério Público quer que a Matriz em Montes Claros volte a ter as características originais. Disponível em: <<http://in360.globo.com/mg/noticias.php?id=9910>>. Acesso em: 21 maio 2012.

RUAS de Montes Claros. (Disponível em: <<http://www.wanderlino.com.br/cronicas/cronicas/319.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

SALÃO Nacional do Psu Poético. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sal%C3%A3o_Nacional_de_Poesia_Psu_Po%C3%A9tico>. Acesso em 23 dez. <2011.

TÉO Azevedo. <http://www.new.divirta-se.uai.com.br/html/sessao_19/2012/12/11/ficha_musica/id_sessao=19&id_noticia=61352/ficha_musica.shtml>. Acesso em: 11 maio 2012.

TUPINAMBÁ, Ruth. *Rixa entre "Estreps" e "Pelados"*. Montes Claros, 27 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=36383>>. Acesso em: 11 maio 2012.

TUPINAMBÁ, Yara. *A artista que sintetiza Minas*. Disponível em <<http://www.yaratupynamba.com.br/site/artista.php>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

UMA Escola chamada Banzé. Disponível em: <<http://www.grupobanze.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2011).

ZÉ Coco do Riachão. Disponível em: <<http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/ver/ze-coco-do-riachao>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

13) Revistas

CASTRO, Gustavo de. Câmara presta homenagem a jornalista. **In:** *Revista Tempo*. Montes Claros, 9 jun. 2012.

ÉPOCA. Porto Alegre: Globo, ed. 736, 25 jun. 2012. p. 36-46; ÉPOCA. Porto Alegre: Globo, ed. 732, 28 maio 2012.

MONTES CLAROS EM FOCO. Ano XII, n.37, nov. 1979.

NOSSA HISTÓRIA MONTES CLAROS. Ano I, n. 2, nov. 200.

REVISTA FECITUR. Belo Horizonte: Del Rey Ind. e Com. LTDA, 2010.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MONTES CLAROS. Montes Claros: Millennium, 2007 a 2011. (Volumes de I a VIII)

14) Vídeos

SILVA, Iara Maria da. *Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes*. Montes Claros, out. 2008. (DVD)

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA FEMININA DE LETRAS DE MONTES CLAROS. Disponível em: <<http://www.facebook.com/AflAcademiaFemininaDeLetrasDeMontesClaros>>. Acesso em 12 mar. 2012.
- ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. *Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da feira livre do bairro Major Prates em Montes Claros – MG*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2009.
- AMADO, Janaína *et al.* *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- ANDRADE, Daniel Ruas de. *Economia e cultura regional: fatores que influenciaram a formação da população do grande Santos Reis*. 2012. 56 f. Monografia (Especialização em História, Sociedade e Cultura do Brasil) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2012.
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Seminário bases para implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Anais. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura. 1991.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo para as atividades mantenedoras da administração pública do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BARBOSA, Carla Cristina. *Sertão: cultura e poder*. In: _____. *A feira e seus aspectos histórico-culturais na formação socioespacial de Montes Claros – MG*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 45 – 82.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Sobre história: imprensa e memória*. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes *et al.* (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262 – 272.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo histórico*. Rio de Janeiro: CELA, 2002.
- BECK, I. *Manual de conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça – Arquivo Nacional, 1985.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. *Como fazer diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BLANCO, Giovanni Blanco; CAMPOS NETO, Candido Malta. Redescobrimo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense. In: *Arquitextos*, n. 167, jan. 2009. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp167.asp>>. Acesso em 12 mar. 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Subsídios para implantação de uma política municipal de arquivos: o arquivo municipal a serviço do cidadão*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 2000.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRITES, Olga. Retratos de infância. Infância, história e fotografia: São Paulo nos anos de 1930. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262 – 272.

BRITO, Gy Reis Gomes. *Montes Claros da construção ao progresso: 1917 – 1926*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa – América, 1983.

BOSCHI, Caio. O historiador e os arquivos históricos: um depoimento pessoal. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: Edufu, 1999. p. 149-157.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD; LISA, 1996.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (Orgs.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros, Unimontes, 2002.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Luciano Pereira; SOUZA NETO, Georgino Jorge de. Diversão, religião e política: práticas e significados dos primórdios do futebol no norte de Minas Gerais, In: CUNHA JR, Carlos Fernando Ferreira da (Org.). *História e memórias do esporte em Minas Gerais*. Juiz de Fora: UJFJ, 2011, p. 51-78.

CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. In: FENELON, Déa Ribeiro (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho D'água, 2004. p.155 – 172.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Carlos Roberto de; VASCONCELOS, Heron Domingos de; SANTANA, Luciana; BARROS, Milton de Souza; DUARTE, Walter Gotschal. *Tramitação de proposições no sistema Bicameral Brasileiro*. Monografia. 78 f. (Especialização em poder Legislativo) - IEC/ Escola do Legislativo da ALEMG, Instituto de Educação Continuada/PUC Minas, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Memórias e imagens: (re) pensando os significados do memorial JK. In: MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 177 - 193.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino, imprensa e ideologia: o Jornal do Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CATOPÊS: celebrando o Congado em Montes Claros/MG. Disponível em: <<http://digiforum.com.br/viewtopic.php?p=604363>>. Acesso em: 11 maio 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*, 2003. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

CORDEIRO, Filomena Luciene. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – Um estudo de caso*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

_____. *Noções introdutórias de arquivologia*. Montes Claros, mar. 2012. (Apostila)

CORDEIRO, Filomena Luciene et al. (Org.). *Gestão de documentos: plano de classificação e tabela de temporalidade*. Montes Claros, Unimontes, 2008.

_____. (Org.). *Manual de técnico de redação de documentos*. Montes Claros Unimontes, 2008.

CORRÊA, Hudson; ROCHA, Marcelo; RAMOS, Murilo. Na trilha dos milhões da Delta. In: *Época*, Porto Alegre: Globo, ed. 736, 25 jun. 2012. p. 36-46.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 253 – 270, dez. 2007.

CUNHA, Maria Helena Melo da. *Gestão cultural: profissão em formação*. 210 f. 2005. (Dissertação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Reflexões sobre memória e história: a técnica da história oral. In: *Revista do Departamento de História- FAFICH/UFMG*. Belo Horizonte: Mazza edições, junho 1987. p. 142-145.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusp, 2005.

ESCOLA Legislativa. <http://www.interlegis.leg.br/>

ÉPOCA. Porto Alegre: Globo, ed. 732, 28 maio 2012.

FARGE, Arlette. *Quel bruit ferons-nous ?*: entretiens avec Jean-Christophe Marti. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2005.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FENELON, Dea Ribeiro. *O historiador e a cultura Popular: história de classe ou história do povo?* In: *História & Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, 1992.

_____. *Cidades*. Pesquisa em História. Programa Estudos Pós-Graduação em História PUC-SP, São Paulo: Editora Olho D'Água, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: século XXI*. Escolar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FESTA nacional do pequi. Disponível em:

<http://www.topgyn.com.br/conso01/minas_gerais/conso01a08.php>. Acesso em: 11 maio 2012.

FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e licitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves*. Orientador: Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento. 2006. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas, Montes Claros, 2006.

FLÁVIO, Caroline Marques. *O imaginário pré-eleitoral em Montes Claros em 2004 e 2008 através da coluna "acontece em política" do Jornal de Notícias*. 2011. 43 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

FREITAS, Danielle Pereira Gonçalves de. *Representação política: análise do perfil dos parlamentares da Câmara Municipal de Montes Claros (1982-2004)*. 2010. 84 f. (Monografia) Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Sociais, Montes Claros, 2010.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Tradução Heloisa Jochins Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRAÇA, Ruth Tupinanbá. *Prefácio*. Disponível em:< <http://montesclaros.com/era/>>. Acesso em: 11 maio 2012.

_____. Disponível em:<<http://www.montesclaros.com/mural/default.asp?top=32396>>. Acesso em 18 maio 2012.

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. São Paulo, 2006, 444 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

GOODWIN JÚNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 97-117, dez. 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HOBBSBAWN, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1984.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: UFPR, 2000.

KHOURY, Yara Aun. *História oral*. Uberlândia, 7 dez. 2010. (Palestra proferida no Instituto de História da UFU)

LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. *Testemunhas da história: 50 anos da Unimontes*. Montes Claros: Unimontes, 2012.

LOPES, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1999.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995.

JOÃO CHAVES. Disponível em: <<http://montesclaros.com/joaochaves/img/livr/chaves.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo imprensa – 1880/1920. In: *Muitas histórias, outras memórias*. FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.) São paulo: Olho d'Água, 2000. p. 14 – 40.

MAIA, C.; CORDEIRO, F. L. *Anais do IX Congresso Regional de História: Territórios da História*. Montes Claros: Unimontes, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MEIRA, Raquel Crusoé Loures de Macedo. *Festa de agosto em Montes Claros*. Montes Claros, 18 ag. 2011. Disponível em: <<http://raquelcrusoe.blogspot.com.br/2011/08/festas-de-agosto-em-montes-claros.html>>. Acesso em: 13 abr. 2012).

MEYER, Fernanda Derrosy et all. *A arquitetura neogótica do Rio Grande do Sul – análise da Igreja São Pedro*. Salão de Iniciação Científica (2007 out. 21-26 : Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/35106>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos: o arquivo municipal a serviço do cidadão*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. *Mestres e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MONTES Claros – Centro Cultural Hermes de Paula: Preservação e valorização da cultura norte-mineira. In: *Jornal montes claros.com*. 28 abr. 2012. Disponível em: <<http://jornalmontesclaros.com/2012/04/28/montes-claros-centro-cultural-hermes-de-paula-preservacao-e-valorizacao-da-cultura-norte-mineira.html>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. *Do espírito das leis*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 2 v. (Clássicos Garnier)

NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 2004.199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, p 7-28, dez. 1993.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA, INTEGRADO AO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL. Face. UFMG. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2012/12/Leis_Mineiras_1858.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

NUNES, Samuel. *Aprovação de dois projetos de lei na Câmara mexe com o lazer em Montes Claros*. Disponível em: <<http://www.valcir.com.br/portal/>>. Acesso em: 27 out. 2011.

RADIO 98 FM. Disponível em: < <http://montesclaros.com/98/>>. Acesso em: 1 nov. 2012.

RAMINELLI, Ronald. História e multimídia. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: Edufu, 1999. P. 159-162.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. *Vivências, fé e devoção: práticas cotidianas e o festar no bairro Santos Reis*. Montes Claros: Unimontes, 2012. (No prelo)

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. *Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade*. Tese. 245 f. (Programa de Pós Graduação em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SANTOS, Washington. *Dicionário jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SALÃO Nacional do Pisu Poético. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sal%C3%A3o_Nacional_de_Poesia_Pisu_Po%C3%A9tico>. Acesso em 23 dez. 2011.

SALDANHA, Nelson. *O que é poder legislativo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, nº 56)

SALOMON, Marlon. O Gosto do Arquivo e os Ruídos da História. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 237-243, jul.-dez. 2008

SANTOS, Dulce Pereira dos. *Shopping Popular na cidade de Montes Claros - MG: uma análise de sua complexidade sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana*. 118 fls. 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

SARLO, Beatriz . Um olhar político. In: *Passagens imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 55 – 63.

SHELLEMBERG, Theodore. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

SILVA, Jaqueline Ramos da. *A abordagem feita pelo Jornal Diário de Montes Claros acerca da prostituição em Montes Claros na década de 1970*. 2011. 54 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

SILVA, Renata Priscila da. *As relações sociais da Rua Travessa Cula Mangabeira na formação do bairro Santo Expedito*. 81 f. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, 2011.

SILVA, William Batista. *Transformações sociais e relações políticas na primeira república: a urbanização da região norte mineira (1889 – 1930)*. 2012. 45 f. Monografia (Especialização em História, Sociedade e Cultura do Brasil) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

OLIVEIRA, Wanderson Carvalho de. *Os arquivos públicos dos poderes executivo e legislativo de Montes Claros/MG: uma análise histórica-administrativa*. 2010. 82 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, 2010.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria & prática*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986.

PAULA, Dilma Andrade de; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; CALVO, Célia Rocha. *Aulas da disciplina de Seminário de Tese I*. Uberlândia, 11 maio 2011. (Intervenções e sugestões das professoras).

PEREIRA, Laurindo Mékie. História de uma “história”: ensaio sobre o pensamento regionalista norte-mineiro. In: *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Ivete. (Orgs.) *Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. A invenção do 03 de julho em Montes Claros. In: Unimontes Científica – Revista da Universidade Estadual de Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, memória e centralidade urbana*. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>. Acesso em: 22 fev. 2012 .

PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. In: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, 2006.

PLANO Diretor do Município de Montes Claros.” Disponível em:
<http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/>. Acesso em: 11 mar. 2013.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). *Muitas histórias, outras memórias*. São Paulo: Olho d’água, 2000. p. 297-298.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Lei nº9 de 23 de julho de 1976*. Código de Posturas. Dispõe sobre as medidas de Polícia Administrativa a cargo do Município e dá outras providências. Montes Claros, 23 jul. 1976.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

PRINS, Gwyn. *História oral*. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre técnica de gravador no registro de informação viva*. São Paulo: Ciru e FFLCIT/USP, 1983. (Col. Textos, 4).

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e caçadores*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TUPINAMBÁ, Yara. *A artista que sintetiza Minas*. Disponível em:
<<http://www.yaratupynamba.com.br/site/artista.php>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

TUPINAMBÁ, Ruth. *Rixa entre "Estreps" e "Pelados"*. Montes Claros, 27 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=36383>>. Acesso em: 11 maio 2012.

ÚLTIMO Moicano. Disponível em: <<http://www.webcine.com.br/filmessi/ultimomo.htm>>. Acesso em 23 nov. 2011 .

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Ideologia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

(ANEXO 1)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Lei nº 4.014, de 7 de novembro de 2008. Dispõe sobre a criação de Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador Ivan José Lopes no âmbito da Câmara Municipal de Montes Claros e dá outras providências.



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA GERAL

Edmundo



LEI Nº 4014, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2.008.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ARQUIVO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL VEREADOR- IVAN JOSÉ LOPES NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criado o Arquivo Público da Câmara Municipal, com suas finalidades precípuas e objetivos gerais de resgatar, registrar e manter em acervo próprio a memória dos fatos políticos, administrativos e sociais, considerando indispensáveis para a história local, ocorridos no Município.

§ 1º - O Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros – MG é denominado "Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes".

§ 2º - O Arquivo Público da Câmara Municipal é subordinado à Mesa Diretora.

Art. 2º – O Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes do Município de Montes Claros tem como finalidades precípuas:

- I. Garantir acesso as informações contidas nos documentos sob sua guarda, observadas as restrições regimentais, na fase intermediária, e de forma ampla, na fase permanente;
- II. Custodiar os documentos de valor temporário e permanente acumulados pelos órgãos da Câmara no exercício de suas funções, dando-lhes tratamento técnico;
- III. Estender a custódia aos documentos de origem privada considerados de interesse público municipal, sempre que houver conveniência e oportunidade;
- IV. Estabelecer diretrizes e normas, articulando e orientando tecnicamente as unidades que desenvolvem atividades de protocolo e arquivo corrente no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

2-11-2008 20/11/2008





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA GERAL



- V. Promover interação sistêmica com os arquivos correntes e protocolos nas repartições municipais;
- VI. Manter intercâmbio com instituições afins, nacionais e internacionais;
- VII. Custodiar, por intermédio de acordos previamente firmados, e se houver conveniência e oportunidade, documentos de outras esferas e poderes governamentais.

Art. 3º - O Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes do Município de Montes Claros terá a seguinte estrutura organizacional:

- I. Coordenação Geral do Arquivo;
- II. Coordenação de Arquivo Corrente e Intermediário;
 - a) Serviço de Recepção, de Protocolo e de Arquivo Corrente
 - b) Serviço de Arquivo Intermediário
 - c) Serviço de atendimento ao Público
- III. Coordenação de Arquivo Permanente;
 - a) Serviço de Processamento Técnico de Documentação Textual
 - b) Serviço de Processamento Técnico Documentação Especial
 - c) Serviço de Tratamento Documental
- IV. Coordenação de Arquivo Privados e Apoio Cultural;
 - a) Serviço de Arquivo Privados
 - b) Serviço de Pesquisa
 - c) Serviço de Biblioteca e Hemeroteca

Parágrafo único – O Cargo de coordenador de Arquivo Público da Câmara, criado pela Lei Municipal 3.906/2008, passa a ser denominado de Coordenador Geral de Arquivo.

Art. 4º – Ficam criados os cargos de Coordenador de Arquivo Corrente e Intermediário; Coordenador de Arquivo Permanente e Coordenador de Arquivos Privados e Apoio Cultural.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA GERAL



§1º- Os cargos de Coordenadores criados na caput deste artigo serão de provimento em comissão, de recrutamento limitado.

§2º- A escolaridade exigida para ocupar os cargos de Coordenador de Arquivo Corrente e Intermediário, Coordenador de Arquivo Permanente e Coordenador de Arquivo Privados e Apoio Cultural será de nível superior.

§ 3º- As nomeações para os cargos coordenadores, só poderão ocorrer após as coordenadorias criadas no artigo 3º desta Lei, estarem devidamente implantadas e em pleno funcionamento.

I. O Projeto de Reestruturação dos Serviços do Arquivo da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes descreve, de acordo com o cronograma, os prazos de implantações das referidas coordenadorias.

§4º- O Cargo de Coordenador Geral do Arquivo será de nível salarial V;

§5º - Os Cargos de Coordenador de Arquivo Corrente e Intermediário, Coordenador de Arquivo Permanente e Coordenador de Arquivos Privados e Apoio Cultural de Arquivo Intermediário serão de nível salarial IV.

Art. 5º – O Apoio Operacional das coordenadorias criadas no artigo 3º desta Lei será exercido por Assistentes Operacionais, cargo de provimento efetivo, existente no plano de cargo e salários do legislativo.

Parágrafo único – As atribuições dos Assistentes Operacionais, lotados no Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes, constituem em:

- I. Receber, registrar e distribuir documentos, bem como controlar suas movimentações;
- II. Classificar, arranjar, descrever e executar demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestar informações relativas aos mesmos;



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA GERAL



- III. Preparar documentos de arquivo para microfilmagem e conservação e utilização da microfilmagem;
- IV. Preparar documentos de arquivos para processamento eletrônico de dados;
- V. Selecionar documentos para fins de preservação;
- VI. Promover medidas necessárias à conservação de documentos;
- VII. Assessorar nos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-científica;
- VIII. Desenvolver estudos sobre documentos culturalmente importantes;
- IX. Realizar trabalho de protocolo, organização, seleção, classificação, registros de documentos e arquivos de documentos e arquivo de documentação;
- X. Preencher formulários de controle administrativo;
- XI. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Art. 6º – São atribuições do Coordenador de Arquivo Corrente e Intermediário:

- I. Exercer a direção, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos da Coordenadoria de Arquivo Corrente e Intermediário;
- II. Orientar as operações de recebimento, classificação, registro, autuação, controle de tramitação, distribuição e expedição;
- III. Efetuar inspeção e análise confirmando ou não a codificação atribuída na fase de protocolo;
- IV. Coordenar a política de gestão de documentos e as atividades do Arquivo Corrente;
- V. Coordenar a atualização dos catálogos de referências possibilitando o acesso rápido e eficiente do acervo;
- VI. Controlar o recebimento, por transferência, dos documentos acumulados e avaliados, bem como verificar a atualização das listas de transferências;
- VII. Orientar a organização de acordo com o princípio de proveniência e em satisfatórias condições de higiene;





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA GERAL



- VIII. Direcionar a preparação da documentação para o recolhimento, acondicionando-a de acordo com critérios estabelecidos pela Coordenação do Arquivo Permanente;
- IX. Efetuar a distribuição de documentos destinados à eliminação;
- X. Elaborar termos de eliminação e recolhimento;
- XI. Manter atualizadas as informações sobre espaços disponíveis para o acervo;
- XII. Coordenar as atividades relativas ao atendimento às consultas aos setores de origem;
- XIII. Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Art. 7º – As atribuições do Coordenador de Arquivo Permanente:

- I. Exercer a direção, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos do Arquivo Permanente e do Tratamento Documental;
- II. Coordenar o recebimento, por recolhimento, a documentação textual e especial de valor permanente;
- III. Manter a guarda de documentos textuais e especiais recolhidos, adotando critérios de armazenamento, acondicionamento e arranjo adequados;
- IV. Promover a descrição, mediante elaboração de instrumentos de pesquisa que garantam amplo acesso às informações contidas nos documentos textuais e especiais;
- V. Controlar e orientar o registro, arranjo e descrição do acervo sob custódia do Arquivo por meio de técnicas arquivísticas referentes aos Serviços de Fotodocumentação e Videoteca visando preservar a memória institucional e regional;
- VI. Coordenar os serviços de higienização e desinfetação, restauração e encadernação dos documentos e similares com o objetivo de conservar e preservar o acervo;
- VII. Estabelecer uma política de conservação do acervo sob custódia do Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA GERAL



Lopes;

VIII. Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Cultural:

Art. 8º – São atribuições do Coordenador de Arquivos Privados e Apoio

- I. Exercer a direção, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos do Arquivos Privados e Apoio Cultural;
- II. Controlar o recebimento da documentação, tanto textual como especial, de origem privada adquirida;
- III. Manter a guarda de documentos, adotando critérios de armazenamento, acondicionamento e arranjo adequados;
- IV. Promover a descrição, mediante elaboração de instrumentos de pesquisa que garantam amplo acesso às informações contidas nos documentos;
- V. Opinar Tecnicamente sobre a pertinência da incorporação de documentos de origem privada ao Arquivo, nos casos de adoção ou permuta;
- VI. Desenvolver pesquisas científicas por meio do acervo sob sua custódia;
- VII. Promover eventos de caráter e manter acervo de livros e periódicos;
- VIII. Elaborar instrumentos que viabilizem aos consulentes o acesso a documentos sob sua guarda enquanto fontes alternativas para pesquisa e visando referenciá-los em trabalhos científicos;
- IX. Propor aquisição e/ou permuta de publicações com o objetivo de ampliar o acervo;
- X. Coordenar o processamento técnicos dos livros e periódicos sob sua responsabilidade;
- XI. Opinar tecnicamente sobre a pertinência da incorporação de livros e periódicos ao Arquivo, nos casos de adoção ou permuta;
- XII. Garantir acesso e orientação bibliográfica aos usuários;
- XIII. Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA GERAL



Art. 9º- O Presidente da Câmara, por portaria, regulamentará o Regimento Interno do Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes.

Art. 10ª- A Câmara Municipal de Montes Claros dotará o Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes de toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento.


Art. 11ª- O acervo fotográfico que compõe a Galeria dos Vereadores ou ex-presidentes da Câmara Municipal, embora deva permanecer onde se encontra, bem como as placas metálicas e obeliscos que homenageiam a edilidade, outras personalidades e/ou fatos passam a integrar o acervo do Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes.

Parágrafo único – Os atuais registros fotográficos e fonográficos, bem como outros de igual valor cultural e histórico, resultante de ação técnico-mecânica e tecnológica pertencentes à Câmara Municipal passam a integrar o acervo do Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes.

Art.12ª - Fica o presidente da Câmara Municipal autorizado a celebrar convênios de cooperação técnicos – científico com instituições públicas e/ou privadas com o objetivo de ampliar e melhorar os serviços do Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador – Ivan José Lopes.

Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros, 07 de novembro de 2008.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



(ANEXO 2)

Benedito de Paula Said

Pequena biografia do vereador: “Nascido em 1955, na cidade de Belo Horizonte, Benedito de Paula Said é formado em Letras, tendo abraçado a carreira política desde os tempos de faculdade. Exerceu a militância na Universidade, onde participou de diretórios estudantis. Jornalista, trabalha em rádio, jornal e TV, desde 1973. Foi eleito para o seu primeiro mandato em 1988, mantendo a linha de seu trabalho legislativo, voltada para os projetos de cunho social, principalmente aqueles, que tinham a criança e o adolescente como alvo. Abriu uma trincheira em favor da preservação dos rios da região, principalmente no combate a exploração, sem critério, das jazidas de areia. Em seu segundo mandato, para o qual foi eleito em 1992, Said foi um grande fomentador dos debates a respeito da construção da Hidrelétrica de Irapé, na cidade de Grão Mogol, que proporcionará a redenção do fornecimento de energia elétrica na região norte do estado de Minas , Vale do Jequitinhonha e norte do Espírito Santo. Benedito de Paula Said, foi eleito Presidente da Câmara dos Vereadores de Montes Claros em 1995” (GUIMARÃES, 1997, p. 245).

(ANEXO 3)

Ivan José Lopes

Pequena biografia do vereador: “Nasce em Montes Claros, no dia 21 de maio de 1942, o médico e vereador Ivan José Lopes, filho de Aleixo Pereira Lopes e de Donas Maria Fagundes Lopes. Fez o curso primário no Colégio Imaculada Conceição de 1948 a 1952. No Colégio Diocesano, estudou o curso ginásial de 1953 a 1957. Em Belo Horizonte, no Colégio santo Antônio, concluiu o curso científico em 1961. Também na Capital Mineira, colou grau no curso de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Fundação Lucas Machado, em 1969. Quando ainda cursava medicina, contraiu núpcias com Dona Edna Lessa Lopes, com quem teve dois filhos: Juliana Lopes Lessa, Psicóloga e Ivan José Lopes, que faleceu prematuramente. Serviu o exército brasileiro, como aluno do CPDOR – Curso de Preparação de Oficinas de Reserva, de onde saiu promovido a Segundo Tenente da Reserva, em 1963. Exerceu a Medicina na Santa Casa da Cidade de Arcos – MG, onde foi provedor e Diretor Clínico até dezembro de 1974. Vindo para Montes Claros, ingressou-se no Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia, atuando na área de obstetrícia e cirurgia,(...). Foi médico

concursado do antigo INAMPS – Instituto Nacional de Medicina e Previdência Social, atendendo no PAM – Posto de Atendimento Médico de Montes Claros. Criou o Serviço de Medicina do Trabalho nas empresas Transit e Peugeot, no período de 1977 a 1981, de onde saiu e passou a pertencer ao quadro médico da FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, na reabertura do Hospital Clemente Farias, tendo sido o seu Diretor de 1987 a 1989. Membro do Lions Clube Internacional, iniciou a sua participação em 1970, e presidiu o Lions Clube de Arcos sendo Presidente de Divisão do Distrito L.20. Mudando para Montes Claros, passou a fazer parte do Lions Clube Tropeiro, onde chegou a Vice-Governador da Região A 1 no Distrito L 11. Deixou o Lions em 1982. Participou da Diretoria do Automóvel Clube de Montes Claros, durante 10 anos. Foi delegado da Associação Médica de Minas Gerais, representando a Seccional Norte. Na política, ingressou-se na ARENA, partido do qual já era filiado na cidade de Arcos, tendo uma participação modesta nas atividades partidárias. Quase foi candidato á Assembléia Legislativa em 1986, sendo convidado a ingressar no PMDB pelo então Prefeito Luis Tadeu Leite. Em 1988, já no partido, candidatou-se a vereador, sendo eleito para o seu primeiro mandato. Em 1992, foi reeleito ainda no PMDB, partido que trocou posteriormente pelo PFL, sigla sob a qual se elegeu para o terceiro mandato em 1996. Ivan José Lopes foi Presidente da Câmara em 1991 em oposição ao Prefeito Mário Ribeiro Silveira e em 1996 ao Prefeito Luis Tadeu Leite de quem foi ferrenho opositor. Em 1997 foi eleito com tranquilidade para mais um mandato, então fazendo parte do grupo vencedor das eleições de 03 de outubro de 1996. Juntamente com o vereador Eduardo Avelino Pereira, comandou o famoso “Bloco dos 11”, que rejeitou sistematicamente, os projetos de leis enviadas pelo Prefeito Luis Tadeu Leite. A independência, é uma das características mais marcantes nas atividades políticas do Vereador Ivan José Lopes” (GUIMARÃES, 1997, p. 237-238).

(ANEXO 4)

Ademar de Barros Bicalho

Pequena biografia do vereador: “**Principais Fatos da Vida Profissional e Política:** Ademar Bicalho, como comumente é chamado, nasceu na cidade de Juramento, no dia sete de março de 1950, filho de Epifânio José de Barros e Dona Geralda Bicalho de Barros. Conseguiu estudar muito pouco, terminando somente o curso primário, na Escola Estadual Maurício Gustavo Gurgee em Belo Horizonte – MG, começando desde muito novo como serviçal no

Automóvel Clube de Montes Claros. Durante muito tempo trabalhou como garçom em diversos restaurantes de Montes Claros, conseguindo finalmente se estabelecer como comerciante em um pequeno bar. Crescendo em seu trabalho, conseguiu a permissão para exploração do restaurante do Automóvel Clube de Montes Claros, onde nasceu a sua empresa, Organizações Bicalho (Serviço de Buffet). Transferindo a sua residência para o Bairro Major Prates, foi eleito Vice-Presidente em seguida Presidente, da Associação de Moradores daquele Bairro. Convencido pelos associados, Ademar se candidatou a vereador, para que a região do Grande Major Prates tivesse um representante no Legislativo Municipal. Naquela ocasião, não conseguiu se eleger. Reeito Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Major Prates, continuou o seu trabalho comunitário com a mesma disposição de antes, aliando o seu tino comercial ao político, construindo aos poucos a sua candidatura em 1992, quando teve expressiva votação de 1577 votos, se elegendo pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, sigla sob a qual se abriga até hoje. Em 1996, repetindo a fórmula utilizada anteriormente, se reelegeu como vereador mais votado, com 1814 votos. Chamado de vereador festeiro, Ademar Bicalho, um fanático torcedor do Clube Atlético Mineiro, se orgulha de patrocinar todo e qualquer tipo de evento que estiver ao seu alcance. Jogos de futebol, vaquejadas, gincanas, concursos, formaturas, comemorações e tantas outras atividades, são sempre bem administradas por seu gabinete, comprovando mais uma vez, que a fórmula, “pão e circo”, está consolidada no povo brasileiro. Mas nem só disso, vive o prestígio do vereador Ademar Bicalho. Um dos mais freqüentes, no dia a dia da Câmara, procura atender aos seus eleitores, naquilo de mais elementar: a satisfação pessoal dos que o procuram. A clientela aumenta, à medida que as soluções aparecem. Devoto fiel de São Sebastião, Ademar de Barros Bicalho cumpriu a promessa que houvera feito ao seu padroeiro, com referência às eleições de 1996: Ir montado a cavalo, à primeira reunião do Legislativo no novo mandato. Chegou de frente ao prédio da Câmara, acompanhado por um séquito de cavaleiros, portando em seus braços, a “bandeira” do Santo. Reeito para a Legislatura de 2001 a 2004, cumpre já o seu terceiro mandato. No ano de 2002, eleito para Presidente do Legislativo Municipal, exerceu um mandato brilhante, com sabedoria, integridade e humildade, recebendo o elogio de todos. Em decorrência da alteração da Lei Orgânica Municipal que passa de um para dois anos o mandato da Mesa da Câmara Municipal de Montes Claros, o vereador Ademar de Barros Bicalho continuará presidindo o Legislativo no ano de 2003. Nas eleições de 2004 para a Legislatura de 2005 a 2008 é novamente eleito indo para o 4º mandato consecutivo como vereador em Montes Claros” (SILVA, Maria Iara. *(tilapinta@hotmail.com)*. *Informações*

sobre vereadores: resposta a pedido. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.João.reis1996@gmail.com em 30 jul. 2012).

(ANEXO 5)

José Maria Saraiva

Pequena biografia do vereador: “**Principais Fatos da Vida Profissional e Política:** José Maria Saraiva (Zé Faquir) de origem humilde, residente no bairro Alto São João, filho de Alfredo Saraiva, mestre de obras e Geracina Saraiva, do lar, nascido no dia 11 de abril de 1948 na cidade de Montes Claros, sendo o filho mais velho entre os oito irmãos. Foi uma criança criada apesar das dificuldades, num lar religioso e com muito amor e carinho, se tornando um adolescente obediente e dedicado à família. Por esse motivo começou sua vida profissional aos 12 anos de idade, pois precisava ajudar seus pais a cuidar dos irmãos menores, deixando para trás sua vida de estudante, cursando apenas o 4º ano primário. Aos 12 anos José Maria Saraiva (Zé Faquir), foi convidado a trabalhar na cidade de Guanambi – BA, para ser ajudante de mecânico onde o proprietário se chamava José Circuito, e mesmo com o sofrimento dos pais partiu essa criança em busca de um futuro melhor, aprendendo a exercer a profissão. Trabalhou cerca de um ano e retornou à Montes Claros com um pouco mais de experiência. Foi então que neste período, Zé Faquir trabalhou em oficinas de pessoas conhecidas, pois precisava adquirir maioridade para ser contratado por uma oficina maior. Completando 17 anos foi contratado pela INTERVOLKS, localizada na Avenida Geraldo Athaide. Nessa empresa ele qualificou-se fazendo cursos dentro da profissão de mecânico e lanternagem melhorando seu currículo e possibilitando a montagem da sua própria oficina na cidade de Brasília de Minas, chamada “Oficina Mecânica São Judas Tadeu”. Aos 21 anos em 1969, casou-se com Marlene Durães Saraiva, transferindo sua oficina para Montes Claros, hoje localizada na rua Sebastião Dias Soares no bairro São José. Logo em seguida em 1970 nasceu sua primeira filha Kelsilene Durães Saraiva, vinda com muita alegria por ser também a primeira neta, e assim veio Cláudia Durães Saraiva em 1972 e depois em 1978 Kelson Durães Saraiva. E continuou sua vida de mecânico, ensinando a profissão para seus irmãos e também juntamente com seus pais, ajudava nos trabalhos da igreja participando de movimentos como Encontro de Casais com Cristo, Caminho de Damasco. Providenciou a construção do salão paroquial no bairro Alto São João trazendo benfeitorias para os moradores, profissionalizou adolescentes encaminhando-os para oficinas, uniformizando-os e qualificando-os para

continuar sua vida profissional. Foi daí que começou a sua vida política. No ano de 1988 com 668 votos ficou na suplência, assumindo de 1990 à 1992 pelo partido do PDC (Partido Democrático Cristão), em 1992 à 1996 com 1112 votos foi eleito líder da maioria pelo mesmo partido, em 1997 foi chamado para Secretário Adjunto de Serviço Urbano até 2000. Em 2000 foi eleito com 2224 votos onde no primeiro ano foi líder da bancada e líder do PFL e em 2004 Presidente da Câmara Municipal onde vem trabalhando com seriedade e transparência, e assim se faz a vida de cidadão merecedor de tudo que DEUS o proporcionou” (SILVA, Maria Iara. *(tilapinta@hotmail.com)*. *Informações sobre vereadores*: resposta a pedido. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por *filomena.João.reis1996@gmail.com* em 30 jul. 2012).

(ANEXO 6)

Sebastião Ildeu Maia

Pequena biografia do vereador: “**Principais Fatos da Vida Profissional e Política:** Sebastião Ildeu Maia, de origem rural e religião católica, filho de João da Silva Maia e Aurora Alves Ferreira, nasceu em Santa Rosa de Lima, Distrito de Montes Claros – MG, no dia 20 de janeiro de 1960, tendo como irmãos: Manoel Ribeiro Maia, Aleixo Ribeiro Maia, Irene Maia Ferreira, Irani da Silva Maia, Djalma Alves Maia, Marli Alves Maia, Maria Ildevan F. Maia, Avilmar Alves Maia. Até aos 16 anos estudou em escola pública do Distrito onde nasceu, completando o 2º grau no Colégio Indyu, em Montes Claros. Trabalhou na lavoura até seguir para a sede do Município, para trabalhar como cobrador de ônibus na Empresa Viação São Pedro. Aos 18 anos, já com a carteira de habilitação, foi promovido ao cargo de motorista dessa mesma Empresa, exercendo a profissão até 1992, quando pediu demissão para assumir o Cargo de Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros, tendo sido eleito com 977 votos pelo PDC Partido Democrático Cristão) e enfocado principalmente o homem do campo no seu primeiro mandato. Casou-se no dia 23 de setembro de 1994, com Cátia Rejane Pereira Maia, nascendo desta união Marcella Pereira Maia e Gabriela Pereira Maia. Em 03 de outubro de 1996, foi eleito com 1774 votos, pelo partido PPB (Partido Progressista do Brasil), dando ênfase e importância não só à zona rural, mas garantindo valor também, à zona urbana. Foi reeleito novamente pelo mesmo partido no ano de 2000, com 1789 votos e no ano de 2004 garantiu novamente a eleição com 2621 votos pelo PP (Partido Progressista) ano em que foi reduzido o número de vereadores de Montes Claros, de 21 para 15, pelo TSE (Tribunal

Superior Eleitoral). Sempre exerceu o cargo de vereador com muita responsabilidade, dignidade e transparência pensando sempre no bem estar da Comunidade. Já no seu quarto mandato foi eleito pela primeira vez para Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, 5ª maior cidade do Estado de Minas Gerais, no dia 1º (primeiro) de janeiro de 2005, para o Biênio 2005-2006, com uma votação expressiva dos colegas que enalteceram a sua honradez e capacidade para dirigir a Casa. Com confiança em Deus, vem exercendo o cargo com brilhantismo, sabedoria, integridade, serenidade e humildade, adjetivo que lhe são peculiares, agradando a classe política, aos colegas, funcionários e comunidade em geral. Nas eleições de 2008, foi reeleito novamente para a Legislatura de 2009 a 2012, sendo este o seu 5º mandato consecutivo como vereador à Câmara Municipal de Montes Claros (SILVA, Maria Iara. *(tilapinta@hotmail.com)*. *Informações sobre vereadores*: resposta a pedido. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por *filomena.João.reis1996@gmail.com* em 30 jul. 2012).

(ANEXO 7)

Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Pequena biografia do vereador: “**Principais Fatos da Vida Profissional e Política:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso, nascido em 03 de junho de 1958. Natural de Montes Claros – MG, filho de Virgílio Afonso de Souza e Santa Ribeiro da Mota. Casado com Sayonara Antunes Veloso Afonso e pai de 03 filhos: Maria Cecília Veloso Afonso, Luiz Henrique Veloso Afonso e Gustavo Veloso Afonso. Bacharel em Administração de Empresas. Pós-graduado em Administração Pública (Fundação João Pinheiro) e em Psicologia do Trabalho e Desenvolvimento Organizacional (Unb), Funcionário Público (Técnico da Receita Estadual), Professor Universitário e Produtor Rural. Católico, colaborador de inúmeros Movimentos Sociais e Religiosos, como Pastoral da Criança, Pastoral Familiar, Movimento Pró-Vida, ECC (Encontro de Casais com Cristo) Comitê Contra a Fome, Miséria pela Vida, Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Orfanato), Centro de Crianças Santa Paula Elizabeth, Casa Santa Elizabeth, Programa Social da Casa Própria dentre outros. Eleito vereador pelo PPS em 03 de outubro de 2004 para a Legislatura 2005 - 2008 com 2614 votos, onde exerce o seu primeiro mandato. Foi Porta-Voz do Prefeito na Câmara Municipal em 2005 - 2006. Eleito Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros para o exercício 2007 - 2008 com 14 votos. Autor de inúmeros Projetos já convertidos em Lei, dentre eles a Lei de Responsabilidade Social. Vem empreendendo a Reestruturação e

Modernização da Câmara Municipal de Montes Claros através de convênio inédito celebrado com a Escola do Legislativo e o Centro de Apoio às Câmaras (CEAC) da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. A Escola do Legislativo foi criada na sua gestão como Presidente da Câmara Municipal, através da Lei 3.880 de 28 de dezembro de 2007, com o objetivo de oferecer um espaço para a reflexão democrática, aprimorando o profissional, capacitação política e técnica, promovendo a educação para a cidadania e o fortalecimento do Poder Legislativo Regional. Cori também viabilizou a Reestruturação dos Serviços do Arquivo Público, implantando o Sistema de Arquivo e Gestão de Documentos da Instituição (SILVA, Maria Iara. *(tilapinta@hotmail.com)*. *Informações sobre vereadores*: resposta a pedido. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por *filomena.joão.reis1996@gmail.com* em 30 jul. 2012).

(ANEXO 8)

Athos Mameluque

Biografia do vereador: “Nasceu em Pirapora-MG, no dia 31/12/1957, Empresário, católico, veio ainda jovem, com a família, morar em Montes Claros. É filho de Maria Miguel Mota e Marcelo Mameluque Mota. Foi aluno do Colégio Polivalente, indo cursar Eletrônica e Telecomunicações na cidade de Santa Rita do Sapucaí. Após a sua formatura, em 1977, ingressou no quadro de funcionários da TELEMIG, onde trabalhou até 1982, quando resolveu mudar-se para os Estados Unidos à procura de sucesso profissional e intelectual. Tornou-se um empresário num país de oportunidades pouco atrativas aos que se originam de países latinos. Foi dono de três lanchonetes de uma franquia conhecida na América, a Dunkin Donuts. Empregou mais de cinquenta funcionários ao mesmo tempo, entre eles, inúmeros amigos de Montes Claros, que tendo a oportunidade de passar pela experiência de trabalhar no exterior, saíram de casa com emprego e moradia garantidos. Em 1990, não suportando a saudade das suas origens, iniciou o seu processo de retorno. Adquiriu um posto de gasolina em Montes Claros e passou a vir regularmente à cidade. Em 1994, fixou residência definitiva e em 1996 iniciou um novo ramo de atividade: segurança eletrônica. Pioneira na prestação de serviços de alarmes monitorados, a Patrulha Eletrônica tornou-se uma forte arma contra furtos e roubos. Athos Mameluque foi eleito Vereador pelo PMDB em 2004, assumindo a sua cadeira na Câmara Municipal em janeiro de 2005, para a Legislatura de 2005-2008. Em 05 de outubro de 2008 é reeleito para a Legislatura de 2009-2012 e eleito para Presidente da Câmara

Municipal de Montes Claros para o biênio de 2009-2010 em chapa única, apoiado por todos os Vereadores, numa decisão consensual. O seu mandato de Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros foi sempre pautado pela coerência em defesa dos direitos do cidadão Montescarense. A sua atuação é firme e combativa apoiando somente projetos de interesse do povo.

É autor de vários projetos e requerimentos que levam benefícios diretos à população, tais como:

- CURSOS DE FRENTISTA E INFORMÁTICA: O Vereador ofereceu à população, gratuitamente, cursos para o preparo dos jovens ao mercado de trabalho. Treinou mais de 7.000 pessoas, tendo a satisfação de ver inúmeras já empregadas graças aos cursos oferecidos por ele.
- USINA DE BIODIESEL: Em seu primeiro discurso como Vereador, Athos Mameluque citou como a “salvação do Norte de Minas” a produção do Biodiesel. Através do Empresário Sérgio Cavalieri, foi o responsável pela implantação da primeira bomba do combustível no interior do Brasil, as anteriores existiam somente em São Paulo e Belo Horizonte. Com o apoio do então Ministro da Saúde, Saraiva Felipe – PMDB, conseguiu junto ao Presidente Lula a implantação da usina de Biodiesel em nossa cidade, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, e trazendo esperança ao pequeno produtor rural.
- DOAÇÃO DE SANGUE: Projeto do Vereador Athos Mameluque, a Lei 3.888/2007 garante gratuidade em concursos públicos municipais a quem doar sangue por 03 vezes consecutivas nos últimos 12 meses, evitando assim as inúmeras crises nos bancos de sangue da cidade, cujas campanhas assistimos constantemente nos meios de comunicação.
- CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE: De autoria do Vereador Mameluque o Projeto de Lei que cria o Conselho Municipal da Juventude. O conselho possibilita a criação de políticas efetivas aos jovens como a sua capacitação e preparo ao mercado de trabalho, e ainda campanhas efetivas contra as drogas e a violência.
- ARTISTAS DA TERRA: É autor de Lei que obriga a abertura de shows, com mais de 3.000 pessoas por artistas locais do mesmo estilo musical, dando assim, oportunidades aos músicos e bandas de mostrarem o seu trabalho a públicos expressivos.

São várias as ações sociais e políticas do Vereador em benefício da população de Montes Claros.

Eleito em 2009, para o cargo de Provedor do Hospital Aroldo Tourinho, vem desenvolvendo um excelente trabalho em prol da saúde da população de Montes Claros e região Norte Mineira. Candidatou-se a uma vaga na Assembleia Legislativa de Minas Gerais nas eleições de 2010, mas, não foi eleito. No 2º ano de seu mandato como presidente da Câmara

Municipal, viabilizou o lançamento da 2ª edição do livro Cidadãos de Honra, um livro memorialista com dados biográficos das pessoas que contribuíram para o progresso e desenvolvimento de Montes Claros e região. Também, no seu mandato como Presidente do Legislativo, valorizou os servidores efetivos da Câmara, através da aprovação de projeto de lei que dispõe sobre o plano de cargos e salários (SILVA, Maria Iara. *(tilapinta@hotmail.com)*. *Informações sobre vereadores: resposta a pedido*” [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por *filomena.João.reis1996@gmail.com* em 10 out. 2012).

(ANEXO 9)

Valcir da Ademoc

Pequena biografia do vereador: “Valcir Soares da Silva – Valcir da Ademoc – como comumente é conhecido, nasceu na cidade de Claro dos Poções (MG), no dia 04 de maio de 1970. Filho de Vicente Soares da Silva e Ana Tereza de Jesus. Estudou na Escola Estadual Antônio Canela em Montes Claros (MG), concluindo o 2º grau no curso técnico de Contabilidade. Casado com a Senhora Dalva Oliveira Queiroz e pai de Ayssa Oliveira Silva. Quando criança; foi acometido de paralisia infantil. Sabendo das dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras de deficiências, fundou em a Associação das Pessoas com Deficiência de Montes Claros (Ademoc), da qual é o Presidente e um dos mais ardorosos defensores dos direitos destes cidadãos neste Município. É evangélico. Ex-integrante do Conselho Municipal de Saúde (CMS), foi também funcionário da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (AMAMS). Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) desde 1990. Foi eleito Vereador nas eleições de 15 de outubro de 2004 para a Legislatura 2005-2008, com 1.861 votos. Assumiu a Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Montes Claros, durante os meses de janeiro a maio de 2005, retornando após este período à sua cadeira na Câmara. Reeleito para a Legislatura 2009-2012, com 2.795 votos. Tem nestes dois mandatos, lutado arduamente em prol da população, sendo autor de várias leis que beneficiam a comunidade montes-clarense em geral e em especial às pessoas portadoras de necessidades especiais. Participou ativamente da instalação do Centro de Órtese e Prótese e da Clínica Audiobera, que fornecem gratuitamente próteses, equipamentos e aparelhos auditivos não só para a população de Montes Claros, mas de todo o norte de Minas. Foi eleito pelos colegas vereadores para Presidente da Mesa Diretora da Câmara para o biênio 2011-2012. Vem exercendo o cargo com sabedoria, integridade, serenidade e humildade, conquistando

desta maneira o respaldo de toda a sociedade (SILVA, Maria Iara. (*tilapinta@hotmail.com*). *Informações sobre vereadores: resposta a pedido*” [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por *filomena.João.reis1996@gmail.com* em 30 jul. 2012).

(ANEXO 10)

Projeto de Lei nº 04, 2011

**Atualiza vencimentos dos servidores ativos e inativos e subsídios dos vereadores da
Câmara Municipal de Montes Claros –MG, altera dispositivos das leis municipais
3906/08 e 4114/08, e contém outras providências.**

Expediente
Prestação de contas
de 2010
Ordem 10
10/01/2011



03/2011
27.01.2011

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 04/ 2011

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Atualiza
~~Autoriza~~ Vencimentos dos Servidores Ativos e Inativos e subsídios dos Vereadores da Câmara de Montes Claros-MG, Altera Dispositivos das Leis Municipais 3.906/2008 e 4.014/2008, e contém Outras Providências.

MOVIMENTO

1 - Entrada em 25/01/2011
Comissão de Legislação e Justiça.

2 - *aprovado em 27.01.2011*

3 - *27.01.2011*

4 -

5 -



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI N.º 04, 2011.

"Atualiza vencimentos dos Servidores ativos e inativos e subsídios dos Vereadores da Câmara de Montes Claros-MG, altera dispositivos das leis Municipais 3906/08 e 4014/08, e contém outras providências."

O POVO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido reajuste de 10,84% (dez, virgula oitenta e quatro pontos percentuais) a partir de 01 de janeiro de 2011, aos servidores inativos e aos ativos dos quadros de classes de cargos de provimento efetivos e comissionados constantes do anexo I da lei municipal nº 3.906 de 14 de março de 2008.

Art. 2º - O limite de pontos a que se refere o parágrafo 4º do artigo 1º da lei municipal nº 3.906 de 14 de março de 2008, fica acrescido, a partir de 01 de fevereiro de 2011, de 55 (cinquenta e cinco) pontos.

Parágrafo primeiro - Na composição dos gabinetes deverão ser observados os limites, mínimos de 02 (dois) e máximo de 19 (dezenove) assessores.

Parágrafo segundo - O valor do ponto é o fixado pela Lei Municipal nº 3002, de 19 de abril de 2002.

Art. 3º - Os subsídios mensais dos vereadores, fixados pela Lei Municipal 4001/2008, a partir de 01 de fevereiro de 2011, ficam recompostos em 10,84% (dez, virgula oitenta e quatro pontos percentuais), pela variação do INPC/IBGE, apurada do período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010.

Art. 4º - O quadro de CLASSES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO da Câmara Municipal de Montes Claros, previsto no anexo I da Lei Municipal 3906/08, passa a ser o constante do Anexo I, da presente Lei.



Câmara Municipal de Montes Claros

Art. 5º – O parágrafo 2º do artigo 4º da lei municipal nº 4.014/08, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º ...

§ 2º – A escolaridade exigida para ocupar os cargos de Coordenador de Arquivo Corrente e Intermediário, Coordenador de Arquivo Permanente e Coordenador de Arquivos Privados e Apoio Cultural será de nível médio. ”

Art. 6º - Revogam-se os dispositivos em contrário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de Janeiro de 2011.

Vereador Valcir Soares da Silva
Presidente da Câmara

Vereador Sebastião Ildeu Maia
1º Secretário da Câmara.



Câmara Municipal de Montes Claros

ANEXO I

CLASSES DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO			
NÍVEL SAL ARIAL	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	FORMA DE PROVIMENTO
X	Gerente Administrativo	01	Ampla
X	Assessor Legislativo	01	Ampla
VIII	Assistente Legislativo	02	Ampla
VIII	Diretor da Escola do Legislativo	01	Ampla
VII	Assessor Técnico de Comunicação	01	Limitado
VII	Assessor de Cerimonial	01	Limitado
VI	Oficial de Gabinete da Presidência	01	Ampla
VI	Coordenador de Compras e licitações	01	Limitado
VI	Coordenador Pedagógico e de Projetos da Escola do Legislativo	01	Limitado
V	Assessor de Imprensa	01	Ampla
V	Assessor de Comunicação	01	Limitado
V	Coordenador Geral do Arquivo	01	Ampla
V	Secretário da Escola do Legislativo	01	Ampla
IV	Coordenador de Arquivo corrente e intermediário	01	Ampla
IV	Coordenador de Arquivo permanente	01	Ampla
IV	Coordenador de Arquivos privados e apoio cultural	01	Ampla
	Assessores parlamentares	Pontuação	Ampla

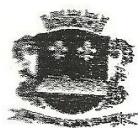
Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de Janeiro de 2011.

Vereador Valcir Soares da Silva
Presidente da Câmara

Vereador Sebastião Ildeu Maia
1º Secretário da Câmara.

(ANEXO 11)

Portaria nº 87, de 26 de novembro de 2008. Aprova o Regimento Interno do Arquivo Público da Câmara Municipal – Vereador Ivan José, o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que a lei lhe confere, e CONSIDERANDO o que dispõe a lei municipal nº 4.014, de 07 de novembro de 2008, que criou o referido Arquivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PORTARIA Nº 87, de 26 de novembro de 2008

Aprova o Regimento Interno do Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes, o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 4.014, 07 de novembro de 2008, que criou o referido Arquivo.

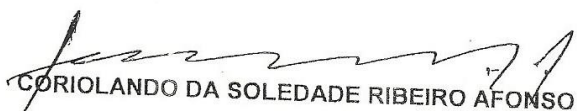
DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes, que passa a fazer parte integrante desta Portaria.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação no lugar de costume.

CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Montes Claros, 26 de novembro de 2008.


CORIOLANDO DA SOLEDADE RIBEIRO AFONSO
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**REGIMENTO INTERNO DO ARQUIVO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL -
VEREADOR IVAN JOSÉ LOPES**

**MONTES CLAROS, MINAS GERAIS
NOVEMBRO DE 2008**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

REGIMENTO INTERNO DO ARQUIVO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL - VEREADOR IVAN JOSÉ LOPES

CAPÍTULO I

FINALIDADES

Art. 1º - O Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes, criado pela Lei nº 4.014, de 07 de novembro de 2008, tem como finalidades precípuas:

- I. Garantir acesso às informações contidas nos documentos sob sua guarda, observadas as restrições regimentais, na fase intermediária, e de forma ampla, na fase permanente;
- II. Custodiar os documentos de valor temporário e permanente acumulados pelos órgãos da Câmara Municipal no exercício de suas funções, dando-lhes tratamento técnico;
- III. Estender a custódia aos documentos de origem privada considerados de interesse público municipal, sempre que houver conveniência e oportunidade;
- IV. Estabelecer diretrizes e normas articulando e orientando tecnicamente as unidades que desenvolvem atividades de protocolo e arquivo corrente no âmbito do Poder Legislativo Municipal;
- V. Promover interação sistêmica com os arquivos correntes e protocolos das repartições municipais;
- VI. Manter intercâmbio com instituições afins, nacionais e internacionais;
- VII. Custodiar, por intermédio de acordos previamente firmados, e se houver conveniência e oportunidade, documentos de outras esferas e poderes governamentais.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º - Integram a estrutura organizacional do Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes:

- I. Coordenação Geral do Arquivo - **CGA**
- II. Coordenação de Arquivo Corrente e Intermediário - **CACI**
 - a) Serviço de Recepção, de Protocolo e de Arquivo Corrente
 - b) Serviço de Arquivo Intermediário
 - c) Serviço de Atendimento ao Público
- III. Coordenação de Arquivo Permanente - **CAPE**
 - a) Serviço de Processamento Técnico de Documentação Textual
 - b) Serviço de Processamento Técnico Documentação Especial
 - c) Serviço de Tratamento Documental
- IV. Coordenação de Arquivos Privados e Apoio Cultural - **CAPAC**
 - a) Serviço de Arquivos Privados



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- b) Serviço de Pesquisa
- c) Serviço de Biblioteca e Hemeroteca

CAPÍTULO III **COMPETÊNCIAS**

Art. 3º - As atribuições da Coordenação Geral do Arquivo constam na Lei Municipal nº 3.906/2008.

Art. 4º - É responsabilidade da Coordenação Geral do Arquivo, conforme descrição abaixo, as seguintes competências:

- I. Exercer a direção, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos de apoio administrativo do Arquivo Público;
- II. Promover eventos científicos como seminários, fóruns, debates, conferências, exposições e outros com objetivo de estreitar os laços entre o Arquivo e a Comunidade;
- III. Divulgar os trabalhos do Arquivo;
- IV. Obter apoio administrativo e financeiro para execução de eventos;
- V. Representar o Arquivo em eventos oficiais e em outras atribuições similares.

Art. 5º - Compete a Coordenação de Arquivo Corrente e Intermediário a execução dos seguintes serviços:

- I. O Serviço de Recepção, de Protocolo e de Arquivo Corrente cujas competências são:
 - a) Controlar a circulação de pessoas estranhas nas dependências do órgão;
 - b) Executar as operações de recebimento, classificação, registro, autuação, controle de tramitação, distribuição e expedição;
 - c) Prestar informações sobre tramitação dos documentos.
 - d) Efetuar inspeção e análise confirmando ou não a codificação atribuída na fase de protocolo;
 - e) Ordenar os documentos de acordo com a codificação;
 - f) Inserir o documento na unidade de arquivamento pré-estabelecida;
 - g) Atender às consultas, no local ou por empréstimo.
 - h) Articular e desenvolver as competências do Arquivo Corrente contando com os setores/unidades que produziram e/ou receberam os referidos documentos.
- II. O Serviço de Arquivo Intermediário cujas competências são:
 - a) Receber, por transferência, os documentos acumulados e avaliados (Anexo I);
 - b) Completar e/ou atualizar as listas de transferências;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- c) Manter a documentação organizada de acordo com o princípio de proveniência e em satisfatórias condições de higiene;
- d) Atender às consultas aos setores de origem;
- e) Preparar documentação para o recolhimento, acondicionando-a de acordo com critérios estabelecidos pela Coordenação do Arquivo Permanente;
- f) Efetuar a distribuição de documentos destinados à eliminação;
- g) Elaborar termos de eliminação e recolhimento (Anexo II);

Manter atualizadas as informações sobre espaços disponíveis para o acervo.

III. O Serviço de Atendimento ao Público cujas competências são:

- a) Dar o primeiro atendimento ao usuário do Arquivo, mediante registro e fornecimento de documentação de identificação e guarda de volumes;
- b) Localizar para o usuário a documentação do seu interesse;
- c) Agendar e orientar de forma sistêmica o usuário durante consultas, estudos e pesquisas;
- d) Manter atualizado o catálogo de referências possibilitando o acesso rápido e eficiente do acervo;
- e) Controlar e inspecionar os consulentes;
- f) Atender às consultas aos setores de origem.

Art. 6º - A Coordenação de Arquivo Permanente é responsável pelos documentos que já cumpriram as finalidades de sua criação, porém devem ser preservados em virtude do seu valor histórico, probatório e informativo para a Instituição e o cidadão. É de competência da referida Coordenação os seguintes serviços:

I. O Serviço de Processamento Técnico de Documentação Textual cujas competências são:

- a) Receber, por recolhimento, a documentação textual de valor permanente;
- b) Manter a guarda dos documentos textuais recolhidos, adotando critérios de armazenamento, acondicionamento e arranjo adequados;
- c) Promover a descrição, mediante elaboração de instrumentos de pesquisa que garantam amplo acesso às informações contidas nos documentos textuais.

II. O Serviço de Processamento Técnico de Documentação Especial cujas competências são:

- a) Receber, por recolhimento, a documentação especial de valor permanente;
- b) Manter a guarda dos documentos especiais recolhidos, adotando critérios de armazenamento, acondicionamento e arranjo adequados;
- c) Promover a descrição, mediante elaboração de instrumentos de pesquisa que garantam amplo acesso às informações contidas nos documentos especiais;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

d) Fazer o controle, registro, arranjo e descrição do acervo da Fotodocumentação e da Videoteca sob custódia do Arquivo por meio de técnicas arquivísticas visando preservar a memória institucional e regional.

e) Registrar por meio de entrevistas as figuras significativas da Instituição e da região através da história oral com o objetivo de criar um banco de dados.

III. O Serviço de Tratamento Documental cujas competências são:

a) Higienizar e desinfestar, restaurar e encadernar documentos e similares com o objetivo de conservar e preservar o acervo.

b) Estabelecer uma política de conservação do acervo sob custódia do Arquivo.

Art. 7º - A Coordenação de Arquivos Privados e Apoio Cultural é responsável pela custódia, organização sistêmica e disponibilização de documentos de origem privada considerados de interesse público municipal, bem como desenvolver pesquisas científicas por meio do acervo sob sua custódia, promover eventos de caráter cultural e manter acervo de livros e periódicos. É de competência da referida Coordenação os seguintes serviços:

I. O Serviço de Arquivos Privados cujas competências são:

a) Receber a documentação, tanto textual como especial, de origem privada adquirida;

b) Manter a guarda dos documentos, adotando critérios de armazenamento, acondicionamento e arranjo adequados;

c) Promover a descrição, mediante elaboração de instrumentos de pesquisa que garantam pleno acesso às informações contidas nos documentos;

d) Opinar tecnicamente sobre a pertinência da incorporação de documentos de origem privada ao Arquivo, nos casos de doação ou permuta.

II. O Serviço de Pesquisa cujas competências são:

a) Fomentar a investigação e gerar conhecimento, inter-relacionado à área de documentação local e regional;

b) Pesquisar, sobretudo o acervo sob custódia do Arquivo da Câmara Municipal, com o objetivo de produzir trabalhos científicos;

c) Elaborar instrumentos que viabilizem aos consulentes o acesso a documentos sob sua guarda enquanto fontes alternativas para pesquisa e visando referenciá-los em trabalhos científicos.

III. O Serviço de Biblioteca e Hemeroteca cujas competências são:

a) Propor aquisição e/ou permuta de publicações com o objetivo de ampliar o acervo;

b) Processar tecnicamente os livros e periódicos sob sua responsabilidade;

c) Opinar tecnicamente sobre a pertinência da incorporação de livros e periódicos ao Arquivo, nos casos de doação ou permuta;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

d) Garantir acesso e orientação bibliográfica aos usuários.

CAPÍTULO IV

NORMAS PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Art. 11 - Admissão: É facultada a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro, desde que se registre como consulente. (Anexo III)

Art. 12 – Consulta: A consulta consiste no empréstimo de documentos para pesquisa ao consulente de acordo com as regras vigentes do Arquivo da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes.

§ 1º - Ao público em geral

- I. Entrar na Sala de consultas do Arquivo da Câmara Municipal com lápis, material para anotações e documentos pessoais deixando os pertences na Recepção;
- II. Solicitar o material ao servidor responsável pelo atendimento que orientará e colocará à disposição dos consulentes os instrumentos de pesquisa disponíveis e a documentação;
- III. Preencher o formulário de solicitação de documentos com os dados relativos ao material de seu interesse, caso haja necessidade e se possível, a reprodução dos documentos, o consulente será acompanhado por um servidor do Arquivo. (Anexo III)
- IV. Devolver o material ao servidor responsável pelo atendimento, assim que terminar a consulta.

§ 2º- Aos setores da Administração da Câmara Municipal de Montes Claros cujos documentos semi-ativos estejam custodiados pelo Arquivo da Instituição é permitido o empréstimo de documentos a servidores previamente credenciados, que se segue:

- I. O servidor deverá solicitar o documento de interesse por escrito ou por telefone resultando no preenchimento do formulário próprio. (Anexo IV)
- II. O servidor deverá responsabilizar-se pelo recebimento do documento no Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, firmando o recibo de empréstimo, observando o prazo de devolução de 10 (dez) dias. (Anexo IV)
- III. O servidor poderá renovar o empréstimo por igual prazo caso seja necessário. (Anexo IV)
- IV. O servidor que extraviar ou perder o documento responderá administrativamente por este ato.

§ 3º - Aos Gabinetes de Vereadores, o atendimento para consulta ao acervo segue as regras gerais de consulentes.

§ 4º - Normas e Procedimentos



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- I. É permitido entrar na Sala de Consulta portando somente lápis preto, borracha e folhas soltas para anotação;
- II. Não é permitido portar bolsas, sacolas, malas, mochilas, pastas, embrulhos na Sala de Consulta. Todos os pertences devem ser deixados no guarda volumes;
- III. É permitido o uso de computadores portáteis desde que o usuário, ao deixar a Sala de Consulta, o submeta a inspeção pelo atendente;
- IV. Não é permitido o uso de telefone celular, rádio, bip, pagers ou outros aparelhos que possam comprometer o silêncio na Sala de Consulta;
- V. É permitido o uso de máquinas fotográficas de qualquer espécie somente com a permissão da Coordenação do Arquivo;
- VI. Não é permitido o uso de scanner;
- VII. Não são permitidos alimentos e bebidas de qualquer espécie;
- VIII. O acesso ao conteúdo da documentação e/ou publicação já microfilmada e/ou digitalizada será feito através do respectivo microfilme ou via digital;
- IX. Não é permitido alterar a ordem dos documentos;
- X. Não é permitido apoiar-se sobre os documentos;
- XI. Não é permitido escrever nos documentos;
- XII. Só é permitido a consulta de uma caixa de documentos, um volume manuscrito ou impresso ou um mapa por vez;
- XIII. Não é permitido dobrar os documentos, forçar as encadernações, umedecer os dedos para virar as folhas ou manuseá-los de forma a prejudicar a sua conservação;
- XIV. Os documentos e materiais identificados como frágeis, em mau estado de conservação, constituem documentos de consulta condicionada. Em casos extraordinários podem ser consultados mediante autorização da Coordenação do Arquivo e com o acompanhamento de um técnico;
- XV. Os computadores estão disponíveis para que os usuários acessem os instrumentos de pesquisa e o acervo da instituição, sendo vetado o uso das máquinas para outros fins tais como navegação na rede, consulta a correio eletrônico, digitação, impressão e uso de disquetes.
- XVI. Não é permitido fumar nas dependências do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.
- XVII. A utilização de aparelhos sonoros e reuniões de estudo serão permitidas mediante autorização prévia da Coordenação Geral do Arquivo.
- XVIII. Reproduções de documentos serão permitidas desde que não acarretem prejuízo à sua conservação e obedecendo as regras do Arquivo Público da Câmara Municipal, devendo o usuário arcar com as despesas cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

XIX. Quando da citação ou publicação de qualquer documento reproduzido, o usuário comprometer-se-á a dar crédito ao Arquivo da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes depois da identificação do fundo a que pertence o documento.

Art. 13 - Funcionamento

Parágrafo Único - O Arquivo da Câmara Municipal está aberto ao público de segunda a sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - As regras para a classificação, arquivamento e eliminação de documentos constam no Plano de Classificação de Documentos Por Assunto das Atividades-Meio e na Tabela de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal de Montes Claros.

Art. 15 - O Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes será constituído de móveis, suficientes para suas instalações, e documentos produzidos e/ou recebidos pela Câmara, assim como aqueles obtidos por doação, achados e legados.

§ 1º - Todos os documentos e outros objetos que constituem o Arquivo Público da Câmara Municipal são reconhecidos como parte integrante do patrimônio da Câmara Municipal de Montes Claros.

§ 2º - As doações e outras formas não onerosas de aquisição de acervos feitas para o Arquivo Público da Câmara Municipal só se oficializarão mediante entrega do Termo de Doação assinado pelo doador e em seguida com o Termo de Recebimento de Doação assinado pelo Coordenador Geral do Arquivo, o Gerente Administrativo e o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal. (Anexo V)

§ 3º - Para que se oficialize o recebimento da doação deve-se, o quanto antes, se ter conhecimento da procedência legal da coisa doada.

Art. 16 - Não será permitida a retirada de nenhuma peça ou unidade do acervo do Arquivo da Câmara Municipal.

Art. 17 - Serão permitidas visitas ao Arquivo Público da Câmara Municipal, somente durante o horário de expediente da Câmara Municipal de Montes Claros e agendada previamente.

Parágrafo Único - Não é permitido ao visitante, isoladamente, manusear o acervo, independente do seu suporte, e nem fotografar, salvo o que estabelece as regras do Arquivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Art. 18 - O Gerente Administrativo da Câmara Municipal providenciará fotocópias de documentos que estiverem sob sua responsabilidade, caso os mesmos não estejam contemplados enquanto transferência e/ou recolhimento e desde que os considere importantes, e os encaminhará para o Arquivo Público da Câmara Municipal para que passem a fazer parte do acervo elaborando-se o devido Termo.

Art. 19 - O acervo fotográfico que compõe a Galeria dos Vereadores ou ex-presidentes da Câmara Municipal, embora deva permanecer onde se encontra, bem como as placas metálicas e obeliscos que homenageiam a edilidade, outras personalidades e/ou fatos, passam a integrar o acervo do Arquivo Público da Câmara Municipal.

§ 1º - Os atuais registros fotográficos e fonográficos, bem como outros de igual valor cultural e histórico, resultantes de ação técnico-mecânica e tecnológica pertencentes à Câmara Municipal passam a integrar o acervo do Arquivo Público da Câmara Municipal.

§ 2º - Para o adequado arquivamento e exposição do acervo documental, fotográfico, fonográfico e demais suportes documentais serão providenciados os respectivos recipientes e equipamentos.

Art. 20 - Todos os titulares de cargos de Coordenação do Arquivo da Câmara Municipal manterão registros trimestrais estatísticos das atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade.

Art. 21 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador Geral do Arquivo, ouvido a Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Montes Claros, MG, 26 de novembro de 2008

(ANEXO 12 e 13)
Cadastro de Consulente
Perfil de Consulente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
ARQUIVO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
DR. IVAN JOSÉ LOPES

CADASTRO DE CONSULENTE

1. Identificação

Nome: _____

Sexo: () Masculino

() Feminino

Filiação: Pai _____

Mãe _____

2. Documentos de Identificação

CI: _____ Órgão emissor: _____

3. Endereço

Rua/Avenida: _____

Nº _____ Apto. _____ CEP _____

Telefone _____ Celular _____

Município _____ U.F. _____ País _____

4. Qualificação Profissional

Local de trabalho _____

Cargo ou função _____

Endereço _____

5. Estudante

Instituição _____

Curso _____ Período _____

Responsável: _____

Matrícula: _____
Assinatura: _____

Declaração
Eu, abaixo assinado inscrevo-me como consulente do Arquivo Público da Câmara Municipal de Montes Claros, comprometendo-me a respeitar os termos constantes do regulamento interno da Sala de Consultas.
Montes Claros, ____ / ____ / ____.
_____ Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
ARQUIVO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
DR. IVAN JOSÉ LOPES

PERFIL DE CONSULENTE

1. Identificação

Nome _____

2. Escolaridade

() 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau

Graduação: _____

Pós-graduação: _____

3. Tipo de Pesquisa

() Acadêmica () Jornalística e para divulgação

() Probatório () Outros

4. Assunto ou Tema de Pesquisa

5. Tempo Provável da Pesquisa

Datas-limite: ____/____/____ a ____/____/____

6. Pesquisa para Terceiros: () Sim () Não

Nome do responsável _____

Nome e endereço da Instituição _____

7. Objetivo da Pesquisa

- | | |
|---|---|
| () Biografia | () Monografia |
| () Comprovação de Informação | () Preparação de aulas e/ou Conferência |
| () Comunicação em simpósios e Congressos | () Publicação de Artigos ou Ensaios |
| () Dissertação de Mestrado | () Reportagens |
| () Elaboração de Projetos | () Tese de Doutorado |
| () Exposição | () Monografia de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> |
| () Livro | () Tese Para Concurso Acadêmico |

☐ Memorial

☐ Trabalho de Curso

8. Documentação a ser Pesquisada

☐ Documentos Especiais: ☐ Filmes

☐ Plantas

☐ Mapas

☐ Fotografias

☐ Documentos Textuais: ☐ Manuscrito ☐ Datilografado ☐ Impresso

☐ Manuscrito Encadernado

☐ Publicações Oficiais

☐ Publicações Não Oficiais: ☐ Livros ☐ Revistas

☐ Jornais

☐ Folhetos

☐ Outros _____

9. Consultas a outros arquivos: ☐ Sim ☐ Não

Privado: _____

Público: _____

Montes Claros, de

de 20 .

OBSERVAÇÕES: Alguns anexos se apresentam, em determinados trechos ilegíveis, cujo motivo se justifica pelas fontes originais se encontrarem nesse formato para fotocópia e/ou digitalização.